

O Processo de Licenciamento de Indústrias Agroalimentares. O Caso de uma Unidade de Produção de Fumeiro

Ana Luísa Fernandes

*Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança
para obtenção do Grau de Mestre em Qualidade e Segurança
Alimentar*

Orientado por
Professor Doutor José Carlos B C Barbosa

**Bragança
2018**

“Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado.”

Roberto Shinyashiki

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que me apoiaram neste estudo, e que sempre fizeram reforços positivos, mesmo quando os momentos mais difíceis estavam a ocorrer.

À minha mãe, pelo apoio incondicional que muitas vezes ficou privada de alguns momentos de família para este trabalho acontecer.

Aos meus avós ...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar sempre presente na minha vida e me acompanhar nos bons e nos maus momentos.

Quero agradecer de forma especial, à minha família, pois sem eles não teria sido possível realizar a minha formação académica.

Quero agradecer ao meu namorado, por tanto me ter incentivado na conclusão desta etapa.

Eunice Silva, um muito obrigado nunca será suficiente para te agradecer pela tua amizade.

À Câmara Municipal de Miranda do Douro, na pessoa do Dr. Afonso Pimentel e do Eng.º Túlio Esteves.

Ao Sr. Jaime Pires, obrigado por me permitir ter acesso à mediação do processo e utilizar os seus dados pessoais e toda a informação sobre a caracterização do estabelecimento industrial, como material para a componente prática da tese.

Ao Professor José Carlos Barbosa, na qualidade de orientador, agradeço a disponibilidade, as contribuições e sugestões dadas.

O mais profundo e sentido agradecimento a todos os que colaboraram na elaboração deste documento.

Resumo

Este trabalho trata do licenciamento industrial, e em especial o licenciamento de indústrias agroalimentares. Em particular, descreve o processo de licenciamento de um estabelecimento industrial de produção de fumeiro, de pequena dimensão, a instalar no concelho de Miranda do Douro.

Faz-se uma apresentação do regime jurídico do licenciamento industrial, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 73/2015 de 11 de maio de 2015. Apresenta-se os critérios e tipologias de classificação dos estabelecimentos industriais, as entidades intervenientes, os procedimentos para o licenciamento, os instrumentos para o processo de licenciamento, e os outros regimes e requisitos a ter em conta no processo de uma indústria agroalimentar.

O trabalho descreve o caso concreto do licenciamento de uma unidade de produção de fumeiro, desde a fase de preparação para o procedimento, até ao seu registo na plataforma eletrónica do Balcão do Empreendedor.

Faz-se referência às questões surgidas durante o processo e algumas dificuldades encontradas durante os procedimentos e a utilização da plataforma eletrónica.

Descreve-se sequencialmente as etapas necessárias e apresenta todos os documentos inseridos na Balcão do Empreendedor, até à conclusão do procedimento.

Este trabalho, permitiu para além da experiência e contacto prático com todo o processo de pedido de instalação, perceber algumas dificuldades e problemas que podem encontrar os pequenos produtores de produtos regionais e perceber as questões relacionadas com a classificação que é atribuída aos estabelecimentos industriais que laboram estes produtos, quadro jurídico atual e as mudanças relativamente aos regimes anteriores.

Palavra-chave: SIR; licenciamento industrial; licenciamento de indústrias agroalimentares.

Abstract

This work deals with industrial licensing, and describes the licensing process for a small-scale industrial smoke production facility.

It presents the legislation and regulations related with the industrial licensing established by Portuguese law DL nº 73/2015, presenting the criteria and typologies of classification of industrial facilities, intervening entities, procedures for licensing, instruments for the licensing process, and the other related legislation and requirements to be taken into account in the process of an agri-food industry.

The work, describes the phases of the procedures for licensing an industrial facility dedicated to the production of smoked sausage. Preparation meetings and the work to gather all the documents necessary to insert into the electronic platform (Balcão do Empreendedor).

Some issues that have arisen throughout the process as well as some difficulties encountered in using the platform are mentioned in the work, as well as all stages of the process.

In addition to the experience and practical contact with the entire process of requesting the installation, this work has allowed us to perceive some difficulties and problems that small producers of regional products may encounter and to perceive the questions related to the classification that is assigned to industrial establishments that work these products, current legal framework and the changes with respect to previous legal regimes.

Keyword: SIR; industrial licensing; licensing of agro-food industries.

Índice

1- Introdução	1
2- Licenciamento Industrial	5
2.1- Resumo Histórico da Evolução da Legislação do Licenciamento Industrial	5
2.2- SIR: Sistema da Indústria Responsável	6
2.2.1- Principais Aspetos do Atual SIR	6
2.2.2- Classificação dos Estabelecimentos Industriais	8
2.2.3- Regimes Procedimentais e Entidades Intervenientes	11
2.3- Outra Legislação e Regimes Conexos	15
2.3.1- Regimes Conexos ao Licenciamento Industrial	16
2.3.2- Requisitos Técnicos das Instalações	21
2.3.3- Segurança Alimentar	23
2.4- Instrumentos Técnicos de Suporte ao SIR	25
2.4.1- Balcão do Empreendedor (BE)	25
2.4.2- As Condições Técnicas Padronizadas (CTP)	26
2.4.3- As Entidades Acreditadas	28
2.4.4- O Sistema de Informação dos Estabelecimentos Industriais	28
3- Licenciamento de uma Unidade de Produção de Fumeiro	30
3.1- Acesso ao Balcão do Empreendedor	31
3.2- Requerimento para o Acesso Mediado e Preparação dos Elementos Instrutórios	33
3.3- Preparação e Acesso à Plataforma de Licenciamento	34
3.4- Descrição do Preenchimento dos Formulários de Enquadramento e de Detalhe	35
3.5- Alterações no Licenciamento de Estabelecimentos que Utilizam Matéria Prima de Origem Animal Não Transformada, Introduzidas pelo atual SIR	47
4 - Análise e Discussão do Processo de Licenciamento	49
5- Conclusão	54
Bibliografia	56
Anexos	

Lista de Quadros

Quadro 1- Tipologia dos Estabelecimentos Industriais definida pelo Decreto-Lei nº169/2012 e pelo Decreto-Lei nº 73/2015	10
Quadro 2- Regimes Procedimentais para a Instalação e Exploração de Estabelecimentos Industriais	11
Quadro 3- Identificação da Entidade Coordenadora, de acordo com o Decreto-Lei nº 75/2015	14

Lista de Anexos

Anexo 1 - Elementos Instrutórios
Anexo 2- Plataforma do Licenciamento Industrial
Anexo 3- Outros documentos

Siglas e Abreviaturas

ACT – Autoridade para as Condições do Trabalho
AMA – Agência para a Modernização Administrativa
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
BE – Balcão do Empreendedor
CAE - Classificação das Atividades Económicas
CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE – Comissão Europeia
CELE - Comércio Europeu de Licenças de Emissão de Gases com Efeitos de Estufa
CTP – Condições Técnicas Padronizadas
DGAV – Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGEG – Direção Geral da Energia e Geologia
DRA – Direção Regional de Agricultura
DRAP – Direção Regional de Agricultura e Pescas
EDP- Energias de Portugal
EE – Espaço Empresa
EC – Entidade Coordenadora
ESP - Equipamentos Sob Pressão
GEE – Gases com Efeito de Estufa
HACCP – Análise de Perigos e Controlo dos Pontos Críticos
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. (ex - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação)
IPAC – Instituto Português de Acreditação
IPQ – Instituto Português da Qualidade
LUA - Regime do Licenciamento Único do Ambiente
NCV - Número de Controlo Veterinário
NII – Número de Identificação Individual
OESA – Operadores de Empresas do Setor Alimentar
OGR - Operação de Gestão de Resíduos
PCC – Pontos Críticos de Controlo
REAI – Regulamento do Exercício da Atividade Industrial
REI - Regime de Emissões Industriais

RLAI – Regime do Licenciamento da Atividade Industrial
RJACSR - Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração
RJAIA - Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental
RJPAG - Regime Jurídico de Prevenção de Acidentes Graves que Envolvam
Substâncias Perigosas
RJPCIP – Regime Jurídico da Prevenção e Controlo Integrado da Poluição
RJSST- Regime Jurídico de Segurança e Saúde no Trabalho
RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
RJURH – Regime Jurídico de Utilização de Recursos Hídricos
SILiAmb – Sistema Integrado do Licenciamento do Ambiente
SIR - Sistema de Indústria Responsável
TUA - Título Único Ambiental
UE – União Europeia
ZER - Zona Empresarial Responsável

Sumário de legislação consultada

Legislação relacionada com os regimes para o licenciamento industrial

Portaria nº. 280/ 2015 da Série I de 15 de setembro, define as taxas a aplicar no âmbito do SIR.

Portaria nº. 279/ 2015 da Série I de 14 de setembro, menciona os elementos instrutórios no âmbito do SIR.

Decreto Lei nº. 150/ 2015 da Série I de 05 de agosto, Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente.

Decreto Lei nº. 73/ 2015 da Série I de 11 de maio, Procede à primeira alteração ao Sistema da Indústria Responsável.

Decreto Lei nº. 10/ 2015 da Série I de 16 de janeiro, Aprova o regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração e estabelece o regime contraordenacional respetivo.

Decreto Lei nº. 169/ 2012 da Série I de 01 de agosto, Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema. Já revogado.

Decreto Lei nº. 209/ 2008 da Série I de 29 de outubro, Estabelece o regime de exercício da atividade industrial (REAI). Já revogado.

Decreto Lei nº. 57/ 1999 da Série I-A de 03 de janeiro, Estabelece normas para o licenciamento dos pequenos estabelecimentos industriais de venda direta do sector agroalimentar. Já revogado.

Decreto Lei nº. 109/ 1991 da Série I-A de 15 de março, Estabelece normas disciplinadoras do exercício da atividade industrial. Já revogado.

Decreto Regulamentar nº. 10/ 1991 da Série I-B de 15 de março, Aprova o regulamento do exercício da atividade industrial, (Regras disciplinadoras do exercício da atividade industrial, com o objetivo de prevenir os riscos e inconvenientes resultantes da laboração dos estabelecimentos industriais). Já revogado.

Legislação relacionada com o impacto e gestão ambiental

Decreto Lei nº. 152-B/ 2017 1º Suplemento, Série I de 11 de dezembro, Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacto ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente.

Decreto Lei nº. 75/ 2015 da Série I de 11 de maio, Aprova o Regime de Licenciamento Único de Ambiente, que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do título único ambiental.

Decreto Lei n.º136/ 2014 da Série I de 09 de setembro, Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação. Precede à décima terceira alteração ao Decreto Lei nº. 555/99 de 16 de dezembro.

Decreto Lei nº. 127/ 2013 da Série I de 30 de agosto, Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos.

Decreto Lei nº. 38/ 2013 da Série I de 15 de março, Regula o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa.

Decreto Lei nº. 73/ 2011 da Série I de 17 de junho, precede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos. Este Decreto Lei, veio substituir o Decreto Lei nº. 178/ 2006 da Série I de 05 de setembro, que aprovou o regime geral da gestão de resíduos.

Decreto Lei nº. 90/ 2010 da Série I de 22 de julho, Aprova o novo Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão.

Decreto Lei nº. 226-A/ 2007 2º suplemento, Série I de 31 de maio, Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.

Legislação relacionada com a higiene, segurança e saúde no trabalho

Despacho nº. 11187/ 2014 da Série II de 11 de agosto, Aprova as condições técnicas padronizadas aplicáveis a alguns sectores industriais.

Despacho nº. 6497/ 2014 da Série II de 19 de maio, Determina as condições de autorização dos estabelecimentos situados em prédios urbanos destinados à habitação que forneçam diretamente ao consumidor final.

Lei nº. 3/ 2014 de 28 de janeiro, aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, que precede à segunda alteração da Lei nº. 102/2009 da Série I de 10 de setembro.

Portaria nº. 1456-A/ 1995 1º Suplemento, Série I- B de 11 de setembro, Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho.

Portaria nº. 987/ 1993 da Série I - B de 6 de outubro, Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais de trabalho.

Portaria nº. 53/ 1971 da Série I de 3 de fevereiro, Aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene do Trabalho nos Estabelecimentos Industriais.

Regulamentos da Comissão Europeia relacionados com o licenciamento agroalimentar

Regulamento (CE) nº. 853/ 2004 de 29 de abril, Estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal.

Regulamento (CE) nº. 852/ 2004 de 29 de abril, Relativo à higiene dos géneros alimentícios.

Regulamento (CE) nº. 178/ 2002 de 28 de janeiro, Princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios (Rastreabilidade).

1- Introdução

O presente trabalho aborda o licenciamento industrial, em especial o licenciamento de indústrias agroalimentares e, em particular, trata de um caso concreto de licenciamento de um estabelecimento industrial de produção de fumeiro, na área do concelho de Miranda do Douro.

A realização do trabalho teve como objetivos gerais:

- Estudar e analisar a legislação e os procedimentos necessários ao processo de licenciamento de indústrias agroalimentares; e
- Executar um procedimento de licenciamento, efetuando o seu registo na plataforma do licenciamento industrial, no portal do cidadão, através do Balcão do Empreendedor.

Para conseguir estes objetivos gerais foi necessário desenvolver diferentes etapas, tendo em vista o trabalho de licenciamento de uma unidade de produção de fumeiro, no concelho de Miranda do Douro. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Estudar e analisar a legislação em vigor para o licenciamento de indústrias agroalimentares;
- Preparar e executar o processo de licenciamento de um estabelecimento de uma unidade de produção de fumeiro;
- Identificar e analisar as principais dificuldades e constrangimentos no decorrer do processo de licenciamento de uma unidade agroalimentar com as condições e características da economia regional.

A realização deste trabalho justifica-se pela importância que a atividade de produção de fumeiro tem na região de Miranda do Douro, onde existe uma longa tradição de fabrico de produtos de fumeiro.

Em Miranda do Douro os enchidos acompanharam a história, as religiões, fazendo parte da evolução da nossa sociedade. Esta região possui os seus próprios tipos de enchido sendo muitas das suas receitas ancestrais. O concelho de Miranda do Douro é limitado a nordeste e sueste pela Espanha, a sudoeste pelo município de Mogadouro e a noroeste por Vimioso. A sua localização pode justificar o consumo de um determinado enchido, a alheira, (massa de pão envolvida com outros tipos de carne, inclusive carne

de caça) que é associada aos judeus (no século XV e início do século XVI) que se fixaram nas zonas raianas, junto a Espanha.

É geralmente assumido que os cristãos novos (judeus convertidos por imposição régia) ao terem conhecimento deste enchido e de forma a serem reconhecidos como cristãos e não-judeus, criaram um enchido semelhante, mas em alternativa à carne de porco usavam outras carnes.

As “tabafeias”, designação das alheiras na língua Mirandesa (segunda língua oficial em Portugal) são hoje em dia confeccionadas com carne de caça ou carne de aves juntamente com carne de porco.

A principal razão para a elaboração dos enchidos nas Terras de Miranda, terá sido a necessidade de conservação das carnes dos animais que eram criados para consumo próprio, principalmente o porco. Antigamente, e tendo em conta o processo de cura dos enchidos, apenas se podiam fazer nos meses de inverno, pois era necessário o frio para a cura dos enchidos, e só depois o fumo dos lumes que se faziam para ajudar na cura e distinguir o paladar.

Hoje em dia, para além da época tradicional dos enchidos, também há procura por estes produtos de características locais / regionais, praticamente durante todo o ano, tanto na região como noutras zonas do país e, mesmo, no exterior.

Em Miranda do Douro, podemos encontrar estes produtos em qualquer supermercado, loja de produtos tradicionais, e nos restaurantes. O comércio local e a restauração assentam muita da sua atividade e rendimento nos produtos regionais de fumeiro.

Também por isso, a Câmara Municipal de Miranda do Douro tem especial atenção e interesse em apoiar este sector de atividade. Desde a criação/implementação das unidades de produção/transformação até à divulgação dos produtos com a realização de certames, feiras, mercados rurais, exposições, workshops; e da divulgação através dos diferentes meios de comunicação social.

A Câmara Municipal de Miranda do Douro tem, também, estruturas e meios para dar apoio aos interessados na criação de unidades de produção/transformação destes produtos regionais.

A maioria das unidades de produção deste produtos regionais são de pequena dimensão. A quantidade de produtos laborada é relativamente pequena, não ultrapassando geralmente os 2 000 kg de produto acabado, por ano. Estas unidades de fabrico utilizam, geralmente, matéria prima de origem regional, isto é, quase todas as

cozinhas regionais tem recurso a matéria-prima própria, uma vez que, para além desta atividade, desenvolvem simultaneamente a atividade agropecuária. A carne de porco utilizada para a elaboração dos enchidos provem, geralmente, de animais criados em regime de "detenção caseira". Desta forma, o produtor pode ter uma maior rentabilidade da sua produção e oferecer aos seus consumidores produtos com maior qualidade.

Em suma, as atividades relacionadas com a produção de fumeiro são importantes para a economia da região e merecem o interesse de várias entidades e dos produtores e agentes económicos da região.

Muitas das pessoas interessadas na laboração destes produtos e possíveis candidatos à criação de unidades de produção não possuem grande conhecimento sobre o processo de licenciamento destas unidades industriais (que assim são classificadas) e precisam de apoio para a realização do processo e para perceberem as exigências legais e técnicas da atividade. Por isso, recorrem à Câmara Municipal (que é, também, a Entidade Coordenadora) pedindo apoio e ajuda para a concretização das suas intenções. Por sua vez, a Câmara Municipal de Miranda do Douro disponibiliza os meios para facilitar a mediação do processo de licenciamento.

Da mesma forma, o titular da unidade de produção de fumeiro de que trata o caso concreto deste trabalho, solicitou apoio à Câmara Municipal para o licenciamento do estabelecimento industrial. Os produtos de fumeiro que serão produzidos pela unidade que se vai licenciar são: chouriços, chouriças, alheiras, butelos, e bochas (chouriças de sangue).

Aqui apresentamos o trabalho que foi realizado para o licenciamento do estabelecimento industrial de uma unidade de produção de fumeiro.

Neste capítulo 1, fizemos uma breve referência ao tema e aos objetivos do trabalho.

No capítulo 2 apresentamos o regime jurídico do licenciamento industrial (o SIR), a legislação em vigor e as principais aspetos a considerar neste regime jurídico, principalmente os critérios para a classificação dos estabelecimentos industriais. Fazemos referência aos designados regimes conexos que, quando se aplicam, têm implicações na classificação dos estabelecimentos industriais e nos procedimentos para o licenciamento. Também apresentamos os instrumentos de suporte ao SIR, nomeadamente o Balcão do Empreendedor.

No capítulo 3 apresentamos todo o processo de licenciamento da unidade de produção de fumeiro, realizado no Balcão do Empreendedor, descrevemos todas as

etapas e passos seguidos no preenchimento dos formulários do Balcão do Empreendedor e apresentamos os documentos instrutórios pedidos no procedimento de licenciamento.

No capítulo 4 fazemos uma breve análise e discussão do processo de licenciamento, sobre os aspetos burocráticos e normativos do licenciamento de indústrias agroalimentares, tendo em conta o caso concreto de licenciamento da unidade de produção de fumeiro, e algumas situações que surgiram ao longo do processo de licenciamento.

Os temas abordados permitiram, neste caso específico, preparar-me para a realização de um pedido de licenciamento industrial e compreender toda a tramitação deste processo.

Relativamente à pesquisa bibliográfica, importa referir que praticamente não existe bibliografia. Isso talvez seja devido ao facto dos regimes jurídicos serem alterados com frequência e mudarem os procedimentos e as regras e, portanto, há muito pouca documentação atualizada.

A bibliografia e documentação existentes sobre o licenciamento industrial são os diplomas legais, da legislação nacional, os textos e guias produzidos pelo IAPMEI, e a informação disponibilizada nas páginas-web do IAPMEI.

O texto dos diplomas e os regimes legais assentam numa linguagem jurídica, com as suas especificidades, o que nos obriga, neste trabalho, a ter cuidado com a escrita e o texto. Muitas partes do texto deste trabalho seguem exatamente o texto dos diplomas legais, no sentido de evitar diferente leitura e qualquer possibilidade de uma interpretação diversa da pretendida pelo legislador ou pelas entidades responsáveis pela aplicação destes regimes jurídicos.

De realçar que o IAPMEI tem e disponibiliza de várias formas (pagina-web, guias impressos, contacto telefónico, etc.) informação muito útil para quem pretende fazer o licenciamento.

2- Licenciamento Industrial

2.1- Resumo Histórico da Evolução da Legislação do Licenciamento Industrial

Foi no início da década de 1990 e meados da década de 2000 que se deram as mais significativas alterações e evolução no licenciamento industrial. Em 1991, surgiram o Decreto-Lei nº.109/ 91 e o Decreto Regulamentar nº. 10/ 91. Estes diplomas criaram normas e critérios clarificadores e objetivos sobre a classificação das atividades industriais e tomando em consideração o potencial risco para o Homem, para o ambiente e para os trabalhadores, das unidades industriais. A anterior legislação vinha de 1929, teve melhorias introduzidas em 1966, mas continha muitas indefinições e omissões.

Ainda durante a década de 1990 foram feitas correções e retificações na tabela classificativa e nos processos. As principais alterações verificaram-se através de diplomas dos anos de 1993 e 1994 .

Em 1999 surge o Decreto-Lei nº 57/99, que foi um marco importante para o desenvolvimento da atividade e para o aparecimento de muitos estabelecimentos (de pequena dimensão) de fabrico de produtos regionais. Em abril de 2003 é aprovado o RLAI (Regime do Licenciamento da Atividade Industrial). O RLAI vigorou de 2003 até finais de 2008, quando foi aprovado o REAI (Regulamento do Exercício da Atividade Industrial) através do Decreto-Lei nº. 209/ 2008. No segundo semestre de 2012 é aprovado um novo quadro legislativo para o licenciamento industrial. O Decreto-Lei nº 169/2012 aprova o SIR (Sistema da Indústria Responsável). Mais recentemente, em meados do ano de 2015 foi aprovado um novo regime SIR, com base no Decreto-Lei nº. 73/2015, que introduz algumas alterações nos critérios para a classificação dos estabelecimentos industriais, mantendo a tipologia dos tipos 1, 2 e 3. Este novo SIR está operacional e introduz alterações que poderão afetar as pequenas unidades de produção de produtos agroalimentares. Neste regime, o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação) surge como Entidade Coordenadora (EC) para estabelecimentos do tipo 1 e tipo 2 em várias atividades económicas. Para o sector agroalimentar, para estabelecimentos do tipo 1 e tipo 2 é, quase sempre, a DRA (Direção Regional de Agricultura) territorialmente competente. Para estabelecimentos do tipo 3 é, quase sempre, a respetiva câmara municipal.

2.2- SIR: Sistema da Indústria Responsável

O SIR, é um regime jurídico que define e regulamenta o licenciamento de atividades industriais, que foi criado pelo Decreto - Lei nº 169//2012 de 1 de agosto de 2012 e, mais tarde, revisto e atualizado pelo Decreto - Lei nº 73/2015 de 11 de maio de 2015.

2.2.1- Principais Aspetos do Atual SIR

O Decreto - Lei nº 73/2015 estabelece que os objetivos do SIR passam pela prevenção de riscos e inconvenientes resultantes da exploração dos estabelecimentos industriais, salvaguardando a saúde pública e a dos trabalhadores, a segurança de pessoas e bens, a segurança e saúde nos locais de trabalho, a qualidade do ambiente e um correto ordenamento do território, num quadro de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social das empresas. A promoção, simplificação e desburocratização dos atos e procedimentos da administração pública necessários à aplicação dos regimes jurídicos referidos anteriormente, contribuindo para a dinamização e competitividade da indústria nacional, num quadro de políticas de desenvolvimento económico sustentável.

Tendo em mente a simplificação e desburocratização dos atos e procedimentos, a revisão e alteração do SIR, marcou uma mudança de paradigma no que diz respeito ao licenciamento da atividade industrial, diminuindo as situações de controlo prévio, reforçando o controlo a posteriori. A aposta no sentido de maior responsabilidade para os industriais e EC no procedimento, seja pelo reforço de fiscalização ou por via de regime sancionatório, faz com que se preceda à redução e eliminação das formalidades, simplificando a instalação e a exploração dos estabelecimentos industriais, aumentando para um número significativo os estabelecimentos em regime de mera comunicação prévia cuja atividade possa ser autorizada por via da emissão de um título digital, que é emitido na hora (IAPMEI, 2016).

O SIR aplica-se às atividades económicas elencadas no Anexo I do Decreto - Lei nº 73/2015. No caso concreto que nos interessa, as indústrias agroalimentares, estão referenciadas no Anexo I; Secção C - Industrias Transformadoras; na Divisão 10 - Industrias Alimentares. Aí estão, também, indicados os CAE (Classificação da Atividade Económica) respetivos e abrangidos por esta legislação. .

No entanto, estão previstas algumas exceções. O SIR não se aplica às atividades industriais exercidas nas secções acessórias de estabelecimentos de comércio e de restauração ou de bebidas e que correspondam às atividades económicas elencadas na lista VI do Anexo I do Regime Jurídico das Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro. O licenciamento dessas atividades é efetuado nos termos e com os limites definidos no RJACSR, desde que cumpridas certas condições (IAPMEI, 2016).

Na revisão do SIR de 2015 foi atribuído um papel importante ao IAPMEI Assim, ao IAPMEI são lhe atribuídas um conjunto de novas competências (EC, entidade responsável pela plataforma no Balcão do Empreendedor e entidade gestora no tratamento de dados) para a efetiva aplicação deste novo quadro jurídico, bem como a monitorização da dinâmica inerente à atividade industrial (IAPMEI, 2016).

Relativamente à entidade requerente de licenciamento, o Decreto - Lei nº 73/2015 refere as principais regras e princípios aos quais o industrial está sujeito e deve cumprir. De acordo com o Artigo 3º, o industrial deve:

- Adotar princípios e práticas de ecoeficiência de materiais e energia e práticas de eco inovação;
- Adotar as melhores técnicas disponíveis;
- Cumprir as obrigações previstas no Código do Trabalho, em lei especial e as relativas à promoção da segurança e saúde no trabalho;
- Adotar as medidas de prevenção de riscos de acidentes e limitação dos seus efeitos;
- Implementar sistemas de gestão ambiental, sistemas de segurança contra incêndio em edifícios e sistemas de segurança e saúde no trabalho adequados ao tipo de atividade e riscos inerentes, incluindo a elaboração de plano de emergência do estabelecimento e elaboração das medidas de autoproteção, quando aplicáveis;
- Adotar sistema de gestão de segurança alimentar adequado ao tipo de atividade, riscos e perigos inerentes, quando aplicável;
- Promover as medidas de profilaxia e vigilância da saúde legalmente estabelecidas para o tipo de atividade, por forma a proteger a saúde pública e a dos trabalhadores;

- Adotar as medidas necessárias para evitar riscos em matéria de segurança e poluição, de modo que o local de exploração seja colocado em estado satisfatório, na altura da desativação definitiva do estabelecimento industrial.

Ou seja, cumpre ao industrial, desde a fase de projeto, às fases de exploração e desativação, assegurar a prevenção dos riscos e inconvenientes resultantes da exploração do seu estabelecimento industrial em todas as vertentes abrangidas pelo SIR, nomeadamente ordenamento do território, segurança e saúde no trabalho, saúde pública, segurança industrial, proteção do ambiente e segurança alimentar, se aplicável (IAPMEI, 2016).

2.2.2- Classificação dos Estabelecimentos Industriais

No SIR, os estabelecimentos industriais classificam-se segundo uma tipologia que compreende 3 tipos: tipo 1, tipo 2 e tipo 3. Esta tipologia foi definida em função do grau do risco potencial inerente à sua exploração, para a pessoa humana e para o ambiente, sendo as indústrias do tipo 1 as que apresentam risco mais elevado.

Classificam-se no tipo 1 os estabelecimentos industriais que forem abrangidos por, pelo menos, um dos seguintes Regimes Jurídicos ou circunstâncias:

- Regime jurídico de avaliação de impacte ambiental (RJAIA) ;
- Regime jurídico da Prevenção e o Controlo Integrados da Poluição (RJPCIP), a que se refere o Capítulo I do Regime das Emissões Industriais (REI);
- Regime jurídico de Prevenção de Acidentes Graves que envolvam substâncias perigosas (RJPAG);
- Realização de Operações de Gestão de Resíduos (OGR) que careçam de vistoria prévia ao início da exploração, à luz do regime de prevenção , produção e gestão de resíduos;
- Exploração de atividade que careça de atribuição de Número de Controlo Veterinário (NCV) ou Número de Identificação Individual (NII) nos termos da legislação aplicável, designadamente:
 - atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada;
 - atividade que envolva a manipulação de subprodutos de origem animal ou
 - atividade de fabrico de alimentos para animais.

Classificam-se como tipo 2 os estabelecimentos industriais que não se encontrem sujeitos aos regimes jurídicos referentes ao tipo 1 e se encontrem abrangidos por, pelo menos, um dos seguintes regimes ou circunstâncias:

- Regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeitos de estufa (CELE) ;
- Necessidade de obtenção de alvará para realização de operação de gestão de resíduos que dispense vistoria prévia, nos termos do regime geral de gestão de resíduos. com exceção dos estabelecimentos identificados pela parte 2-A do Anexo I ao SIR, ainda que localizados em edifício cujo alvará admita comércio ou serviços, na condição de realizarem operações de valorização de resíduos não perigosos.

Classificam-se como tipo 3 os estabelecimentos industriais não abrangidos pelas condições do tipo 1 e do tipo 2. Sendo que estes estabelecimentos são os que apresentam risco menos elevado para o Homem e para o ambiente.

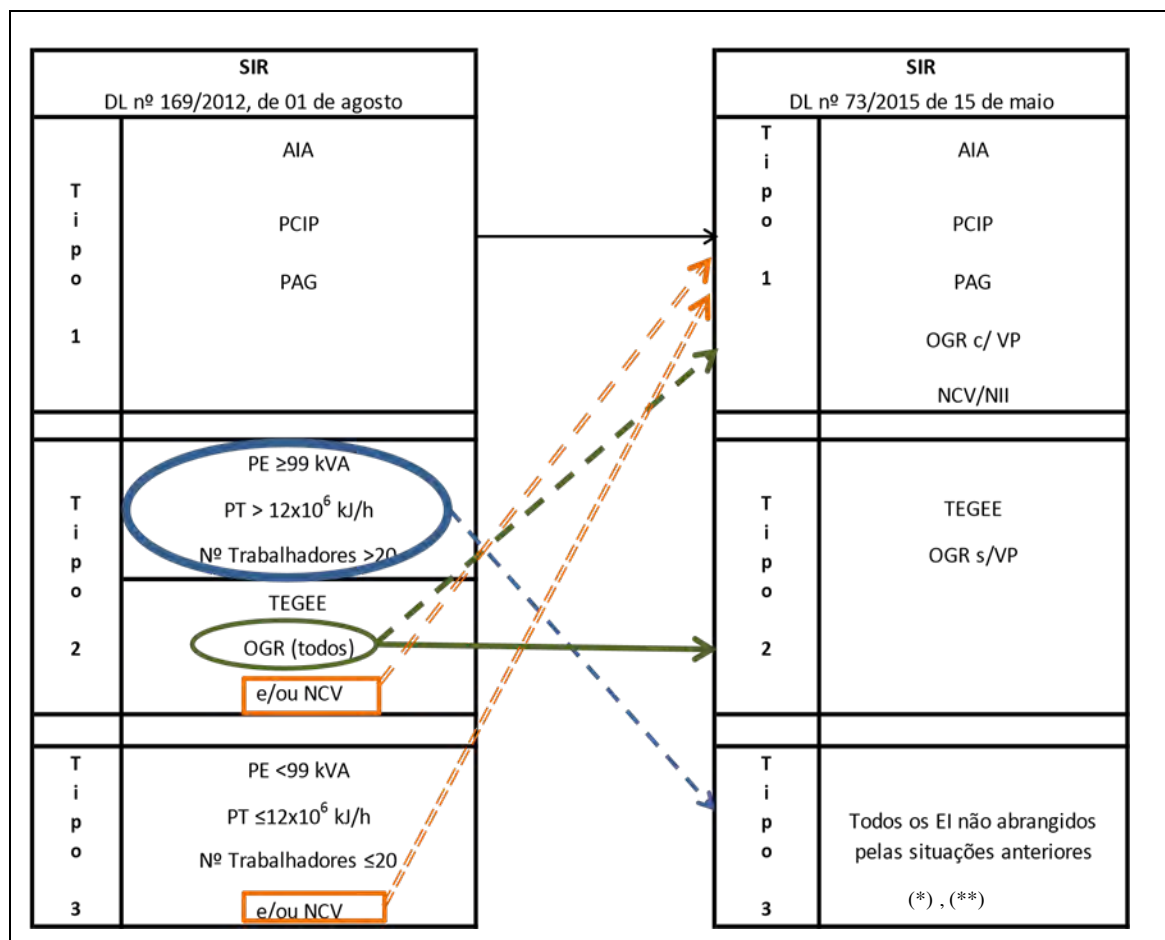
O Quadro 1 mostra de forma resumida as condições e circunstâncias que definem os três tipos de estabelecimentos industriais. Mostra, também, as principais alterações introduzidas na revisão de 2015, pelo Decreto-Lei nº 73/2015, evidenciando as principais diferenças entre os dois regimes.

Numa análise rápida do Quadro 1, podemos verificar que todos os estabelecimentos abrangidos por regimes jurídicos que careçam de vistoria prévia classificam-se como tipo 1. No tipo 2 incluem-se as atividades industriais abrangidas pelo CELE e/ou pelo plano de OGR sem vistoria prévia. No tipo 3 encontram-se todas as outras atividades que não correspondam nem ao tipo 1 nem ao tipo 2.

Os critérios “nº de trabalhadores”, “potência elétrica contratada” e “potência térmica instalada” deixaram de ser consideradas para distinguir o tipo 3 (do tipo 2) e apenas são consideradas em situação específicas, tal como definido na Parte 2 do Anexo 1 do SIR.

Como se pode verificar na Quadro 1, as alterações no regime de licenciamento introduzidas em 2015, afetaram as atividades que necessitam de ter NCV, alterando a sua classificação de estabelecimentos do tipo 3 para o tipo 1, que é mais exigente no seu licenciamento, em termos burocráticos e administrativos.

Quadro 1- Tipologia dos Estabelecimentos Industriais definidas pelo Decreto-Lei nº169/2012 e pelo o Decreto-Lei nº 73/2015.



Legenda: O traço contínuo indica correspondência direta ou seja, por exemplo, um estabelecimento do tipo 2 pode manter-se como tipo 2 no atual SIR, ou ainda um estabelecimento do tipo 1 pode manter-se tipo 1 no atual SIR. Outros poderão vir a classificar o tipo 2 em tipo 3 – traço descontínuo. O traço descontínuo duplo indica a alteração do estabelecimento industrial do tipo 2 e 3 para o tipo 1 por força da sujeição a NCV/NII. AIA- Avaliação de impacto ambiental; PCIP – Prevenção e controlo integrados da poluição; PAG – Prevenção de acidentes graves; OGR c/VP – operações de gestão de resíduos com vistoria prévia; OGR s/VP - operações de gestão de resíduos sem vistoria prévia; NCV/NII – Número de controlo veterinário /Número de identificação individual; Título de Emissão de Gases com Efeito de Estufa (TEGEE); Pt – potência térmica; Pe – potência elétrica contratada.

(*) Atividades que poderão ser desenvolvidas em edifício ou fração autónoma com alvará de autorização destinado ao uso de habitação, desde que a Câmara Municipal declare que aquele uso é compatível com o uso industrial.

(**) Atividades que poderão ser desenvolvidas em edifício ou fração autónoma com alvará de autorização destinado ao uso de comércio, serviços ou armazenagem, desde que a Câmara Municipal declare que aquele uso é compatível com o uso industrial.

Fonte: IAPMEI (2016)

2.2.3- Regimes Procedimentais e Entidades Intervenientes

O licenciamento dos estabelecimentos industriais obriga ao cumprimento de um processo de licenciamento, designado por regime procedimental. O regime e processo de licenciamento dependerá da classificação do estabelecimento industrial (tipo) e decorre numa entidade interveniente que é designada como EC.

Em diferentes fases do processo, podem intervir outras entidades como as designadas Entidades Consultadas e as Entidades Acreditadas.

A instalação e exploração de estabelecimentos industriais estão sujeitas a um processo de licenciamento, designados como regimes procedimentais. No Quadro 2, estão sintetizados os procedimentos de instalação correspondentes a cada tipo de estabelecimento industrial.

Quadro 2- Regimes Procedimentais para a Instalação e Exploração de Estabelecimentos Industriais.



Fonte: IAPMEI (2016)

Para o exercício da atividade industrial em estabelecimento industrial de tipo 1, segundo o "procedimento com vistoria prévia" é, numa primeira fase, conferido ao industrial o direito a executar o projeto de instalação em conformidade com as condições estabelecidas no título digital de instalação. E, numa segunda fase, depois de

verificada a conformidade através de vistoria prévia, o direito a explorar o estabelecimento nas condições definidas no respetivo título digital de exploração.

No "procedimento sem vistoria prévia", o requerente pode iniciar a exploração logo que emitido o título digital de instalação e exploração, e uma vez obtido o alvará de autorização de utilização do imóvel e após ter contratado o seguro de responsabilidade civil extracontratual.

O cumprimento da obrigação de "mera comunicação prévia" é feito através da apresentação do formulário e respetivos elementos instrutórios, incluindo o alvará de autorização de utilização do imóvel (impõe-se o cumprimento prévio e integral dos procedimentos aplicáveis nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE); o termo de responsabilidade disponibilizado ao requerente no BE, no qual declara conhecer e cumprir as exigências legais aplicáveis à sua atividade em matéria de segurança e saúde no trabalho e ambiente; e o comprovativo eletrónico de submissão da mera comunicação prévia, acompanhado do comprovativo do pagamento das taxas eventualmente devidas. Estes elementos constituem título bastante para o exercício da atividade.

Relativamente às entidades intervenientes no processo de licenciamento, temos:

- Entidade Coordenadora;
- Entidades Consultadas;

Há ainda um outro tipo de entidade - as Entidades Acreditadas - que podem, a pedido, intervir nalgumas fases do processo.

a) Entidade Coordenadora (EC)

A EC, é a única entidade intermediária do industrial em todos os contatos considerados necessários à boa instrução e apreciação dos procedimentos acima referidos, competindo-lhe a condução, monitorização e dinamização dos mesmos.

No âmbito do SIR, as EC podem ser:

- IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.)
- DRAP (Direção Regional de Agricultura e Pescas) territorialmente competente;
- DGEG (Direção Geral de Energia e Geologia);
- Entidade Gestora da ZER (Zona Empresarial Responsável);
- A Câmara Municipal, territorialmente competente.

Compete à EC uma diversidade de funções, das quais podemos destacar:

- A nomeação do gestor de procedimentos, alguém que seja responsável pelo acompanhamento do processo e das competências que são atribuídas à EC.
- Monitorizar a tramitação dos procedimento (títulos, licenças, autorizações) de que dependa a instalação ou exploração do estabelecimento industrial.
- Disponibilizar ao requerente e ou às entidades públicas consultadas, informação sobre o andamento dos procedimentos relativos à instalação e exploração de estabelecimento industrial.
- Zelar pelo cumprimento dos prazos.

Para além destas, compete ainda à EC a análise dos pedidos de alteração e elementos adicionais a reformulação de documentos, bem como a promoção da realização de vistorias por parte das entidades públicas consultadas quando se justifique, e acompanhar a realização das vistorias unindo alguns interesses evitando possíveis bloqueios. A EC tem uma missão importante de informação, apoio ao industrial no processo burocrático.

Compete ainda à EC elaborar e atualizar, no Balcão do Empreendedor (BE), toda a informação relativa à tramitação para emissão de títulos digitais e zelar pela inserção de toda a documentação de que dependa a instalação ou exploração da atividade industrial.

A atribuição da EC para o processo de licenciamento, está definida pelo Decreto-Lei nº 75/2015, tendo em conta o CAE, a tipologia de estabelecimento e a área de localização.

No Quadro 3, estão indicados os diversos CAE e a atribuição da respetiva EC, tendo em conta a classificação (tipo) do estabelecimento industrial.

As ZER, constituem um caso particular de superfícies para estabelecimentos industriais, que podem ser criadas nas condições estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 75/2015. Uma ZER é um espaço, com uma Entidade Gestora autónoma que gere uma área delimitada onde foram criadas condições adequadas para a instalação e exploração de estabelecimentos industriais. Atualmente (maio de 2018) só existem 3 ZER em Portugal (Rio Maior, Cartaxo e Torres Novas), nenhuma delas na região Norte do país.

No Quadro 3, podemos verificar que a EC para os estabelecimentos do tipo “Cozinhas Regionais” da tipologia 3, é a Câmara Municipal (uma vez que não existem ZER nesta região). No caso de ser classificada como tipo 1, a EC é a DRAP.

Quadro 3- Identificação da Entidade Coordenadora, de acordo com o Decreto-Lei nº 75/2015.

CAE (Rev. 3) (subclasse)	Tipologia do estabelecimento	Entidade Coordenadora
05100, 05200, 07100, 07210, 07290, 08111, 08112, 08113, 08114, 08115, 08121, 08920, 08992, 11071, 19201, 19202, 24410, 24430, 24440, 24450 e 24460	Tipo 1, 2 e 3	Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)
08931, 10110 a 10412, 10510, 10893, 10911 a 10920, 11011 a 11013, 11021 a 11030, 35302, 56210 e 56290.	Tipo 1 e 2	Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP) territorialmente competente ou Entidade gestora de ZER (*)
	Tipo 3	Câmara Municipal territorialmente competente ou Entidade gestora de ZER (*)
Restantes subclasses previstas na Parte 1 do Anexo I e não identificadas acima	Tipo 1 e 2	IAPMEI ou Entidade gestora de ZER (*)
	Tipo 3	Câmara Municipal territorialmente competente ou Entidade gestora de ZER (*)

* A EC é a entidade gestora da ZER sempre que o estabelecimento industrial se localize no interior do perímetro da ZER, seja qual for a sua tipologia.

Sobre as EC, importa salientar o papel importante que tem agora o IAPMEI. Não sendo apenas entidade coordenadora dos estabelecimentos industriais para a tipologia 1 e 2, são atribuídas ao IAPMEI um conjunto de novas competências para a determinação da aplicação do novo quadro jurídico, bem como a monitorização da dinâmica inerente à atividade industrial em Portugal. Cabe agora ao IAPMEI, fazer a gestão dos processos de licenciamento isto é, em colaboração com as entidades intervenientes dos processos de licenciamento previstos no SIR, promover ações de correta aplicação do SIR. Sempre que seja solicitado às entidades intervenientes, estas devem disponibilizar informação necessária para a adequada monitorização dos processos por parte do IAPMEI, tendo em vista a respetiva normalização dos processos e a sua melhoria contínua. O IAPMEI passa a ser também entidade responsável pelo tratamento da

informação de dados relativos ao sistema de informação dos estabelecimentos industriais (IAPMEI, 2016).

b) Entidades Consultadas

Geralmente, no processo de licenciamento é necessário fazer consultas a outras entidades.

Neste caso, as Entidades Públicas Consultadas no processo de licenciamento, são notificadas automaticamente pelo BE, para se pronunciarem nos termos devidos das respetivas atribuições e competências.

As Entidades Públicas responsáveis pela emissão de licenças, autorizações, registos, aprovações pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração do estabelecimento industrial, podem ser as seguintes:

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)
territorialmente competente;
- Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV);
- Direção Geral da Energia e Geologia (DGEG);
- Instituto Português da Qualidade (IPQ);
- Autarquias locais;
- Entidades cuja intervenção se revele necessária à instalação e exploração do estabelecimento industrial.

2.3- Outra Legislação e Regimes Conexos

Como já foi referido, para a classificação dos estabelecimentos industriais o SIR tem em conta outra legislação e regimes conexos, nomeadamente para as tipologias do tipo 1 e do tipo 2.

Cada um destes regimes jurídicos é específico na sua área de intervenção e existe para que toda e qualquer atividade económica, incluindo atividades industriais, seja exercida com responsabilidade de acordo com a lei.

No processo de licenciamento, a EC ou o titular do processo deve incluir a informação solicitada e submeter documentos comprovativos.

2.3.1- Regimes Conexos ao Licenciamento Industrial

Os regimes jurídicos conexos ao licenciamento industrial e que podem ser chamados ao processo de licenciamento, dependendo das características do estabelecimento que se pretende instalar, são:

a) Licenciamento Único Ambiental (LUA)

Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, define os procedimentos para a emissão do Título Único Ambiental (TUA), visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, regulando o procedimento de emissão do TUA. Pretende-se que as atividades económicas e o crescimento económico (por ex: a instalação de empresas, num determinado local) não comprometa o meio ambiente, tendo em vista um futuro sustentável.

O LUA funciona a partir da plataforma eletrónica Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), e articula-se com os diversos regimes de licenciamento ou controlo prévio aplicáveis ao estabelecimentos de atividades económicas. Para além do SIR, com o Regime de Exercício das Atividades Pecuárias, e com o Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas.

b) Avaliação de Impacto Ambiental (RJAIA)

O Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, com as posteriores alterações até à última versão do Decreto-Lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro, estabelece o RJAIA, dos projetos público e privados que sejam suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente.

O novo RJAIA levou a cabo uma redução global dos prazos procedimentais, em alinhamento com o SIR. Os procedimentos no âmbito do RJAIA funcionam na plataforma eletrónica do SILiAmb.

c) Prevenção de Acidentes Graves que envolvam substâncias Perigosas (RJPAG)

O Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, estabelece o RJPAG, e as limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente. Aplica-se aos estabelecimentos onde estejam presentes substâncias perigosas em quantidades iguais ou superiores às indicadas num Anexo a este Decreto-Lei.

d) Emissões Industriais e Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP)

O Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, estabelece o PCIP, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, a fim de alcançar um elevado nível de proteção do ambiente no seu todo. Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2010/75 da União Europeia (EU), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, relativa às Emissões Industriais e PCIP.

Aplica-se às atividades identificadas num Anexo do Decreto-Lei n.º 127/2013; às atividades que usem solventes orgânicos; e às atividades de inceneração e co-incineração de resíduos .

e) Comércio Europeu de Licenças de Emissão de gases com efeitos de estufa (CELE)

O CELE, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 38/2013, de 15 de março, regula o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa. Aplica-se às emissões provenientes das atividades desenvolvidas por instalações fixas; e aos Gases com Efeito de Estufa (GEE), identificados em Anexos deste Decreto-Lei. Este regime é um critério para a classificação de atividades económicas no tipo 2.

f) Operações da Gestão de Resíduos (OGR)

O Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2011) estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos.

Define as OGR, tendo em vista prevenir ou reduzir a produção de resíduos, o seu carácter nocivo e os impactes adversos decorrentes da sua produção e gestão, bem como a diminuição dos impactes associados à utilização dos recursos, de forma a melhorar a eficiência da sua utilização e a proteção do ambiente e da saúde humana.

As entidades responsáveis pela aplicação deste regime são a APA e/ou as CCDR.

g) Regime Jurídico de Utilização de Recursos Hídricos (RJURH)

Este regime foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio para as atividades que tenham um impacto significativo no estado das águas, e só podem ser desenvolvidas desde que ao abrigo de um título de utilização emitido nos termos e condições previstos na Lei da Água e no RJURH.

As utilizações dos recursos hídricos particulares podem estar sujeitas, nomeadamente a autorização, quando se tratem de captações, construções, ou implantação de infraestruturas; ou a licença no caso de rejeição de águas residuais; imersão de resíduos; recarga e injeção artificial em águas subterrâneas; extração de inertes e aterros ou escavações.

No caso das captações de águas particulares com meios de extração com potência inferior a 5cv pode ser efetuada através de mera comunicação prévia, desde que não tenham impacte significativo no estado das águas.

O RJURH define, também, as condições e procedimentos para a autorização, funcionamento e controlo dos sistemas particulares de abastecimento de água.

h) Regime Jurídico de Saúde e Segurança no Trabalho (RJSST)

O Decreto-Lei n.º 102/2012, de 10 de setembro, posteriormente alterado pela Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro, pretende assegurar a adequada vigilância da saúde dos trabalhadores em função dos riscos a que se encontram potencialmente expostos no local de trabalho, e suportar todos os encargos com a organização e funcionamento dos serviços de segurança e saúde no trabalho, incluindo tudo o que respeita à vigilância da saúde (ex: exames médicos, formação em Segurança e Higiene e Saúde no Trabalho, primeiros socorros).

i)- Segurança e Higiene Alimentar e Higiene de Géneros Alimentícios de origem animal

Os Regulamentos da Comissão Europeia (CE) n.º 852/2004 e n.º 853/2004 aplicam-se a estabelecimentos de exploração de atividades agroalimentares.

O Regulamento CE n.º 852/2004, de 29 de abril, é relativo à higiene dos géneros alimentícios. Estabelece regras gerais de higiene dos géneros alimentícios destinados aos Operadores de Empresas do Sector Alimentar (OESA). Estes, são os principais responsáveis pela segurança dos géneros alimentícios em todas as fases sob seu controlo. Os OESA, devem aplicar procedimentos baseados nos princípios do Análise dos Perigos e Controlo dos Pontos Críticos (HACCP) associados com a observância das regras de Boas Práticas de Higiene, de modo a satisfazer os requisitos em matéria de higiene. Devem ainda, cumprir as seguintes medidas específicas de higiene: respeitar os critérios microbiológicos; implementar os processos necessários para cumprir os

objetivos do regulamento; respeitar os critérios de temperatura aplicáveis aos géneros alimentícios; manutenção da cadeia de frio; recolha e análise de amostras.

O Regulamento CE n.º 853/2004 de 29 de abril, estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal complementando o Regulamento n.º 852/2004. Aplica-se de um modo geral ao comércio retalhista. Para além dos requisitos definidos no Regulamento CE n.º 852/2004, os operadores devem assegurar que todos os produtos de origem animal por si colocados no mercado ostentem uma marca de salubridade ou uma marca de identificação.

j) Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)

O RJUE, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 da Série I de 09 de setembro, já teve várias alterações até 2017. O RJUE regulamenta a realização de operações urbanísticas e de loteamento no quadro do ordenamento do território, em que se constituem como entidades competentes as câmaras municipais.

Se a instalação ou alteração do estabelecimento envolver a realização de operação urbanística de urbanização ou de edificação sujeita a controlo prévio nos termos do RJUE, o requerente deve apresentar como elemento instrutório do pedido de título digital de instalação ou de instalação e exploração (licenciamento da atividade industrial):

- a aprovação do projeto de arquitetura; ou
- a informação prévia favorável nos termos do n.º 2 do art.º 14.º do RJUE.

Caso não tenha na sua posse estes elementos quando apresenta o pedido de título digital de instalação ou de instalação e exploração, o requerente pode instruir o pedido com uma declaração de que opta por deferir a respetiva entrega até ao final do prazo de emissão do referido título.

Caso o requerente não apresente os elementos atrás mencionados dentro do prazo para a emissão do título digital de instalação ou de instalação e exploração, será notificado pela EC de que dispõe de um prazo máximo de seis meses para apresentação dos elementos em falta.

Se a instalação do estabelecimento não envolver a realização de operação urbanística de urbanização ou de edificação, na instrução do pedido de título digital de instalação ou de instalação e exploração, o requerente deve apresentar o título de utilização do imóvel para fins industriais emitido pela câmara municipal territorialmente competente.

k) Regime Jurídico de instalação, funcionamento, reparação e alteração de Equipamentos Sob Pressão (ESP)

Os estabelecimentos que tenham de instalar ESP, devem cumprir o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 90/2010, de 22 de julho. O licenciamento dos ESP compete ao IPQ. Os procedimentos de licenciamento dos ESP estão fixados no Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de ESP, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei nº 90/2010 de 22 de julho, assim como estão definidas as situações de isenção de licenciamento (como por exemplo, os reservatórios de ar comprimido de volume inferior a 3000 bar por litro).

São exemplos de ESP, os reservatórios de gás, de ar comprimido e de oxigénio ou outros gases criogénicos, bem como as caldeiras para a produção de vapor.

O SIR prevê que caso o operador pretenda solicitar o licenciamento de ESP em simultâneo com o pedido de licenciamento da sua atividade industrial; apenas para estabelecimentos de tipo 2, o pode fazer, devendo instruir o mesmo com os elementos previstos no Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de ESP.

A instalação dos ESP no estabelecimento industrial, deve respeitar os requisitos necessários para garantir a segurança das pessoas e dos bens aquando da sua utilização.

l) Número de Controlo Veterinário (NCV)

O NCV, representa o reconhecimento do cumprimento dos requisitos hígio-sanitários pelos estabelecimentos que desenvolvem atividades às quais se aplica o Regulamento CE nº. 853/2004. O estabelecimento industrial necessita de atribuição de NCV sempre que nesse estabelecimento industrial se desenvolva uma atividade agroalimentar que utilize matéria-prima de origem animal não transformada; que envolva a manipulação de subprodutos de origem animal; ou ainda no fabrico de alimentos para animais.

No âmbito do SIR o pedido de instalação e/ou alteração é apresentado, via BE, com todos os elementos instrutórios previstos na Portaria nº 279/2015, de 14 de setembro. A EC solicita parecer à DGAV, que emite decisão final sobre o pedido sob a forma de título digital de instalação por se tratar de uma tipologia 1.

O operador, logo que tenha a instalação em condições de iniciar a exploração, solicita à EC o pedido de vistoria (pedido de título de exploração). Esta vistoria é agendada e realizada com a DGVA que, enquanto autoridade sanitária nacional, procede

à atribuição do NCV, após verificação do cumprimento dos requisitos exigidos na regulamentação comunitária e nacional em matéria de higiene e segurança alimentar.

O SIR prevê, na Parte 2-A do Anexo I, que estabelecimentos industriais com atividades agroalimentares (que utilize matéria-prima de origem animal não transformada) possam ser instalados em prédios urbanos destinados à habitação. As atividades desenvolvidas neste tipo de estabelecimento e que se destinem exclusivamente à venda ou fornecimento direto ao consumidor, estão isentas da atribuição do NCV pela DGAV, ainda que sejam utilizadas matérias-primas de origem animal não transformadas, conforme o Despacho n.º 6497/2014 da DGAV.

Estão, ainda, isentas de atribuição do NCV as atividades industriais desenvolvidas nas seções acessórias dos estabelecimentos de comércio ou de restauração ou bebidas e elencadas na lista VI do anexo I do RJACSR aprovado em anexo ao Decreto-lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que utilizem matérias-primas de origem animal não transformadas porquanto está em causa a venda ou abastecimento direto ao consumidor final.

Em resumo, é com base nos regimes jurídicos mencionados (conexos ao licenciamento industrial), que é efetuado o licenciamento industrial, e são classificadas em diferentes tipologias as atividades industriais. Aquelas cujos procedimentos carecem de vistorias antecipadas, licenças ou qualquer outro procedimento para a regulação da atividade industrial de entidades públicas consultadas como por exemplo, DGAV e o IPQ entre outros, segundo o atual regime identificam a tipologia 1, as restantes pertencem à tipologia 2. Ao tipo 3 pertencem todas as atividades que não carecem de qualquer tipo de vistoria prévia por parte das Entidades Consultadas, e que apenas estão sujeitas ao procedimento de mera comunicação prévia cujo título válido para o exercício da atividade é atribuído logo após o registo no BE e o pagamento das taxas.

2.3.2- Requisitos Técnicos das Instalações

O Despacho n.º 11187/2014, de 11 de agosto, aprovou um conjunto de Condições Técnicas Padronizadas (CTP), do qual faz parte integrante um documento de referência da segurança e saúde do trabalho para atuação dos industriais no âmbito do SIR. Este documento, não obstante ultrapassado no que se refere à classificação das tipologias dos estabelecimentos e aos regimes procedimentais aplicáveis, (é anterior à revisão do SIR

pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio) mantém-se contudo como um referencial relevante de apoio no domínio da segurança e saúde no trabalho.

O referido documento inclui um conjunto de listas de verificação de conformidade das instalações e de avaliação dos diferentes riscos profissionais, assim como um quadro síntese da legislação aplicável, procurando contribuir para a avaliação de conformidade do estabelecimento industrial com os requisitos legais aplicáveis no domínio da segurança e saúde no trabalho.

Ainda no referido documento, temos informação técnica sobre os requisitos legais aplicáveis em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho constantes do “Documento de referência da segurança e saúde no trabalho - Atuação dos Industriais no âmbito do SIR”.

Quando se pretende instalar um estabelecimento industrial a primeira fase é conceber e projetar locais destinados a postos de trabalho, pelo que se deverá ter em conta um conjunto de prescrições mínimas de segurança e de saúde, com vista a prevenir riscos profissionais e garantir a proteção dos trabalhadores.

O Despacho n.º 11187/2014, que prevê as CTP, para o fabrico de produtos à base de carne, define não só o enquadramento legal, como define os requisitos de construção, definindo limites dimensionais como (cubagem mínima, pé direito, sinalização e vias de circulação...), as escadas, que também devem obedecer a determinados requisitos, assim como, as paredes, os pavimentos e os tetos. As portas e os portões, tal como o cais, as rampas e outras plataformas de acesso, também devem cumprir determinadas medidas para a segurança e saúde dos trabalhadores, tais condições estão especificadas no Despacho n.º 11187/ 2014.

Os requisitos dos equipamentos também são mencionados neste diploma. Por exemplo, as características dos materiais, o número de lavatórios, vestiários e balneários, que são atribuídos em função do número de trabalhadores e o género.

O quadro legal para a matéria de segurança e saúde no trabalho bem como outros aspetos operacionais como os princípios de HACCP, o processo de Rastreabilidade, e aspetos relacionados com questões ambientais também estão referidos neste despacho.

Para todos estes requisitos, no final do despacho, é referida a legislação em vigor.

2.3.3- Segurança Alimentar

O quadro legal, para a Segurança Alimentar dos estabelecimentos industriais são o Regulamento CE n.º 178/2002, de 28 de janeiro, que determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios. O Regulamento CE n.º 852/2004, de 29 de abril, relativo à higiene dos géneros alimentícios e o regulamento CE n.º 853/2004, de 29 de abril, que estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal.

Em complemento aos requisitos anteriormente elencados, os operadores do sector alimentar devem ainda assegurar, em todas as fases de produção, transformação e distribuição nas empresas sob seu controlo, que os géneros alimentícios preenchem os requisitos da legislação alimentar e devem verificar o cumprimento desses requisitos.

De forma a prevenir, eliminar ou apenas reduzir os perigos que podem vir a contaminar o género alimentício durante o seu processo produtivo e posterior distribuição, devem ser tidos em conta pré-requisitos que, uma vez contemplados, permitam a aplicação efetiva do sistema HACCP.

Os pré - requisitos permitem controlar os perigos associados ao meio que envolve o processo de produção do género alimentício e reportam, nomeadamente estruturas/instalações e equipamentos, plano de higienização, controlo de pragas, abastecimento de água, controlo de resíduos, tratamento térmico, materiais em contacto com os alimentos, higiene/saúde e formação do pessoal.

O sistema HACCP controla os perigos associados ao processo de produção, constituindo-se como um sistema de gestão de perigos pró-ativo, que pretende manter sob controlo a contaminação dos alimentos com microrganismos, substâncias químicas ou contaminantes físicos de maneira a que possam produzir alimentos de forma segura. Baseia-se numa abordagem sistemática, documentada e verificável baseando-se em sete princípios:

- 1- Identificar os potenciais perigos associados com a produção de alimentos em todos os seus pontos, desde a receção das matérias-primas até ao ponto de consumo. Determinar a probabilidade de ocorrência do(s) perigo(s) e identificar as medidas preventivas para o seu controlo.

- 2- Determinar os pontos (procedimentos/passos operacionais) que podem ser controlados para eliminar o(s) perigo(s) ou minimizar a sua probabilidade de ocorrência.
- 3- Estabelecer limite(s) crítico(s) a ser(em) cumprido(s), por forma a assegurar que cada Ponto Crítico de Controlo (PCC) está sob controlo.
- 4- Estabelecer um sistema de monitorização para assegurar o controlo de cada PCC através de testes ou observações programadas.
- 5- Estabelecer a ação corretiva a ser tomada quando a monitorização indica que determinado PCC não está dentro do limite estabelecido.
- 6- Estabelecer procedimentos para verificação que incluam testes suplementares e procedimentos para confirmar que o sistema HACCP está a funcionar de forma efetiva.
- 7- Estabelecer a documentação respeitante a todos os procedimentos e registos apropriados a estes princípios e à sua aplicação.

No site da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), está disponível um conjunto de informação, incluindo regras aplicáveis ao exercício de atividade alimentar.

Acrescem às obrigações acima referidas, as obrigações decorrentes do Regulamento CE n.º 178/2002, nomeadamente em razão de Rastreabilidade, ou seja, o operador económico deve implementar um sistema que lhe permita controlar o histórico dos produtos, encontrar as suas não conformidades e localizar os que não se encontram nas devidas condições, de modo a possibilitar retiradas do mercado de forma orientada e precisa, ou a informar os consumidores ou os funcionários responsáveis pelos controlos, evitando-se assim a eventualidade de perturbações desnecessárias mais importantes em caso de problemas com a segurança dos géneros alimentícios.

Por último, porque o SIR prevê a possibilidade de exercício de atividade industrial em prédio de habitação em determinadas condições e considerando que entre as atividades em referência se integram algumas atividades agroalimentares importa ter em consideração o “Esclarecimento 8/2014 da DGAV”, relativo à aprovação de estabelecimentos industriais em casas particulares. Este esclarecimento conclui que, os estabelecimentos onde sejam usados géneros alimentícios de origem animal não transformados (por exemplo: carne fresca, incluindo congelada; carne picada; ovos em natureza; e leite cru) e a respetiva produção se destine, pelo menos em parte, à venda a outros operadores do setor alimentar (incluindo estabelecimentos como cafés,

restaurantes e mercearias), devem dispor de um espaço específico para a preparação dos alimentos, independente da cozinha doméstica.

2.4- Instrumentos Técnicos de Suporte ao SIR

O Decreto - Lei nº 73/2015 considera alguns Instrumentos Técnicos de Suporte ao SIR que visam, em termos gerais, definir os meios de acesso ao licenciamento industrial, facilitar os trâmites processuais, disponibilizar e divulgar informação relativa às atividades industriais, estabelecer procedimentos normalizados e desburocratizados, permitir a intervenção de entidades no sentido de agilizar o processo de licenciamento.

De acordo com o Decreto - Lei nº 73/2015, assumem-se como Instrumentos Técnicos de Suporte ao SIR designadamente:

- O balcão do empreendedor
- As condições técnicas padronizadas
- As entidades acreditadas
- O sistema de informação dos estabelecimentos industriais

2.4.1- Balcão do Empreendedor (BE)

O BE, é um serviço digital disponibilizado no Portal do Cidadão e constitui uma ferramenta que permite realizar, por via eletrónica, a submissão e a tramitação dos procedimentos previstos no SIR.

Pode ser prestado o serviço de atendimento digital assistido ao BE pelos serviços de atendimento presencial das EC, pelas autarquias locais e por entidades públicas consultadas.

O BE, no âmbito do SIR, disponibiliza aos utilizadores funcionalidades e informações como a possibilidade de submissão e tramitação eletrónica relativamente à emissão ou submissão de (títulos, licenças, autorizações, aprovações, comunicações prévias entre outros), submissão da comunicação de suspensão, reinício e cessação da atividade e ainda alterações de titularidade ou denominação social de titular do estabelecimento industrial.

O BE, apoia o requerente ou a EC no preenchimento dos formulários e na instrução dos procedimentos, e disponibiliza também o preenchimento automático, dos formulários eletrónicos.

Permite ainda acompanhar e consultar os respetivos procedimentos, por parte do requerente, da EC, das entidades intervenientes e das entidades com competências de fiscalização.

E, ainda, a contagem automática de prazos e de passagem a fases seguintes dos procedimentos, uma vez decorrido o prazo ou a emissão do ato em causa, nomeadamente para efeitos de emissão automática de títulos digitais.

As funcionalidades técnicas do BE para efeitos do SIR, bem como o formato, características e mecanismos de tratamento da informação a disponibilizar nesse âmbito estão regulamentadas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa e da economia.

2.4.2- As Condições Técnicas Padronizadas (CTP)

As CTP, são um conjunto de regras e especificações previamente definidas para determinada atividade ou operação, a desenvolver no estabelecimento industrial, que constituem o objeto de licença, autorização, aprovação, comunicação prévia com prazo, registo, parecer ou outro ato permissivo necessário à instalação e exploração do estabelecimento industrial.

As CTP, podem assumir diferentes formas, sendo de destacar: Títulos Padronizados Integrados, Referencial Técnico Padronizado e Documento de Referência.

O Despacho n.º 11187/2014 definiu um conjunto de Títulos Padronizados Integrados, entre os quais:

- Assadura de Leitão e Outros Ungulados,
- Agro-indústria,
- Padaria, Pastelaria e Fabricação de Bolachas, Biscoitos, Tostas e Pastelaria de Conservação,
- Preparação de Carnes (corte e desossa) e Fabrico de Carne Picada e Preparados de Carne,
- Fabrico de Produtos à Base de Carne,
- Queijarias,
- Centros de Classificação de Ovos.

Relativamente às CTP, é importante referir que são as entidades públicas, quer intervenham nos procedimentos previstos pelo SIR quer tutelem áreas técnicas para a

definição das condições de instalação e exploração dos estabelecimentos industriais, que de forma progressiva e incremental devem adotar condições técnicas padronizadas.

Se as entidades públicas intervierem nos procedimentos, as CTP devem ser designadas por tipos de atividade ou operação, sujeita a licença, autorização, aprovação, comunicação prévia com prazo, registo, parecer, ou outro ato permissivo na área de atuação, salvo se a especificidade do regime jurídico da atividade ou operação não for compatível com a padronização das condições de instalação ou exploração, designadamente nos casos em que a legislação aplicável imponha a realização de consulta pública.

Se as entidades públicas forem apenas tutelares, as CTP devem constituir referenciais para o exercício da atividade industrial na respetiva área de atuação.

As CTP são aprovadas por despacho pelos membros do Governo e são disponibilizadas, obrigatoriamente, no BE. Os títulos digitais emitidos nos procedimentos previstos no SIR, em que o requerente tenha optado por recorrer às CTP, devem fazer referência às licenças, autorizações, e outros documentos, padronizados necessários à atividade a desenvolver no estabelecimento industrial que tenham sido objeto de pedido. A verificação da correspondência entre as características e especificações do estabelecimento industrial e o âmbito de aplicação das CTP a que o requerente tenha aderido, é efetuado pelas entidades públicas consultadas no período de verificação dos elementos instrutórios, para o pedido de título digital de instalação e para o procedimento de instalação e exploração sem realização de vistoria prévia.

O recurso do industrial às CTP prevê a existência de licença, ou outro ato permissivo padronizado no domínio das atividades e/ou operações a desenvolver no estabelecimento industrial. O requerente tem de optar pelo pedido do título respetivo. Se não for do interesse do titular, as CTP não são aplicadas. Uma vez mencionado o interesse pelo título, este deve fazer-se acompanhar por uma declaração de responsabilidade do requerente, de cumprimento integral das CTP objeto do pedido.

As CTP são atribuídas quando é dispensada a pronúncia, a que se refere o artigo 23.º e o artigo 31.º, conforme aplicável, das entidades públicas responsáveis pela emissão de CTP a que o requerente tenha aderido no seu pedido, salvo se a especificidade do respetivo regime jurídico dispuser em contrário. Também são atribuídas em situações em que é dispensada a realização de vistoria prévia, com exceção dos casos de estabelecimentos industriais que utilizem matéria-prima de origem animal não transformada, subprodutos animais, ou que exerçam atividade de fabrico de

alimentos para animais, ou atividade de operação de gestão de resíduos que exijam vistoria prévia à exploração, nos termos dos regimes legais aplicáveis.

Quando as CTP são aplicadas, é reduzido para um terço, o valor da taxa correspondente à emissão do ato permissivo que se encontre abrangida por CTP a que o requerente tenha aderido.

No caso concreto de licenciamento da unidade de produção de fumeiro, tratado no capítulo seguinte, o empresário não requereu a adesão a CTP.

2.4.3- As Entidades Acreditadas

As Entidades Acreditadas, são acreditadas pelo Instituto Português da Acreditação (IPAC) podem intervir nos procedimentos previstos no SIR.

A intervenção destas entidades pode dispensar alguns atos de pronúncia e reduz os prazos de pronúncia de entidades consultadas. A sua intervenção agiliza o processo e pode reduzir o tempo necessário à conclusão do processo

Em resumo, a intervenção destas entidades tem como resultados:

- Dispensa a análise da boa instrução do processo em procedimentos em matéria ambiental, com a entrega, pelo requerente, do requerimento aplicável, acompanhado de um relatório de conformidade;
- Dispensa da pronúncia das entidades públicas, conforme aplicável e de acordo com o Decreto - Lei nº 75/2015, exceto em matéria ambiental;
- Reduz os prazos de pronúncia de entidades consultadas;
- O conteúdo das licenças, autorizações, aprovações, comunicações prévias com prazo, meras comunicações prévias, registos, pareceres e outros atos permissivos ou não permissivos de que dependa a instalação ou exploração do estabelecimento industrial ou da ZER das entidades intervenientes no SIR e a respetiva fundamentação pode consistir em mera declaração de concordância com o conteúdo dos documentos emitidos pelas Entidades Acreditadas.

2.4.4- O Sistema de Informação dos Estabelecimentos Industriais

O sistema de informação dos estabelecimentos industriais integra os dados, organizados e atualizados, respeitantes às atividades industriais. Tem como finalidade

principal possibilitar o conhecimento efetivo das atividades industriais exercidas em estabelecimentos a operar em território nacional.

O IAPMEI, é a entidade responsável pela recolha e tratamento de dados relativos ao sistema de informação dos estabelecimentos industriais.

3- Licenciamento de uma Unidade de Produção de Fumeiro

Neste capítulo, passo a descrever as fases obrigatórias para o licenciamento industrial de uma unidade de produção de fumeiro. Desde o requerimento de licenças, o preenchimento de formulários, a reunião dos documentos instrutórios, a elaboração/planificação dos projetos, a submissão dos documentos na plataforma, até ao pagamentos das taxas.

O requerente do processo de licenciamento previa o licenciamento de duas atividades industriais no mesmo edifício, já construído, mas independentes. Uma unidade de produção de fumeiro (a que faz referência este trabalho) e uma unidade de moagem de cereais, como se pode verificar em alguns documentos do Anexo 1. Inicialmente, estava previsto que o licenciamento destas unidades seria feito em conjunto. Mas, devido a dificuldades com a utilização da plataforma, foi decidido fazer o licenciamento em separado. Assim, em primeiro o processo de licenciamento da unidade de fumeiro; e o licenciamento da moagem de cereais será realizado o mais brevemente possível.

Nos anexos do presente trabalho, são apresentadas cópias de todos os documentos, formulários, páginas "on-line" e elementos instrutórios do processo de licenciamento realizado. Alguns documentos são comuns ao futuro processo de licenciamento da unidade de moagem de cereais.

Como já foi referido, o trabalho desenvolvido refere-se ao licenciamento de uma unidade de produção de fumeiro, que segue o procedimento de mera comunicação prévia, por se tratar de um estabelecimento industrial de tipo 3, de acordo com as condições definidas para a classificação dos estabelecimentos industriais e regimes procedimentais, estipuladas no Artigo 11º do Decreto-Lei nº. 73/2015.

Acresce ainda que este estabelecimento cumpre as condições da parte 2-A do Anexo I do Decreto-Lei nº. 73/2015, nas condições relativas à Potência Elétrica Contratada $\leq 41,4$ kVA; à Potência Térmica $\leq 4 \times 10^5$ kJ/h; e ao Número de Trabalhadores não superior a 5.

Para este procedimento de licenciamento, a EC é a Câmara Municipal de Miranda do Douro. O processo de licenciamento contou com a colaboração e o apoio de:

- Dr. Afonso Pimentel, Veterinário Municipal e técnicos afetos a este serviço,
- Associação de Produtores Gastronómicos das Terras de Miranda,

- Eng.º Túlio Esteves, Engenheiro Civil.

Todo o processo de inserção de dados e procedimentos on-line teve a duração aproximada de 2 meses.

3.1- Acesso ao Balcão do Empreendedor

O BE, é uma plataforma eletrónica disponibilizada no Portal do Cidadão, que permite realizar, por via eletrónica, a submissão e a tramitação dos procedimentos previstos no SIR para o licenciamento industrial.

Os procedimentos para licenciamento são realizados no BE, por via eletrónica e a submissão do pedido pode ser feito:

- através de canal on-line
- através de atendimento digital assistido

O serviço de atendimento digital assistido pode ser prestado pelos serviços de atendimento presencial das entidades coordenadoras, pelas autarquias locais e por entidades públicas consultadas.

Quando, por motivos de indisponibilidade temporária, não seja possível a tramitação dos procedimentos previstos no SIR através do BE, essa tramitação é efetuada por correio eletrónico, com conhecimento da AMA (Agência para a Modernização Administrativa), para o endereço eletrónico da EC, ou em formato digital, devendo a EC, assegurar o cumprimento dos procedimentos até que o BE esteja operacional.

Sempre que quaisquer elementos do procedimento sejam entregues por correio eletrónico, os mesmos são inseridos no BE pela EC nos cinco dias subsequentes à cessação da situação de indisponibilidade temporária.

Quanto à realização do pedido de licenciamento, este pode ser efetuado por (assume o papel de requerente):

- O titular do estabelecimento;
- Um gerente ou administrador da sociedade que explora o estabelecimento industrial, mediante apresentação de certidão do registo comercial (ou código de acesso à certidão online);
- Advogado, solicitador ou um terceiro, munidos de procuração com poderes para o respetivo requerimento.

Os pedidos de licenciamento podem ser submetidos via BE, exigindo um meio de autenticação (Cartão de Cidadão, Certificado Digital de Advogado ou Solicitador ou Chave Móvel Digital) ou na forma de atendimento presencial/acesso mediado junto das EC e dos Espaços Empresa (EE).

O BE disponibiliza, para o licenciamento industrial, dois serviços. O pedido de instalação, e o pedido de alteração. No nosso caso, vamos tratar de um pedido de instalação.

A plataforma eletrónica do BE, para o licenciamento dos estabelecimentos industriais, está organizado em duas partes, designadas formulários:

- Formulário de enquadramento, de acesso livre, sem necessidade de autenticação, onde é solicitado um conjunto de respostas que, no final, permitirão classificar o estabelecimento industrial, identificar o procedimento a aplicar, indica a EC, os regimes ambientais aplicáveis e, quando disponível, o valor de taxa.

- Formulário de detalhe, organizado por secções temáticas e gerado com base no formulário de enquadramento. Em cada secção temática são indicados os documentos a anexar. Tal como no formulário de enquadramento, as respostas dadas determinam as perguntas geradas no decorrer do preenchimento do pedido.

No final do preenchimento do formulário de enquadramento, e caso se pretenda avançar com a submissão do pedido via BE, a transição para o formulário de detalhe exige uma autenticação. Esta autenticação permitirá não só o acesso ao formulário de detalhe, bem como à Área Reservada, onde ficará guardado o pedido até à respetiva submissão (que só será permitida após o completo preenchimento do formulário e anexação dos documentos solicitados).

Para os estabelecimentos industriais classificados na tipologia 3, cuja EC é a câmara municipal, poderá verificar-se um de dois cenários:

- Câmara Municipal tem o valor de taxa previsto na plataforma, e esta informação é desde logo disponibilizada ao requerente;

- Câmara Municipal não tem valor de taxa previsto na plataforma, pelo que o requerente deverá aguardar informação desta entidade.

Após a submissão e pagamento, o requerente pode acompanhar o estado do processo através da sua Área Reservada (sempre mediante processo de autenticação).

O pedido de licenciamento de alteração de um estabelecimento industrial é, também, composto por formulário de enquadramento e formulário de detalhe.

A comunicação de alteração pressupõe um primeiro momento de análise por parte da EC a fim de decidir sobre o procedimento a aplicar. Neste primeiro momento não há lugar ao pagamento de taxa.

Após decisão, sobre o procedimento a aplicar, dá-se início ao segundo momento do pedido, inserindo os dados e documentos (quando aplicável) solicitados, submetendo novamente à EC. Aquando desta submissão, será dada a informação sobre a taxa a liquidar. Só após o pagamento desta taxa, é que o pedido é disponibilizado à EC para análise e decisão.

3.2- Requerimento para o Acesso Mediado e Preparação dos Elementos Instrutórios

O trabalho foi iniciado com uma abordagem do requerente (e “futuro” empreendedor) à EC, numa sessão de esclarecimento sobre:

- as fases do processo,
- os custos do mesmo,
- o espaço para as infraestruturas do estabelecimento industrial,
- a localização.

Estas questões implicam uma avaliação e uma análise das condições dessa atividade, dos limites de produção e das condições para produzir.

Tratou-se da primeira reunião de trabalho tendo em vista delinear e preparar a implantação de uma unidade de produção de fumeiro.

Após a decisão do requerente/empreendedor decidir avançar com o projeto, a EC formaliza a mediação, após a entrega de um requerimento, assinado pelo próprio, em que requer acesso mediado para a submissão de mera comunicação prévia do seu estabelecimento industrial.

O modelo do requerimento foi elaborado pela Divisão de Ambiente e Gestão Urbana da câmara municipal. Esta, também, disponibiliza um anexo ao modelo do requerimento, onde consta a listagem dos elementos instrutórios necessários ao processo de licenciamento.

No requerimento é identificado o requerente, o técnico responsável pelo projeto, o titular do estabelecimento industrial e o próprio estabelecimento. Consta ainda deste requerimento a caracterização do estabelecimento e a declaração de responsabilidade assinada pelo requerente, tal como se pode ver no Anexo 1, pp. A1/2 a A1/4.

A listagem dos elementos instrutórios identifica os documentos exigidos, como os comprovativos da identidade do industrial, do técnico do projeto, da localização do estabelecimento, da caracterização da atividade a desenvolver e outros elementos adicionais previstos em legislação específica, para cumprimento dos regimes jurídicos conexos ao licenciamento industrial (ver Anexo 1, pp. A1/5 a A1/7).

A recolha do conjunto dos elementos instrutórios, é um trabalho moroso, uma vez que são documentos diversos, passados/emitidos por diferente entidades como: Serviço de Finanças, EDP, Conservatória do Registo Predial, diferentes Secções da Câmara Municipal, etc.) que demoram algum tempo e requerem alguma disponibilidade por parte do requerente para conseguir reunir todos estes documentos.

Esta etapa do processo termina assim que o requerimento da mera comunicação prévia esteja devidamente preenchido; assinado pelo requerente; e todos os elementos instrutórios necessários estejam reunidos. No Anexo 1, pp. A1/8 a A1/46, são apresentadas cópias de todos os elementos instrutórios que foram reunidos para este processo de licenciamento.

3.3- Preparação e Acesso à Plataforma de Licenciamento

A etapa seguinte do processo consiste no preenchimento dos formulários da plataforma de licenciamento industrial, no BE. No Anexo 2 apresentam-se cópias de documentos e de páginas-web do desenrolar do processo de licenciamento, e que, adiante, vamos descrever de forma mais pormenorizada.

Depois de termos, em mão, todos os documentos pedidos/necessários, vamos efetuar o pedido de instalação de estabelecimento industrial.

Quero referir que é mesmo importante ter os documentos todos em mão, porque a introdução de dados e dos documentos (em formato pdf) na plataforma é feita de forma consecutiva (e não previamente conhecida).

Por isso, convém tê-los todos antecipadamente para evitar entrar várias vezes na plataforma e correr o risco de expirar o tempo e o prazo. Caso isso aconteça temos de introduzir tudo novamente, pois a plataforma não permite avançar sem que cada página esteja completamente preenchida e também não guarda os dados introduzidos, se não forem validados.

O acesso ao BE pode ser efetuado a partir do Portal do Cidadão ou do portal da AMA em cujo portal encontramos igualmente ligação para o BE e para o EE.

Depois de consultarmos os dois portais referidos (www.portaldocidadao.pt e www.ama.gov.pt) preferimos efetuar o processo de licenciamento através do portal do cidadão. Quanto a nós, e atendendo a que este foi o primeiro registo que fizemos na plataforma, tem algumas vantagens, como:

- ser mais direto,
- tem informação mais detalhada,
- temos acesso à plataforma de simulação sem efetuar logo a validação dos documentos, o que permite prepararmo-nos melhor, reduzindo o risco de enganos ou de troca de informação.

3.4- Descrição do Preenchimento dos Formulários de Enquadramento e de Detalhe

Não é fácil fazer a descrição, em texto, dos passos seguidos no preenchimento do formulário, e descrever a sequência de páginas-web e de quadros com pedido de informação nas várias páginas. As paginas-web apresentam diversos quadros e muitas vezes têm links que remetem para outras páginas ou quadros, com informação ou pedidos de informação que, após a visualização ou preenchimento retornam à página-web anterior, retomando o processo de preenchimento. Por outro lado, a sequência do aparecimento das páginas, ou quadros, depende dos dados ou informação que vai sendo inserida.

Para facilitar a compreensão da descrição do preenchimento do formulário, vou seguir a indicação dos sucessivos passos, com indicação da página-web, dos quadros e da informação inserida. Esta informação pode, dependendo dos quadros, ser inserida na forma de:

- valor numérico,
- opção Sim / Não,
- "botão" de escolha entre opções,
- seleção de uma, de entre as alternativas listadas.

Após preenchimento dos campos com a informação solicitada, no final de cada página-web, e para avançar, é necessário confirmar a passagem para a página seguinte. Para tal, é necessário clicar num botão que a plataforma apresenta no final de cada página (ou nalguns quadros). Esse botão pode tomar as formas / variantes: "próximo", "continuar", ou "voltar ao índice de documentos", ou "validar". Estas opções aparecem

indistintamente, em função da informação solicitada e inserida em cada quadro ou página.

O procedimento inicia-se no portal do cidadão (<https://www.portaldocidadao.pt/>).

A partir desta página-web, selecionam-se (clicar) nos menus/ligações com a sequência seguinte:

"Espaço Empresa"

"Balcão do Empreendedor"

"Sistema de Industria Responsável"

>Mais informações

>Realizar serviço online

A partir daqui entramos na plataforma on-line, e temos o formulário de enquadramento, para preenchimento.

A informação introduzida no formulário de enquadramento não é guardada na plataforma. Só fica guardada na plataforma após transição para o formulário de detalhe por via de autenticação dos dados do titular ou do responsável pelo pedido de licenciamento.

Para apresentar e descrever o processo de preenchimento, vamos considerar uma sequência de passos, em função das páginas-web que nos são apresentadas para preenchimento.

Vamos indicar cada página-web e o título de cada quadro, conforme vão surgindo.

Vamos usar o símbolo " > " para indicar o texto das perguntas/questões e para indicar a resposta inserida (que pode ser numérica, por seleção de opções, etc.) ou a ligação (link) para avançar no processo de inserção de dados.

1º Passo: Página-web "Licenciamento industrial - Serviços"

Quadro "Tipo de Serviço" > Instalação de Estabelecimento Industrial

> Próximo

Ver Anexo 2, página A2/ 2.

2º Passo: Página-web: "Informações Gerais do Estabelecimento Industrial"

Quadro "Localização do estabelecimento industrial"

Está localizado numa ZER > Não

> selecionar: distrito e concelho > Bragança > Miranda do Douro

> indicar nº de trabalhadores > 2

> potencia elétrica contratada > 10,35

> potencia térmica instalada > 0

Ver Anexo 2, página A2/ 3.

Nota: Para preencher os campos sobre a energia, recorreremos à fatura detalhada da EDP.

2º Passo: Página-web "Informações Gerais do Estabelecimento Industrial"

Quadro "Caracterização das atividades económicas do estabelecimento industrial"

> Seleção de CAE > 10130 – Fabricação de produtos à base de carne

> É a atividade económica que melhor caracteriza o estabelecimento industrial > Sim

> Próximo

Ver Anexo 2, página A2/ 3.

3º Passo: Pagina-web " Caraterização da Atividade Económica do Estabelecimento Industrial "

Quadro "10130- Fabricação de produtos à base de carne"

> Número de trabalhadores > 2

> Produz géneros alimentícios destinados ao consumo humano > Sim

> Os géneros alimentícios produzidos destinam-se ao fornecimento do consumidor final (consultar nota) > Sim

> Apenas preparação e conservação de produtos à base de carne e preparação de enchidos, ensacados e similares > Sim

> Capacidade de produção da atividade desenvolvida > 6600Kg/ano

> Próximo

Ver Anexo 2, página A2/ 4 .

Nota: As questões que são colocadas neste passo, caraterizam a atividade económica abrangida pelo Decreto-Lei nº. 73/2015 de 11 de maio (SIR), incidindo no enquadramento das atividades previstas no Anexo I do SIR, partes 2A e 2B.

Nota: para calcular a capacidade de produção considera-se:

- o estabelecimento irá laborar durante um período de 4 meses por ano, o que corresponde a 20 semanas,

- por semana são recebidas 2 carcaças com peso médio de 150 kg/carcaça,

então:

$20 \text{ semanas} * 2 \text{ porcos por semana} = 40 \text{ porcos/ ano}$ (uma vez que os 4 meses de produção representam o trabalho referente a 1 ano).

$40 \text{ porcos} * 150 \text{ kg por porco} = 6.000 \text{ kg de porco/ ano} + 10\% \text{ subprodutos} = 6.600\text{kg/ano}.$

Importa sublinhar que este tipo de produto alimentar é de produção sazonal. Isto é, estas pequenas indústrias não tendo grandes equipamentos de conservação do produto para poder gerar stocks, só podem laborar nos meses de inverno. Este período de laboração é definido pelo veterinário municipal, com base na previsão das condições climáticas. Este, emite uma autorização que o titular do estabelecimento industrial solicita à câmara municipal, e que lhe é concedida para laborar por um determinado tempo. Contudo não significa que o industrial vá produzir todos os dias e estas quantidades. Até porque este estabelecimento está limitado à quantidade de produto acabado por ano, que são apenas 2 000 kg/ano. Os cálculos aqui apresentados foram realizados para a capacidade máxima nesta atividade. Embora, quando inseridos estes dados no sistema, não foi dada qualquer indicação de excesso de limite de produção.

De referir uma situação inesperada: durante este passo, e porque perdemos algum tempo para realizar os cálculos acima referidos, o tempo na plataforma expirou e tivemos de voltar a entrar no site, repetir todos os passos até aqui, sendo que, com os mesmos valores e dados inseridos anteriormente, foi-nos possível verificar que a própria plataforma gerou questões diferentes para a caracterização da atividade económica.

4º Passo

Página-web: "LUA – Simulador"

Quadro "AINIT"

> Selecionar • Simulador Novo Licenciamento de Ambiente > Próximo

Ver Anexo2, página A2/ 5.

4º Passo

Página-web: "LUA - Simulador"

Quadro "CAE"

> Seleção de CAE > 10130 – Fabricação de produtos à base de carne > Próximo

Ver Anexo 2, página A2/ 6.

4º Passo

Página-web: "LUA - Simulador"

Quadro "PAG"

> Tem substâncias perigosas > Não > Próximo

Ver Anexo 2, página A2/ 7.

4º Passo

Página-web: "LUA - Simulador"

Quadro "Perguntas Dinâmicas"

> Próximo

Ver Anexo2, páginas A2/ 8 e A2/ 9.

Nota: O quadro 4, estava subdividido por 4 grupos de questões de enquadramento, que abrangiam os seguintes regimes jurídicos: ambiente, OGR, URH, PCIP. A maioria das respostas seleccionadas "> Não", e por isso, este estabelecimento industrial não se encontra sob os regimes jurídicos da tipologia 1.

4º Passo

Página-web: "LUA - Simulador"

Quadro "Resultado"

> É emitidos o valor das taxas a pagar > €0,00

> Gravar

> Voltar ao SIR

Ver Anexo 2, página A2/10.

5º Passo

Página-web: "Outro Tipo de Informação"

Quadro "Operação Urbanística"

> O estabelecimento situa-se em área que admite expressamente o uso industrial > Não

> Considera que o seu projeto é capaz de produzir um efeito estruturante para a economia portuguesa > Não

> O estabelecimento industrial envolve realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio nos termos do RJUE > Não > Próximo

Ver Anexo 2, página A2/ 11.

6º Passo

Página-web: " Página de Pagamento aquando a Submissão do Formulário "

Quadro "Resultados"

- > Tipo de estabelecimento > 3
- > Procedimento > Mera Comunicação Prévia
- > Entidade Coordenadora > Câmara Municipal de Miranda do Douro
- > Atividade Caracterizadora > 10130 – Fabricação de produtos à base de carne
- > Lista não exaustiva dos RJ a que está sujeita > DL nº. 169/2012, de 01 de agosto
- > Taxa > É emitida pela EC no prazo máximo de 5 dias
- > Prazo Máximo > Comunicação realizada imediatamente após pagamento
- > Identificador de Simulador > 31635
- > Selecionar > Tomei Conhecimento
- > Validar

Ver Anexo 2, páginas A2/ 12 e A2/ 13.

Nota: Após emitidos os resultados do Formulário de Enquadramento, é necessário fazer a Autenticação dos Dados do Titular ou do responsável pelo pedido de licenciamento, para podermos avançar para o Formulário de Detalhe. A Autenticação dos Dados é feita através do cartão de cidadão, que é colocado no leitor e a introdução da respetiva senha, que foi solicitada pela EC, previamente. Toda a informação, até aqui dispensada fica agora gravada na Área Reservada, do BE.

Imediatamente após a autenticação, surge o formulário de detalhe, com base na informação do formulário de enquadramento mas com indicação para submeter alguns documentos que fazem parte dos documentos mencionados na portaria referente aos elementos instrutórios. Tudo isto, ainda, na plataforma do SIR, no portal do cidadão.

1º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Identificação do Requerente/ Representante"

- > Tipo de Requerente > Cidadão
- > Nº de Identificação Civil >
- > É titular, gerente ou administrador da empresa > Sim
- > Nome >
- > Cód. Postal >
- > Endereço > > Rua > > Porta > >Andar >
- > Lado > > Lugar >

- > Distrito > > Concelho > > Freguesia >
- > Telefone > > Telemóvel > > E-mail >
- > Os dados de identificação do responsável técnico do projeto coincidem com os do requerente > Não

1º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Identificação do Titular do Estabelecimento Industrial"

- > Selecionar • Pessoa Singular
- > N° de Identificação Civil >
- > Consinto a consulta da declaração de início de atividade > Sim
- > Nome >
- > Cód. Postal >
- > Endereço > Rua > > Porta > > Andar >
- > Lado > > Lugar >
- > Distrito > > Concelho > > Freguesia >
- > Telefone > > Telemóvel > > Fax >
- > E-mail >

1º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Identificação do Estabelecimento Industrial"

- > Os dados de identificação do estabelecimento industrial coincidem com os do seu titular > Sim

1º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Identificação do Responsável Técnico do Projeto"

- > Nome >
- > Telefone > > Telemóvel > > Fax >
- > E-mail >
- > Continuar

Ver Anexo 2, página A2/ 14.

2º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Localização"

> O estabelecimento industrial envolve realização de operação urbanística sujeita a controle prévio nos termos do RJUE > Não

> Continuar

Ver Anexo 2, página A2/ 15.

3º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Caracterização da Atividade"

> Selecionar CAE > 10130

> Designação > Fabricação de produtos à base de carne

> Descrição Detalhada > Transformação de carne de suíno em produtos de fumeiro regional vários, através do processo de fabrico e cura tradicional, descritos em anexo

> Continuar

Ver Anexo 2, página A2/ 16.

4º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Projeto de Instalação Elétrica"

> O estabelecimento é total ou parcialmente abastecido por um grupo gerador > Não

> Consumo Médio Anual Estimado de Energia Elétrica > 6000 KWh > 1,29 TEP

4º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Outro Tipo de Consumo de Energia "

> Tipo de Consumo > Madeira

> Consumo anual estimado > 3t > 1,119 TEP

4º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Produção de Energia"

> Produz algum tipo de energia na instalação > Não

4º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Melhores Técnicas Disponíveis – MTD's "

- > Estão estabelecidos valores de consumo específico de energia nas MTD's setoriais aplicáveis à instalação > Não
- > Verificam-se dificuldades em atingir os valores de consumo específico referenciados nas MTD's > Não
- > Continuar

Ver Anexo 2, página A2/ 17.

5º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Conceção do Local de Trabalho"

- > Existem meios adequados para a deteção e extinção de incêndios > Sim
- > Existem portas de emergência > Não
- > A conceção e execução das instalações elétricas obedece ao regulamento de segurança de instalações de utilização de energia elétrica > Sim
- > Existe refeitório ou cantina no estabelecimento > Não
- > São confeccionadas refeições > Não
- > Utiliza gás no refeitório > Não

5º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Equipamentos sob pressão"

- > Prevê instalar Equipamentos sob Pressão no estabelecimento > Não

5º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Atividades de Segurança e Saúde no Trabalho"

- > Já existem trabalhadores na instalação > Não

5º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Regime de Laboração e Número de Turnos"

- > Nº mínimo de trabalhadores > 1 > Nº máximo de trabalhadores > 2

5º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Horários de Turnos"

> Não definido

> Continuar

Ver Anexo 2, página A2/18.

Sobre o caráter das respostas dadas nestes conteúdos (que aqui foram mencionados) se as respostas tivessem sido outras certamente teriam surgido, na plataforma, outras questões mais detalhadas sobre o cumprimento dos conteúdos dos regimes jurídicos conexos ao licenciamento industrial. Mas, também, se as respostas fossem outras levar-nos-iam, certamente, para outra tipologia. Isto para que esclarecer que conforme a resposta que damos a uma dada pergunta, essa resposta pode ou não gerar outro grupo de questões. O questionário para os estabelecimentos da tipologia 1, por exemplo, só se acede conforme a informação que se submeteu para a sua classificação, caso contrário não se tem acesso aos quadros que pedem a informação para essa tipologia.

6º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Localização"

> Anexar documento > Título de utilização do imóvel

> Voltar ao índice dos documentos

Ver Anexo 2, página A2/19.

7º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Memória Descritiva"

> Anexar documento > indicação dos produtos (intermédios e finais) a fabricar e dos serviços a efetuar; listagem das máquinas e equipamentos a instalar (quantidade e designação); descrição das instalações de caráter social, vestiários, sanitários, lavabos e balneários e de primeiros socorros; indicação das principais fontes de emissão de ruído e vibrações e das certificações e sistemas de segurança, das máquinas e equipamentos a instalar; indicação da origem da água utilizada/ consumida, respetivos caudais, sistemas de tratamento associados; indicação das fontes de emissão de

efluentes e geradoras de resíduos; indicação dos tipos de energia utilizada explicitando o respetivo consumo (horário, mensal ou anual); indicação dos tipos de energia produzida no estabelecimento, se for o caso, explicitando a respetiva produção (horaria, mensal ou anual); descrição das capacidades a instalar

> Voltar ao índice dos documentos

Ver Anexo 2, páginas A2/ 20 e A2/ 21.

8º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Outra Documentação"

> Anexar documento > Projeto de Instalação Elétrica

> Voltar ao índice dos documentos

Ver Anexo 2, página A2/ 22.

Nota: Na plataforma existem um campo que diz > Escolher ficheiro < clicamos, e remete-nos para a pasta de documentos do computador, aí seleccionamos o ficheiro e clicamos em >anexar documento< a partir daqui os documentos ficam inseridos na plataforma, para poderem ser analisados.

Após submetida toda a documentação solicitada, recebemos um aviso que nos informa do período (2 meses) pelo qual os documentos e a informação preenchida nos formulários fica guardada, mesmo sem o pedido ser submetido. A qualquer momento podemos aceder a este formulário e continuar o seu preenchimento. Ver Anexo 2, páginas A2/ 23 e A2/24.

9º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Termo de Responsabilidade"

> Carregar Termo de Responsabilidade

Ver Anexo 2, página A2/25.

10º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Termo de Responsabilidade"

> Anexar Documento > Termo de Responsabilidade Assinado
> Selecionar • Concordo com as condições do termo de responsabilidade
Ver Anexo 2, páginas A2/ 26 e A2/ 27.

11º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Comprovativo do Pedido"

> Carregar Documento > Comprovativo do Pedido

Ver Anexo 2, páginas A2/ 28 e A2/ 29.

12º Passo

Página-web: "Formulário – Licenciamento Industrial"

Quadro "Comprovativo de Pedido"

> Anexar Documento > Comprovativo do Pedido Assinado

> Submeter

Ver Anexo 2, página A2/ 30.

Nota: Assim que o comprovativo do pedido é assinado e submetido na plataforma recebemos a informação de que o valor associado ao pedido será determinado pela EC, num período de 2 dias úteis, e a guia de pagamento enviada por e-mail.

O pedido só é dado como concluído após o pagamento das taxas. Ver Anexo 2, páginas A2/ 31 a A2/ 33.

A EC emite as taxas a pagar, a que o estabelecimento fica sujeito. Ver Anexo 2, páginas A2/ 34 e A2/ 35. Neste caso, as taxas emitidas são:

- a taxa por acesso mediado no valor de 7,50 €,
- a taxa relativa à receção da mera comunicação prévia no valor de 15,00 € e
- a taxa de vistorias, em que a entidade coordenadora é a Câmara Municipal, na quantia de 99, 91 €.

Esta última taxa refere-se a uma vistoria, por parte da Câmara Municipal, de forma a verificar elementos como a conformidade ou desconformidade do estabelecimento industrial, a identificação de inconformidades que precisem de correção ou, ainda, uma proposta de decisão final sobre o pedido de exploração.

Depois do pagamento das taxas, e da comunicação das mesmas na plataforma, é constituído o título bastante para o exercício da atividade. Mas, no caso da atividade agroalimentar utilizar matéria-prima de origem animal não transformada, o estabelecimento deve aguardar vistoria por parte da Câmara Municipal, no prazo máximo de 15 dias, e só depois é que pode começar a laborar. Ver Anexo 2, páginas A2/ 31 e A2/ 32.

Após a submissão e pagamento, podemos acompanhar o estado do processo, também através da Área Reservada (sempre mediante processo de autenticação).

Futuramente, e também na Área Reservada, é possível alterar alguma informação relevante à cerca do estabelecimento industrial. Basta aceder ao botão > Pedidos Submetidos e clicar em > Alteração ao Pedido Anterior < e, imediatamente temos acesso aos dados do processo de licenciamento.

Resumindo as etapas que seguimos no processo do licenciamento industrial foram:

Etapas 1:

- Requerimento de acesso mediado
- Reunião dos elementos instrutórios

Etapas 2:

- Formulário de enquadramento
- Autenticação
- Formulário de detalhe
- Submissão e pagamento
- Acompanhamento do processo

3.5- Alterações no Licenciamento de Estabelecimentos que Utilizam Matéria Prima de Origem Animal Não Transformada, Introduzidas pelo atual SIR

O Decreto Lei n.º 169/2012 de 01 de agosto, criou o SIR e, até à alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, o licenciamento industrial era efetuado com base naquele Decreto-Lei.

O procedimento era ligeiramente diferente. Existia igualmente uma primeira fase, em que o titular recorria à Entidade Coordenadora e a instituía mediadora do processo, através de uma declaração de Mera Comunicação Prévia, elaborada pela própria Câmara Municipal, e a partir daí reuniam-se os elementos instrutórios.

Na fase seguinte, fazia-se o registo, normalmente, recorrendo à plataforma no portal do cidadão.

Após este registo, a Câmara Municipal emitia uma convocatória à Direção Geral de Veterinária, para vistoria conjunta. Esta é uma das principais diferenças entre os regime atual (Decreto-Lei n.º 73/ 2015) e os regimes de licenciamento anteriores.

Esta vistoria tinha como finalidade visitar as instalações; observar as diferentes zonas de laboração; e aprovar, por unanimidade dos técnicos presentes, a concordância entre o projeto aprovado e a instalação do estabelecimento, bem como o cumprimento das prescrições técnicas estabelecidas e do prazo para o seu cumprimento (caso houvesse necessidade de impor essas condições).

No fim da vistoria, era emitido o parecer final pela entidade consultada e, por sua vez, era atribuído o NCV, que atestava a salubridade do estabelecimento industrial.

Este procedimento, de acordo com o atual SIR, só é seguido para os estabelecimentos industriais do tipo 1, assim classificados por terem atividades que utilizem matéria prima de origem animal não transformada e, por isso, têm de solicitar NCV.

Para atividades que utilizem matéria prima de origem animal não transformada mas que, nas condições previstas pela lei, não solicitam o NCV, a vistoria ocorre de igual forma, simplesmente não é atribuído um NCV.

No Anexo 3 apresentamos cópias de documentos de um processo de licenciamento nos moldes dos regimes anteriores ao atual SIR (Anexo 3, páginas A3/ 2 a A3/ 6). Após o pagamento das taxas, é emitido o Auto de Vistoria, era emitido o comprovativo de pedido, que era um título bastante para começar a laborar.

4 - Análise e Discussão do Processo de Licenciamento

Neste capítulo, como o título indica, gostaria de expressar a minha opinião sobre os procedimentos para o licenciamento industrial e mencionar uma ou outra crítica aos regimes de licenciamento, mais especificamente ao RJACSR e ao atual SIR.

Como podemos constatar, sempre houve, ainda que pouco rigorosa, inicialmente, legislação para o licenciamento industrial. À medida que o setor agroalimentar, foi evoluindo criou-se a necessidade de clarificar e ajustar a legislação para o licenciamento industrial. Começaram então a criar-se normas para os estabelecimentos industriais. Essas normas por sua vez deram origem aos, atualmente, chamados de regimes jurídicos.

Estão em vigor, dois regimes jurídicos que regulam as atividades económicas, da área agroalimentar. O RJACSR, e o SIR. E sobre estes dois regimes gostaria que tivessem em conta o capítulo 2.2.1 que faz referência aos aspetos principais do SIR, e que refere as atividades elencadas pelos SIR e pelo RJACSR. De acordo com o penúltimo parágrafo desse texto, importa referir a seguinte situação. No momento em que analisei o Guia do Licenciamento Industrial elaborado pelo IAPMEI, de acordo com o SIR, pude perceber o erro que consta no penúltimo paragrafo, cuja informação é retirada desse documento. O referido parágrafo diz-nos que a fronteira, isto é, o elemento classificativo para um estabelecimento ser licenciado segundo o RJACSR ou ser licenciado pelo SIR, depende unicamente, da potência elétrica contratada. Se a PE contratada for inferior ou igual a 99kVA o licenciamento far-se-á pelo RJACSR se for superior far-se-á pelo SIR. Mas segundo o atual SIR, Decreto Lei nº. 73/ 2015 de 11 de maio, o limite de potência elétrica contratada já não é elemento classificativo dos estabelecimentos industriais. E quando pelo anterior SIR, Decreto Lei nº. 169/ 2012 de 01 de agosto, o valor limite para a potência elétrica era elemento classificativo, para a tipologia do estabelecimento industrial, esse valor não era superior a 99kVA. Então deparei-me com uma situação discordante, e com uma dúvida. Qual será ,então, a fronteira entre os dois (RJACSR e o SIR) regimes de licenciamento? Quando devo aplicar o RJACSR ? E o SIR?

Para esclarecer esta informação, contactei um técnico da EDP e um técnico responsável pelo departamento do licenciamento industrial do IAPMEI – Porto.

No contacto ao técnico da EDP, pude perceber que a potencia elétrica contratada para um restaurante, exemplo mencionado pelo técnico, é na ordem dos 50Kva, que está de acordo com o valor limite atribuído ao RJACSR. E por comparação, o consumo de energia de um restaurante com (equipamentos de frio, câmaras de congelação, fornos, máquinas de lavagem e corte etc...) uma cozinha regional, não precisa ter um potência elétrica superior à de um restaurante. Daí a informação mencionada no Guia de Licenciamento Industrial, não fazer sentido e possivelmente estar incorreta.

No contacto com o técnico do IAPMEI, assim que comuniqui a situação, o técnico pediu desculpa admitindo o erro e o facto dessa informação não estar correta e que não deveria estar mencionada nesse Guia. Justificou com o desfasamento das datas de publicação dos diplomas. Isto é, o primeiro SIR, Decreto Lei nº. 169/ 2012 de 01 de agosto, a seguir veio publicado o RJACSR, Decreto Lei nº. 10/ 2015 de 16 de Janeiro e só depois o atual SIR, Decreto Lei nº. 73/ 2015 de 11 de maio. Mas para mim, tal justificação não faz sentido uma vez que o IAPMEI só foi entidade gestora do licenciamento industrial a partir de 11 de maio, não devia ter cruzado os dados com o anterior diploma. Para a questão, qual dos regimes de licenciamento (RJACSR e SIR) aplicar num estabelecimento cuja atividade económica seja CAE 10130? O técnico respondeu que, cabe ao bom senso do técnico da EC, que é em simultâneo quer pelo RJACSR quer pelo SIR, a Câmara Municipal, que perante cada caso e tendo em conta um conjunto de fatores (se é um espaço comercial, ou um restaurante, ou se o estabelecimento está inserido numa zona industrial, ou se é uma fração autónoma com licença para uso industrial etc...) optar pelo melhor regime de licenciamento.

Atualmente, na plataforma do IAPMEI, o Guia de Licenciamento Industrial já foi alterado, e embora não esteja referida esta situação em particular, está subentendida pelo facto da EC, nos dois regimes, ser a Câmara Municipal.

Outro assunto objeto de análise e discussão, para o licenciamento industrial, é a classificação das atividades industriais nas diferentes tipologias e procedimentos. Essa classificação é feita através dos regimes jurídicos conexos ao licenciamento industrial. Os regimes que fazem parte do licenciamento industrial ,são muitas vezes complexos e arrastam no tempo os processos de licenciamento durante meses. Tendo em conta a sua complexidade, a legislação para o licenciamento industrial, tem vindo a sofrer alterações e a reduzir ao máximo os casos de licenciamento prolongados, abandonando alguns “critérios de classificação” e “valores-limite” que se mantiveram “ativos” em várias legislações. Isto é, as atividades industriais começaram a ser classificadas

segundo a complexidade dos regimes jurídicos a que estão sujeitas, o que a meu ver, nem sempre é vantajoso para alguns casos, como o caso prático que foi abordado ao longo deste trabalho, pelo facto de ter perdido a atribuição do NCV, por este implicar um procedimento de vistoria prévia que é complexo e moroso.

Mas nem todas as alterações feitas ao longo dos anos são negativas. Desde 2012, a legislação para o licenciamento industrial, trouxe-nos a vantagem de num documento mais simples e objetivo, interpretarmos melhor a legislação em vigor. O SIR, é sem dúvida uma ferramenta muito útil para o processo de licenciamento industrial. Veio facilitar muito o trabalho dos técnicos e dos particulares interessados em requerer um processo de licenciamento, pelo facto de ser mais prático e uma linguagem mais acessível, ser mais fácil de interpretar e disponibilizar toda a informação necessária (sites a consultar, plataformas de registo do processo, legislação a cumprir, etc.) e os instrumentos próprios para que o titular, a qualquer momento, seja qual for a fase em que o processo se encontra, possa obter informações sobre ele e possa acompanhá-lo de forma consciente e responsável.

Embora, mesmo com a simplificação dos procedimentos para o licenciamento industrial, e com a facilidade que as pessoas hoje em dia têm em utilizar as novas tecnologias, muitas delas têm receio de iniciar um processo de licenciamento, que por mais simples que seja, nunca o é para todos, até porque a maioria dos titulares tem idade superior a 50 anos, não têm a escolaridade mínima obrigatória, e embora sejam obrigados a conhecer a lei, não a conhecem, ora nesta situação devem recorrer à EC, de forma a minimizar os riscos indesejáveis que um licenciamento irresponsável poderia trazer. Em Miranda do Douro, todos os casos de licenciamento industrial são mediados pela entidade coordenadora que é para o caso prático abordado, a Câmara Municipal. Outra situação menos positiva, resultante da informatização dos processos de licenciamento, foi ter registado algumas falhas e terem surgido dúvidas no momento em que usamos a plataforma on-line, através do BE, dúvidas e falhas a que o IAPMEI, respondeu sempre de forma positiva. Tendo em conta estas situações, sugerimos ao IAPMEI que vá ao encontro das entidades coordenadoras e disponibilize uma formação acerca do funcionamento e gestão da plataforma. As falhas que registamos ao longo do processo foram incoerências relacionadas com as questões sobre a caracterização das atividades económicas do estabelecimento industrial, que estão mencionadas no estudo de caso.

Com a entrada deste novo quadro jurídico em 2015, anunciou-se uma grande mudança de paradigma em relação ao quadro anterior, de 2012. A meu ver, e tendo em conta o caso prático referido, esta mudança não foi benéfica para os estabelecimentos industriais do tipo 3. Ou seja, até 2015, o controlo prévio dos estabelecimentos, do tipo 3, era realizado por entidades consultadas como a DGV (técnicos especializados, com conhecimento, de diferentes áreas) que através de vistorias antecipadas e de autos de vistoria (controlo prévio) faziam cumprir a legislação vigente e só autorizavam o funcionamento de uma unidade de produção quando esta cumprisse com todos os requisitos, e no final dessa mesma vistoria atribuíam o número de salubridade, o tal chamado NCV que era atribuído as atividades industriais do tipo 2 e 3. Atualmente, com a nova legislação, diminui-se o controlo prévio e a responsabilidade que anteriormente era da DGV agora passa a ser exclusivamente do titular do estabelecimento industrial implicando que o titular seja conhecedor da legislação e seja responsabilizado, através ações de fiscalização e de um regime sancionatório (mecanismos de controlo a posteriori) caso falte com o cumprimento da legislação. Pois bem esta mudança no modelo de licenciamento implica que os titulares tenham conhecimento mais aprofundado sobre a legislação para que ao assinar o termo de responsabilidade estejam conscientes de que essa responsabilidade implica o conhecimento das leis de segurança alimentar, segurança e saúde no trabalho e no ambiente e ainda os limites de produção para que não sejam surpreendidos pelos mecanismos de controlo a posteriori. Com esta medida, o novo quadro jurídico prevê que todas as atividades económicas no seu pedido de licenciamento necessitem intervenção de entidades consultadas, como é o caso, a DGV, através de vistorias prévias sejam elencadas numa só tipologia, a tipo 1. E o NCV passou a ser atribuído unicamente às atividades industriais do tipo 1.

Na minha opinião, sendo o NCV uma marca de salubridade, deveria ser atribuído a qualquer estabelecimento, independentemente da quantidade de produtos laborados, e da tipologia que é atribuída ao estabelecimento que elaborou aquele produto. Pois para mim, todos os consumidores devem ter de igual forma, a garantia de qualidade do produto que consome. O facto do NCV implicar uma vistoria prévia não deveria sujeitar o estabelecimento a um processo de licenciamento mais complexo, como é exemplo da maioria das atividades industriais que recaem na tipologia 1. Até porque, os estabelecimentos que utilizam carne não transformada só podem laborar após vistoria prévia dirigida pela câmara municipal mesmo depois do pagamento das taxas, que

segundo a anterior legislação, era vistoria conjunta com a DGV. Assim sendo, e a meu ver os critérios que melhor se ajustavam a esta realidade eram os da anterior legislação. Mesmo sabendo que o principal objetivo da atual legislação seja diminuir o controlo prévio e aumentar o controlo a posterior, e separar as atividades económicas em diferentes tipologias de acordo com os regimes jurídicos que exige o seu licenciamento.

Para terminar esta análise crítica, gostaria de deixar a minha opinião, acerca da possibilidade de licenciar cozinhas domésticas para exercer atividades económicas, tal como prevê o Decreto-Lei nº. 73/2015. Pois bem, mesmo depois de ler toda a legislação e os critérios de licenciamento para as cozinhas domésticas gostaria de partilhar a ideia do quão constrangedor deve ser morar num apartamento (cujo prédio tem licença de habitação e não de comércio) e de repente os vizinhos começam a ter em casa um pequeno negócio, e o que deveria ser um prédio de habitação, rapidamente, se torna um estabelecimento comercial. Acordar com toques de campainha, ou ser interrompido a meio de uma tarefa doméstica para ir ao intercomunicador para ouvir “é da casa do Sr. (X) a minha encomenda de chouriças está pronta?”. Não me parece de todo que esta medida seja prática e bem vista pelo senso comum.

5- Conclusão

Neste trabalho abordámos o Licenciamento Industrial referindo os principais aspetos da legislação em vigor, de forma a perceber quais são os critérios em que assenta o licenciamento industrial.

O trabalho tratou, concretamente, do licenciamento de uma unidade de produção de fumeiro na região de Miranda do Douro. O licenciamento foi realizado com a ajuda da Câmara Municipal de Miranda do Douro. Tendo concluído com sucesso o processo de licenciamento, cumpriram-se assim os objetivos propostos para a realização deste trabalho, aqui apresentado.

A realização deste trabalho permite-me tirar as seguintes conclusões:

- a maioria dos industriais não possui conhecimentos suficientes sobre a legislação, e a sua interpretação, para que o pedido de licenciamento seja efetuado de forma responsável e consciente;
- a Câmara Municipal dispõe de técnicos e meios tecnológicos para auxiliar os industriais no processo de licenciamento, embora não sejam técnicos especializados e sejam muitas vezes técnicos de áreas diferentes àquela que se pretende licenciar.
- o IAPMEI, para além de Entidade Coordenadora dos estabelecimentos do tipo 1, também assegura o apoio técnico, quer por e-mail quer pelas linhas de apoio disponíveis, onde demonstrou ser competente e totalmente disponível sempre que solicitado.

Com base na experiência com o caso prático de licenciamento do estabelecimento industrial de uma unidade de produção de fumeiro e o conhecimento do processo de licenciamento (seguindo os regimes jurídicos anteriores), de outros estabelecimentos semelhantes, convém referir a situação, decorrente das últimas alterações ao SIR, que abrangem os estabelecimentos agroalimentares que utilizem matéria prima de origem animal não transformada.

No atual SIR, a atribuição de NCV e o NII, são agora regimes jurídicos classificativos, ou seja, só por si classificam os estabelecimentos na tipologia 1. Isto tem implicações no processo de licenciamento.

Contudo, as principais exigências e condições relativas aos estabelecimentos com NCV ou o NII, também são exigidas para as atividades que utilizam matéria prima de

origem animal não transformada, e cuja tipologia do estabelecimento é o tipo 3. Mas, se estes estabelecimentos solicitarem NCV ou o NII recaem na tipologia 1.

Assim, no nosso caso de licenciamento industrial de uma unidade de produção de fumeiro este é de tipo 3 (tipologia não foi alterada pelo novo regime jurídico), embora no quadro anterior (Decreto-Lei nº. 169/2012) e para a mesma tipologia, para o mesmo estabelecimento era atribuído o NCV, que constituía uma garantia de salubridade do produto, que no novo regime jurídico (Decreto-Lei nº. 73/2015) não lhe é atribuída.

Este trabalho foi muito importante para o meu conhecimento pessoal e profissional, uma vez que me dá a possibilidade de conhecer e interpretar a legislação e saber quais são os meios que são usados para fazer um pedido de licenciamento caso um dia pretenda ter a minha própria unidade de produção de fumeiro, além de me ter permitido aperfeiçoar competências de investigação, seleção, organização e comunicação da informação, quer através da internet quer pelo contacto presencial junto da população. A nível profissional também foi e é gratificante poder ajudar, esclarecendo e informando quem recorre a este serviço, através da Câmara Municipal, entidade para a qual já trabalhei e com quem pude agora colaborar neste processo de licenciamento industrial.

Bibliografia

Decreto-Lei n.º 10/2015. D.R. I Série. 11 (2015-01-16)

Decreto-Lei n.º 75/2015. D.R. I Série. 90 (2015-05-11) p. 2337

Portaria n.º. 279/2015. D.R. I Série. 179 (2015-09-14)

Despacho n.º. 11187/2014. D.R. II Série. 170 (2014-09-04) p. 23008

IAPMEI (2015) SIR - Sistema da Indústria Responsável. Guia do licenciamento industrial. IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas / Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., Lisboa.

IAPMEI (2016) SIR - Sistema da Indústria Responsável. Guia da indústria responsável. Eds. Araújo, Teresa; Lança, Paulo. IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas / Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., Lisboa.

Consulta de Sites Genéricos (consultados obrigatoriamente ao longo do processo de licenciamento):

Agência para a Modernização Administrativa – www.ama.gov.pt, último acesso dia 15 de maio de 2018.

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica – www.asae.gov.pt, » Página inicial » Consumidores e Operadores Económicos » Área Alimentar. Último acesso dia 15 de maio de 2018.

Agência para a Competitividade e Inovação, I.P – www.iapmei.pt, último acesso dia 15 de maio de 2018.

Portal do cidadão – www.portaldocidadao.pt, último acesso dia 15 de maio de 2018.

Anexo 1 - Elementos Instrutórios

REQUERIMENTO:

MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL TIPO3

PROCESSO: 30/2014

ALVARÁ de CONSTRUÇÃO: 26/2016

ALVARÁ de UTILIZAÇÃO: 19/2017

PROJETO:

Unidade de Produção de Fumeiro

REQUERENTE:

Jaime Augusto Pires

LOCAL DA OBRA:

Vale de Parada

5210 – 150 Malhadas

Miranda do Douro

DESPACHO	ENTRADA
	ENTRADA Nº. <input type="text"/>
	DATA <input type="text"/>
	REQUERIMENTO <input type="text"/>
	PROCESSO <input type="text"/>
	O FUNCIONÁRIO <input type="text"/>

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

DIVISÃO DE AMBIENTE E GESTÃO URBANA

NERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DO TIPO 3

(SISTEMA DE INDÚSTRIA RESPONSÁVEL – DECRETO LEI N.º 169/2012 de 01 de AGOSTO ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 73/2015, DE 11 DE MAIO)

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Douro

NOME	Maime Augusto Pines				
MORADA	Vale da Panada				
CÓDIGO POSTAL	520-150	FREGUESIA	Tolhadon		
CONCELHO	Miranda do Douro	TELEFONE		TELEM.	965 046 235
FAX	273 417 249	E-MAIL	pineaconoliva59@gmail.com		C.A.E.
B.I. / N.º ID CIVIL	087 685 90	DATA VALIDADE	28-12-2019	N.º DE CONTRIBUINTE	195064070

Objecto do Requerimento

Vem por este meio requerer a V. Ex.^a, ao abrigo do disposto no artigo 33.º do Decreto-lei n.º 169/2012, de 01 de Agosto, alterado pelo Decreto-lei n.º 73/2015, de 11 de Maio acesso mediado para submissão de mera comunicação prévia relativa ao estabelecimento industrial abaixo identificado, para o que junta em anexo os elementos instrutórios de acordo com a Portaria n.º 302/2013, de 16 de outubro de 2014 alterada pela portaria n.º 297/2015 de 14 de setembro.

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE/REPRESENTANTE

Na qualidade de gerente/administrador da empresa ☒

Nome: Maime Augusto Pines

NIF: 195064070 C.C./B.I.: 08768590

Morada: Vale da Panada

Código Postal: 520-150 Localidade: Tolhadon - Miranda do Douro

Telefone: Telemóvel(*): 965 046 235

Correio electrónico(*): pineaconoliva59@gmail.com

2. IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO RESPONSÁVEL DO PROJECTO (caso os dados de identificação do responsável técnico do projecto sejam coincidentes com os do requerente não preencha o item 2)

Nome: Túlio Nunes Esteves

Telefone(*): _____ Telemóvel(*): 936424709

Correio electrónico(*): tulioesteves@gmail.com

3. IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL

Nome/Designação Social: Jaime Augusto Pires

NIF/NIPC: 195 064 070

Morada: Vale da Panada

Código Postal: 5210-150 Localidade: Trofa

Concelho: Miranda do Douro

Telefone: _____ Telemóvel(*): 965 046 235

Correio electrónico(*): pirescanclina59@gmail.com

Código de acesso à Certidão Comercial Permanente: GP-0976-01136-040607-001015

4. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL (caso os dados de identificação ao estabelecimento industrial sejam coincidentes com os do seu titular não preencha o item 4)

Nome/Designação Social: _____

NIF/NIPC: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ Localidade: _____

Concelho: _____

Telefone: _____ Telemóvel(*): _____

Correio electrónico(*): _____

Código de acesso à Certidão Comercial Permanente: _____

(*) Campos de preenchimento obrigatório

5. CARACTERIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO E DO EDIFÍCIO

5.1 Potência eléctrica: KVA: 10.35 KW: —

5.2 Potência térmica: Kcal: — Kj: —

5.3 Alvará de licença/Autorização de Utilização emitido pela Câmara Municipal com o n.º:

4º 19 12017

5.4 Tipologia:

Industrial ☒

Comércio/Serviços ☐

Habitação ☐

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, requerente do procedimento de mera comunicação prévia, nos termos do artigo 33.º do Sistema de Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º169/2012 de 01 de Agosto alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de Maio, declaro que o Processo Físico/CD/DVD apenso ao respectivo pedido, corresponde ao ficheiro gerado pela simulação no âmbito do SIR efectuada previamente no Balcão do Empreendedor.

O REQUERENTE,

Miranda do Douro 30 / 10 / 2017

José Augusto Gey

ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS

(do procedimento de mera comunicação prévia que se refere o n.º 2 do artigo 33.º do SIR conforme a Portaria n.º 302/2013 de 16 de outubro alterada pela Portaria n.º 279/2015 de 14 de setembro)

A — Identificação

- a) Identificação do industrial (na aceção da alínea f), do artigo 2.º do SIR)
- i) Nome/Denominação social;
 - ii) Endereço/Sede social;
 - iii) NIF/NIPC;
 - iv) Endereço postal (se diferente da sede);
 - v) E-mail, n.º telefone e n.º de fax;
 - vi) Código de acesso à certidão permanente de registo comercial, caso se trate de pessoa coletiva sujeita a registo comercial;
 - vii) Consentimento de consulta da declaração de início de atividade, caso se trate de pessoa singular.
- b) Identificação do representante do industrial:
- i) Nome;
 - ii) Endereço postal;
 - iii) E-mail, n.º de telefone e n.º de fax.
- c) Identificação do responsável técnico do projeto [na aceção da alínea w) do artigo 2.º do SIR]:
- i) Nome;
 - ii) Endereço postal;
 - iii) E-mail, número de telefone e número de fax.

B — Localização do estabelecimento industrial

- a) Endereço;
- b) Área total do estabelecimento;
- c) Área edificada do estabelecimento, indicando para o efeito a totalidade da área de construção das instalações industriais;
- d) Indicação da(s) tipologia(s) da área de localização do estabelecimento quanto ao uso previsto [ZER, Parque Industrial (Decreto-Lei n.º 232/92, de 22 de outubro), anexos mineiros ou de pedreiras, restantes localizações previstas em PDM para utilização industrial, outras localizações];
- e) Indicação das coordenadas geográficas da localização do estabelecimento no Sistema de Posicionamento Global (Global Positioning System, GPS) em graus, minutos e segundos (DMS).

C — Caracterização das atividades

- a) Códigos CAE da (s) actividade (s) exercidas no estabelecimento;
- b) Informação relevante para a caracterização da atividade desenvolvida, designadamente:
- i) Identificação e caracterização do (s) produto (s) (intermédios e finais) a fabricar;
 - ii) Indicação da capacidade nominal da instalação (capacidade de produção para um período de laboração de 24 horas, 365 dias por ano, independentemente do seu regime, turnos, horário de laboração ou valor da produção efetiva para resposta à procura do mercado);
 - iii) Descrição das matérias-primas e subsidiárias, com indicação do consumo anual e capacidade de armazenagem para cada uma delas;
 - iv) Indicação das operações de tratamento de resíduos e respetivos códigos LER, se aplicável;
 - v) Descrição dos processos e respetivos diagramas de fabrico;
 - vi) Listagem das máquinas e equipamentos a instalar (quantidade e designação);
 - vii) Indicação do número de trabalhadores, por género e por atividade (fabril, comercial, administrativo, etc.);

viii) Quantificação dos equipamentos sociais disponíveis (instalações sanitárias, incluindo vestiários, banheiros, lavabos e sanitários e, se for caso disso, refeitórios e locais de descanso);

ix) Modalidade de organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho adotada, de acordo com o previsto na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro, quando aplicável;

x) Indicação da origem da água utilizada/consumida e, quando aplicável, sistemas de tratamento associados;

xi) Identificação e caracterização qualitativa das fontes de emissão de efluentes gasosos, líquidos e geradoras de resíduos e, quando aplicável, sistemas de tratamento associados;

xii) Identificação e caracterização das principais fontes de emissão de ruído, indicação das distâncias aos edifícios de habitação, hospitais e escolas mais próximos dos limites do estabelecimento industrial e, quando aplicável nos termos do RGR, a avaliação quantitativa do ruído para o exterior e medidas de prevenção e controlo, quando aplicável;

xiii) Indicação dos tipos de energia utilizada explicitando o respetivo consumo (horário, mensal ou anual);

xiv) Indicação dos tipos de energia produzida no estabelecimento, se for o caso, explicitando a respetiva produção (horária, mensal ou anual).

c) O pedido de título digital de instalação ou de instalação e exploração de estabelecimento industrial ou a mera comunicação prévia a que se referem o n.º 1 são ainda acompanhados de planta, devidamente cotada e legendada, demonstrativa da conceção (*layout*) do estabelecimento industrial, a qual deve incluir a localização dos seguintes elementos:

a) Máquinas e equipamento produtivo;

b) Armazenagem de matérias-primas, de combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos e de produtos acabados;

c) Instalações de queima, de força motriz ou de produção de vapor, de equipamentos sob pressão e instalações de produção de frio;

d) Instalações sanitárias, de caráter social e escritórios;

e) Armazenagem de resíduos ou, quando aplicável, dos sistemas de tratamento de resíduos

f) Origens de água próprias, locais de descarga de águas residuais e respetivos sistemas de tratamento, quando aplicável.

d) No caso de estabelecimentos industriais de tipo 3 e de tipo 1 a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 11.º do SIR que, não se encontrando abrangidos pelos demais regimes ou circunstâncias previstas nas alíneas a) a d) do mesmo número, preencham, independentemente da sua localização, as condições definidas na parte 2-A do Anexo I do SIR, são dispensados:

a) A indicação do consumo anual e a capacidade de armazenagem das matérias-primas e subsidiárias referidas na alínea iii) do n.º 1;

b) Os diagramas de fabrico referidos na alínea v) do n.º 1;

c) Os elementos de informação referidos nas alíneas xii) a xiv) do n.º 1;

d) Os elementos de informação previstos nas alíneas x) e xi) do n.º 1 relativos à caracterização qualitativa de efluentes e de identificação dos sistemas de tratamento de água e de resíduos;

g) Os elementos referidos nas alíneas c) e e) do n.º 2

D — Termo de responsabilidade (fornecido pela CM e a assinar aquando da submissão do processo)

a) Termo de responsabilidade a que se refere o n.º 3 do artigo 33.º do SIR disponibilizado no Balcão do Empreendedor, nos termos do qual o requerente declara conhecer e cumprir as exigências legais aplicáveis à sua atividade em matéria de segurança e saúde no trabalho e ambiente, bem como, quando aplicável, as exigências em matéria de segurança alimentar e os limiares de produção previstos na parte 2 -A do anexo I do SIR;

b) Termo de responsabilidade a que se refere o n.º 4 do artigo 33.º do SIR disponibilizado no Balcão do Empreendedor, no caso de a atividade ou operação a exercer no estabelecimento industrial estar abrangida por licença ou autorização padronizada nos domínios do ambiente, da segurança e saúde no trabalho, da segurança alimentar e segurança contra incêndio em edifícios, nos termos do qual o requerente declara conhecer e cumprir todas as condições constantes das licenças ou autorizações padronizadas em causa.

c) Alvará de autorização de utilização do imóvel para fim industrial ou certidão comprovativa do respetivo deferimento tácito ou, no caso de atividade industrial constante da parte 2-A e B do Anexo I do SIR, alvará de autorização de utilização do imóvel que admita um dos usos previstos no n.º 3 do artigo 18.º do SIR.

E - Elementos adicionais previstos em legislação específica, sempre que exigíveis, nos termos da legislação aplicável, devem também acompanhar a mera comunicação prévia de estabelecimento de tipo 3:

- a) Título de utilização dos recursos hídricos, exceto no caso de instalação em ZER que dele já disponha;
- b) Formulário para efeitos de registo nacional de compostos orgânicos voláteis;
- c) Autorização de funcionamento de equipamentos sob pressão utilizados em estabelecimento industrial, quando aplicável;
- d) Documento comprovativo da aprovação pela entidade competente dos projetos de eletricidade e de produção de energia térmica.

Outros elementos:

CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM PARA MOAGEM E COZINHA REGIONAL

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DA ARQUITECTURA

Requerente: Jaime Augusto Pires

Local: Vale da Parada - Malhadas - 5210-150-Miranda do Douro

1 - CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO TERRENO

Refere-se a presente memória descritiva e justificativa ao projecto de Arquitectura, relativo à construção de uma **CONSTRUÇÃO DE UM ARMAZÉM PARA MOAGEM E COZINHA REGIONAL**, que o requerente **Jaime Augusto Pires**, pretende levar a efeito no local designado como **Vale da Parada**, localidade de **Malhadas**, concelho de **Miranda do Douro**, código postal **5210-150**.

O terreno com a descrição constante na certidão de posse e matriz Predial **Rústica Nº 3930** da Freguesia de Malhadas, com a área de **1136.00 m²**, situa-se nos arredores da Aldeia de Malhadas, concelho de Miranda do Douro, confrontando a Norte com *Lazaro Pires*, a Sul com a *Rua Publica*, a Nascente com a Junta de Freguesia e a Poente com *Jaime Augusto Pires*

A parcela tem uma configuração Triangular, com cerca de 48 metros de Base por 45 metros de Altura. A diferença de cotas entre os topos Norte e Sul é da ordem dos 0,5 metros.

Segundo planta de Ordenamento do PDM de Mirando do Douro localiza-se em **Zona Urbana de Expansão**.



Localização do Terreno

2 - A SOLUÇÃO ADOPTADA

2.1 - Aspectos Dominantes

Na escolha da solução adoptada foram determinantes os seguintes aspectos:

- O sitio
- As condições climáticas
- A luminosidade e o arejamento naturais
- O programa que serviu de base à elaboração do projecto.

Quanto ao organigrama dos espaços, distribuíram-se as áreas por pisos consoante o fim a que se destinam e de acordo com a necessidade do requerente obter espaços para as duas utilizações previstas.

A distribuição foi definida tendo por base a funcionalidade entre elas e o fácil acesso a todas as dependências de cada grupo.

Na zona do **Armazém para Moagem**, todo o espaço interior será amplo, estando implantado numa cota de cerca de 15cm superior ao terreno exterior. Existindo uma zona de escritório e vestiários superior (2º Piso) para tratar da gerência das atividades previstas. A zona de moagem será apenas dividida com algumas paredes verticais para realizar tulhas para cereal a granel. Existindo ainda uma outra zona elevada em cerca de 1.10m em relação a cota do piso, onde se vai instalar os moinhos e por forma a facilitar o manuseamento dos sacos de moagem para os meios de transporte (reboques agrícolas, carrinhas de caixa e etc.).

Pretende aqui o requerente desenvolver uma atividade focada na agricultura local, moagem dos cereais produzidos pelos agricultores da zona, venda de rações e cereais a granel; daí que pensamos ser uma mais-valia para a zona em questão (agricultura em zona desfavorecida, geralmente em microprodução) e ainda para a aldeia de Malhadas (possibilidade de criar um, dois postos de trabalho).

Para efeitos de classificação da atividade segundo o REAI – D.L. 209/2008 de 29 de Outubro de 2008 apontamos os seguintes dados:

- **Indústria Transformadora - Subclasse CAE Nº 10611 – Moagem de Cereais**
- **Capacidade Produtiva Prevista da Atividade – 100 Toneladas / Ano**
- *A atividade será desenvolvida a **Título Individual** pelo proprietário (Jaime Augusto Pires) – prevê-se 2 Postos de Trabalho*
- **Potencia Elétrica Contratada – 10.35 KVa**
- **Tipologia – Estabelecimento Industrial do Tipo 3 - Atividade Produtiva Similar**

Quanto ao restante espaço, este servirá como **Cozinha Regional** para a execução de Fumeiros e Enchidos Tradicionais da zona; tendo-se organizado o espaço em Entrada, Vestiários, Zona de Cura-Fumagem, Zona de Fabrico e Instalações Sanitárias de Serviço. A zona de Fabrico será dotada de uma câmara Frigorífica para Armazenamento de Carnes, bancadas em Aço Inox, caneletes de pavimento para lavagem, diverso equipamento em Inox para a transformação das Carnes, Forno Elétrico, Pias Lava Louça e Fogão a Gás, bem como uma Despensa de Stock-Arrumações.

As instalações sanitárias serão dotadas de uma Bacia de Retrete, Zona de Vestiário com Duche e lavatório lava mãos. Na zona de Fumagem será ainda construída uma lareira para cura tradicional.

A distribuição do espaço foi definida tendo por base a funcionalidade entre as diferentes áreas e o fácil acesso a todas as dependências.

Para efeitos de classificação da atividade segundo o REAI – D.L. 209/2008 de 29 de Outubro de 2008 apontamos os seguintes dados:

- **Fumeiros / Enchidos - Subclasse CAE Nº 10130** – *Preparação e conservação de produtos a base de carne e preparação de enchidos ensacados e similares.*
- **Capacidade Produtiva Prevista da Atividade** – 1500 Kg / Ano
- *A atividade será desenvolvida a **Título Individual** pelo proprietário (Jaime Augusto Pires e Esposa) – prevê-se 3 Postos de Trabalho*
- **Potencia Elétrica Contratada** – 10.35 KVa
- **Tipologia** – *Estabelecimento Industrial do Tipo 3 - Atividade Produtiva Local*

2.2 - Soluções construtivas

A estrutura geral do edifício deverá ser realizada de acordo com o projeto geral de estabilidade. Contudo genericamente está será realizada por meio de um Lintel de Fundação, sobre o qual assentará as paredes de alvenaria de Bloco de Betão com 25cm de espessura, sendo realizados pilaretes de reforço, e vigas cinta em betão armado. A sua cobertura será construída por Estrutura Metálica + Revestimento em Painel Sandwich do Tipo AIS-COPPO da Panelais ou equivalente; formara apenas uma água.

Seguidamente descreve-se alguns dos aspetos construtivos mais relevantes para a construção prevista:

2.2.1 - Paredes

As alvenarias Exteriores novas a construir, serão constituídas por 1 pano de Bloco de Betão de 25 cm, sendo o lado Exterior e Interior rebocado e pintado; exceto na zona da Cozinha Regional em que pelo lado interior deverão ser todas revestidas a azulejo cerâmico.

As Paredes Interiores Divisórias deverão ser construídas por 1 pano de Tijolo de 11cm ou 15cm sendo ambos os lados rebocados e pintados; exceto nas zonas da Cozinha Regional e Instalações Sanitárias e Vestiários em que pelo lado interior deverão ser todas revestidas a azulejo cerâmico.

Na zona do alçado principal da Cozinha Regional a Fachada será revestida a Alvenaria Tradicional de aspeto rustico com Junta Seca.

2.2.2 - Pavimentos

Todos os pavimentos que estiverem em contacto com o solo depois do aterro devidamente compactado terão:

- Uma caixa de brita bem apertada com o mínimo de 15 cm;
- Manga de Filme de Polietileno – Anti-Condensações e subida de Humidades com 0,30mm;
- Massame de Betão Pobre hidrofugado e armado com malhassol CQ-30 (10 cm), regularização com argamassa de cimento e areia (1:3) com adição de hidrófugo (5cm) por forma a criar as cotas dos revestimentos finais;
- Todas as Fundações e Paredes em contacto com o exterior deverão receber exteriormente um **Sistema de Drenagem** e impermeabilização do Tipo IMPERALUM, comportando uma caixa drenante em brita ou godo com tubo Geodreno em PVC ranhurado envolto em manta Geotêxtil 150g/m², devendo toda a rede ser ligada a um ponto de linha de água;
- Posteriormente serão sempre regularizados em betonilha ligeiramente armada, sobre uma manta de isolamento acústico tipo ISOFOAM, até às cotas de pronto para serem revestidos do seguinte modo:
 - Zonas húmidas - Entrada, Vestiários, Zona de Cura-Fumagem, Zona de Fabrico e Instalações Sanitárias de Serviço, Câmara Frigorífica e Despensa de Stock-Arrumações será aplicado mosaico cerâmico em Massa de Grés tipo MARGRÈS em cor a escolha pelo Dono de Obra;
 - Zonas do escritório será aplicado **Pavimento Flutuante da FINSA AC4**
 - ROBLE - 1.2 incluindo aplicação de manta de espuma, sendo

rematado lateralmente por um rodapé **Rodapé de Carvalho 7x1.5cm**, envernizado ao Natural.

- Zona do Armazém da Moagem – Camada de Acabamento em **Betão Polido Industrial** com 10 cm de espessura e armado com malha-sol e adicionado com endurecedor de superfície com 1.5 Kg/m2.
- Em todos os pavimentos, no remate com as paredes, serão aplicados rodapés no mesmo material do chão.

2.2.3 - Tetos

Os tetos da zona de cozinha regional serão realizados com lajes aligeiradas, com vigotas e abobadilhas pré-fabricadas, conforme o projecto de estabilidade.

No piso superior (zona de escritório) deverão ser executados com um **Sistema Tipo Pladur da IBERPLACO**, sendo posteriormente pintados a cor branca.

Os restantes (Piso R-Chão – Cozinha Regional) serão estanhos com argamassa de projetar do tipo Seral, sendo posteriormente pintados a cor branca.

Será aplicado nos tectos, em todo o perímetro dos aposentos um perfil de reentrância na aresta com a parede.

2.2.4 - Revestimentos interiores de Paredes

Serão todas rebocadas para receber os seguintes acabamentos:

- **Zonas húmidas** (*Entrada, Vestiários, Zona de Cura-Fumagem, Zona de Fabrico e Instalações Sanitárias de Serviço, Câmara Frigorífica e Despensa de Stock-Arrumações*): em azulejo até ao teto;
- **Armazém de Moagem**: pintura lavável até ao tecto
- **Restantes espaços**: serão acabadas a areado fino ou optando-se pela aplicação de estuque projectado, posteriormente pintadas a tinta plástica para interiores em cores claras.

2.2.5 - Portas e Remates Interiores

Serão todas em MDF Folheado a madeira de Carvalho Americano ou equivalente. As Portas Interiores serão em Folheado de Carvalho, Envernizadas ao Natural, incluindo Aro em madeira Maciça de Carvalho e Guarnições em MFD Folheado.

2.2.6 - Louças sanitárias

Serão sempre porcelânicas de primeira qualidade conforme quantidade e localização do projeto, com todos os acessórios e pertences da Marca ROCA.

2.2.7 - Caixilharia e Esquadrias

Todas as Caixilharias exteriores serão realizadas de acordo com um Sistema - Alumínio Cor Branco - **Tipo BZi da SAPA** - Rutura Térmica 60mm, incluindo todos os acessórios, vedantes e ferragens necessárias a um perfeito funcionamento e acabamento do sistema.

Os corrimões, grades de segurança serão em perfis metálicos, previamente decapados, metalizados, para esmaltar à cor Cinza Forja.

Os portões e vãos de janelas da zona de moagem serão em chapas de ferro pintado a tinta antiferrugem de cor verde-escuro ou cinza.

2.2.8 - Vidros

Serão duplos com a seguinte disposição: Exterior - 70/40 Planiterm + 18 Argon + Interior - 5 Planilux.

2.2.9 - Soleiras, Peitoris e Degraus

Todas as soleiras, peitoris, degraus e patamares serão realizados em peças de granito cinza polido da região com os devidos rasgos parra escorrer a água para o exterior.

2.2.10 - Cobertura

Será cumprido o já aqui preconizado para manter a Qualidade - Comportamento Térmico do Edifício (Ver Ponto 2.2 – Soluções Construtivas).

As caleiras, duplamente soldadas serão em chapa zincada, devidamente tratada, e tubos de queda em P.V.C. pintados à cor das paredes.

2.2.11 – Pinturas e Vernizes

Exterior Geral será utilizado o revestimento flexível de capa fina do tipo Weber – Plast DECOR (Sistema ETICS) podendo ser posteriormente pintado com Tinta aquosa de silicato do Tipo SIL – K da CIN com cor a escolher pelo dono de obra; no interior será utilizada uma Tinta acetinada do Tipo VINYLSTILK da CIN cor Branca.

Todos os elementos em Chapa e Aço, Aço e/ou Ferro deverão ser pintados com tinta de Esmalte Forja do Tipo CINOFR da CIN – Cor Cinza.

EM todos os elementos de madeira será aplicado um Verniz protetor do Tipo MOVIDUR da CIN.

3 - ÁREAS

- Área Bruta de construção - **414,00m²**
- Área de implantação - **339,25m²**
- Volumetria - **2035,50 m³**
- Cércea - **6.50m**
- N°pisos acima da cota de soleira - **0**
- N°pisos abaixo da cota de soleira - **2**
- N°de Fogos-Utilizações - **2**
- Tipologia – **Armazém Moagem – Cozinha Regional**

4 - ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

As janelas e portas foram dimensionadas de forma a garantirem as divisões um arejamento e iluminação superiores aos mínimos exigíveis Nas divisões interiores terá de ser forçado o arejamento por condutas de P.V.C. de 0,15m de diâmetro, condutas essas que terminarão acima do cume do telhado; sendo que no caso de WCs interiores e/ou despensas interiores deverá ser forçada a sua ventilação por extratores mecânicos.

Será realizado um sistema eficaz de exaustão e ventilação para os diferentes aparelhos da zona de produção da cozinha regional e Lareira da Camara de Cura, com saída de gases acima do cume do telhado.

5 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E REDE DE ESGOTOS

Serão objecto de Projecto específico. O abastecimento de água será feito da rede pública. Os esgotos serão destinados à rede pública de saneamento, caso exista, ou a uma fossa séptica completamente estanque e certificada para o efeito.

6 - INSTALAÇÃO ELÉCTRICA E TELEFÓNICA

Serão executadas com material de boa qualidade, conforme fichas técnicas anexas e de acordo com as normas em vigor, nomeadamente os regulamentos específicos.

7 - DESCRIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA A EDIFICAÇÃO

Prevê-se a construção de um edifício-armazém para utilização em dois espaços distintos e separados fisicamente como Moagem e Cozinha Regional. A construção contempla basicamente interiores amplos de alçados simples; julga-se assim que o Armazém se enquadra perfeitamente no local (Meio Rural).

8 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO NOS PLANOS MUNICIPAIS E ESPECIAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO VIGENTES

O único instrumento de planeamento vigente e plenamente eficaz para o local é o PDM – Miranda do Douro, constituindo uma proposta que se crê enquadrada para o local não só pela solução de desenho urbano existente (na construção do próprio projecto de arquitectura) como também pela leitura e linguagem “urbanísticas” praticadas na envolvente imediata.

9 - ADEGUAÇÃO DA EDIFICAÇÃO À UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

No presente projecto tentou-se adequar a solução construtiva na sua compartimentação e funcionalidade com a necessidade do requerente em obter um edifício-armazém para utilização como Moagem e Cozinha Regional. Procurou-se respeitar ainda os regulamentos municipais em vigor.

10 - INSERÇÃO URBANA E PAISAGÍSTICAS DA EDIFICAÇÃO, ARTICULAÇÃO COM O EDIFICADO EXISTENTE E O ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE

O edifício insere-se numa malha urbana, com a rede viária já definida e estruturada, não se prevendo novos arruamentos para o local, ficando a mesma apoiada na via existente.

O edifício atualmente, seguindo uma linha de arquitectura tradicional corrente na região, e de integração na realidade, encontra-se com um enquadramento paisagístico perfeitamente adaptado às circunstâncias locais, quer no que diz respeito à articulação ou compatibilidade com a outra massa edificada, quer com o espaço público envolvente.

11 - NATUREZA E CONDIÇÕES DO TERRENO

A parcela tem uma configuração Triangular, com cerca de 48 metros de Base por 45 metros de Altura. A diferença de cotas entre os topos Norte e Sul é da ordem dos 0,5 metros; a face Sul confina diretamente com a rua pública. É de notar ainda a pendente pouco acentuada do terreno, de forma a criar a plataforma de assentamento

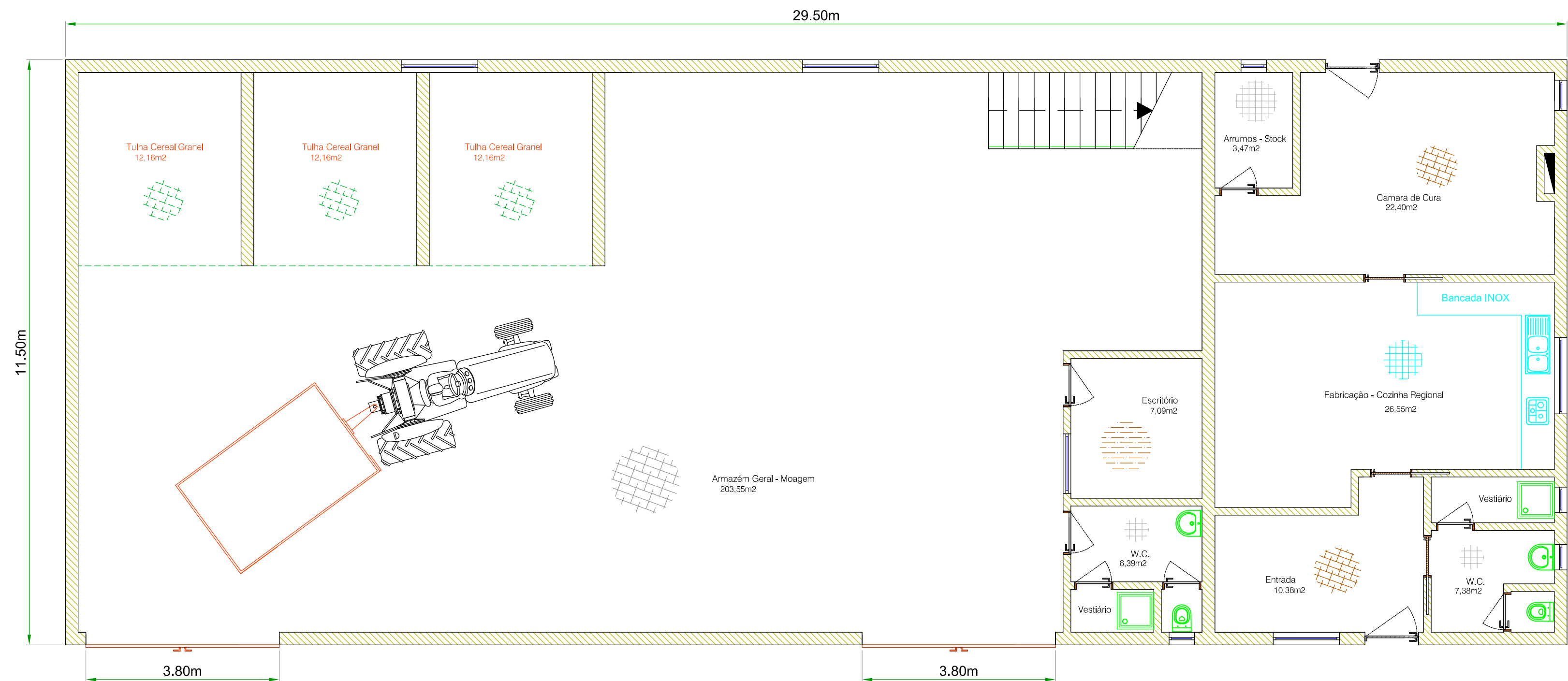
da edificação, que por sua vez ficará num plano ligeiramente mais elevado em relação ao arruamento que a serve.

12 - INFRA-ESTRUTURAS E REDES EXISTENTES

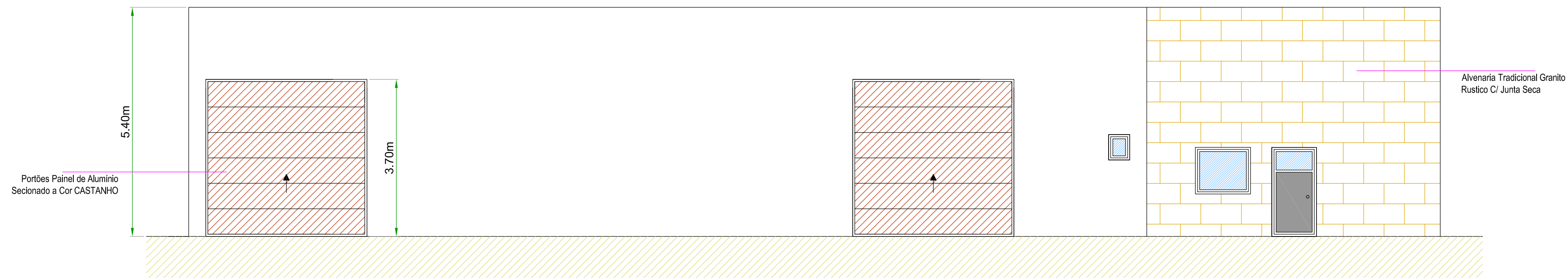
As infraestruturas existentes no local revelam-se suficientes para servir a edificação a construir, sendo que existem redes de águas, rede eléctrica - telefones, rede de esgotos e rede viária.

Em todo o projeto se atendeu aos regulamentos em vigor, nomeadamente ao RGEU e aos regulamentos deste município.

Miranda do Douro, 13 de setembro de 2017
O Engenheiro Civil,



PLANTA R-CHÃO - TELAS FINAIS



ALÇADO PRINCIPAL - TELAS FINAIS

AGOSTO 2017

DESENHO:
Túlio Esteves, Eng.º Civil

REQUERENTE :
JAIME AUGUSTO PIRES

descrição
Construção de Um Armazém para Moagem e Cozinha Regional

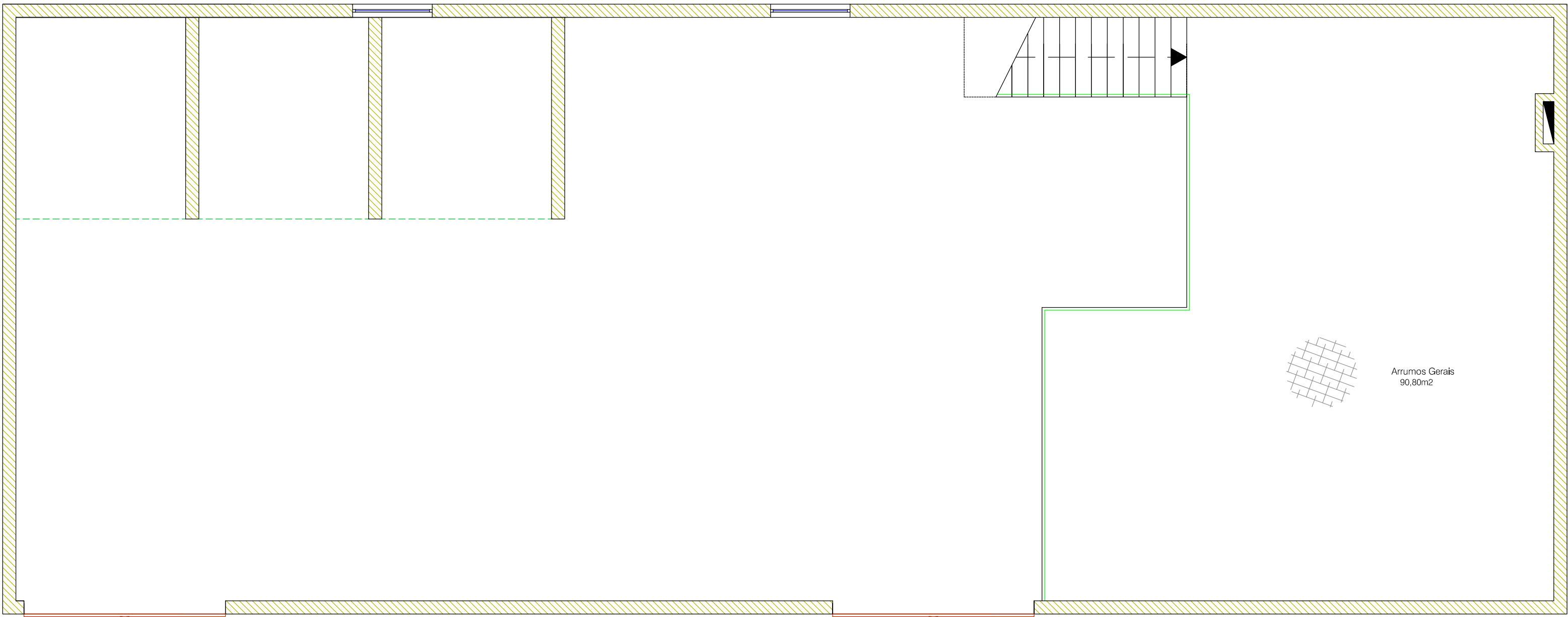
ARQUITECTURA - TELAS FINAIS

LOCAL
Vale da Parada - Malhadas - 5210-000-Miranda do Douro

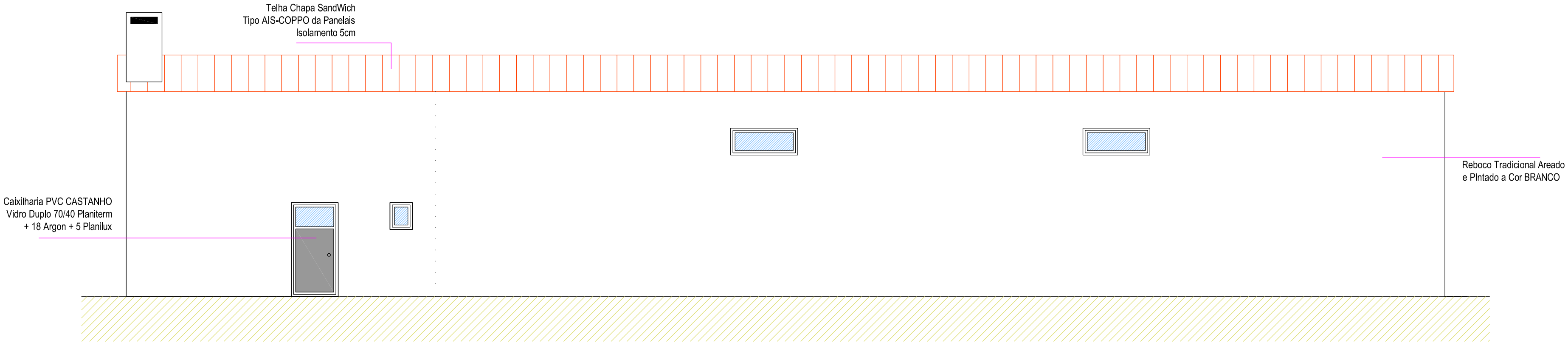
ESCALA
1/100

DESENHO Nº

01

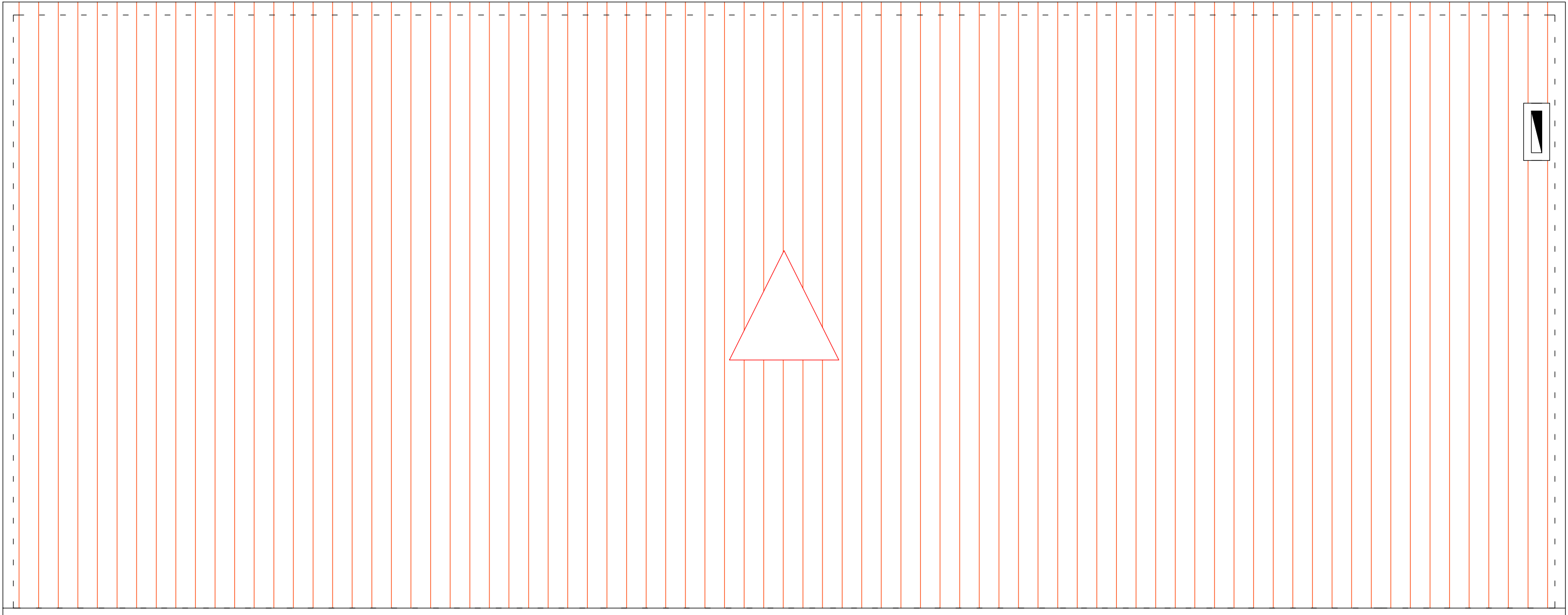


PLANTA 1º Piso - TELAS FINAIS

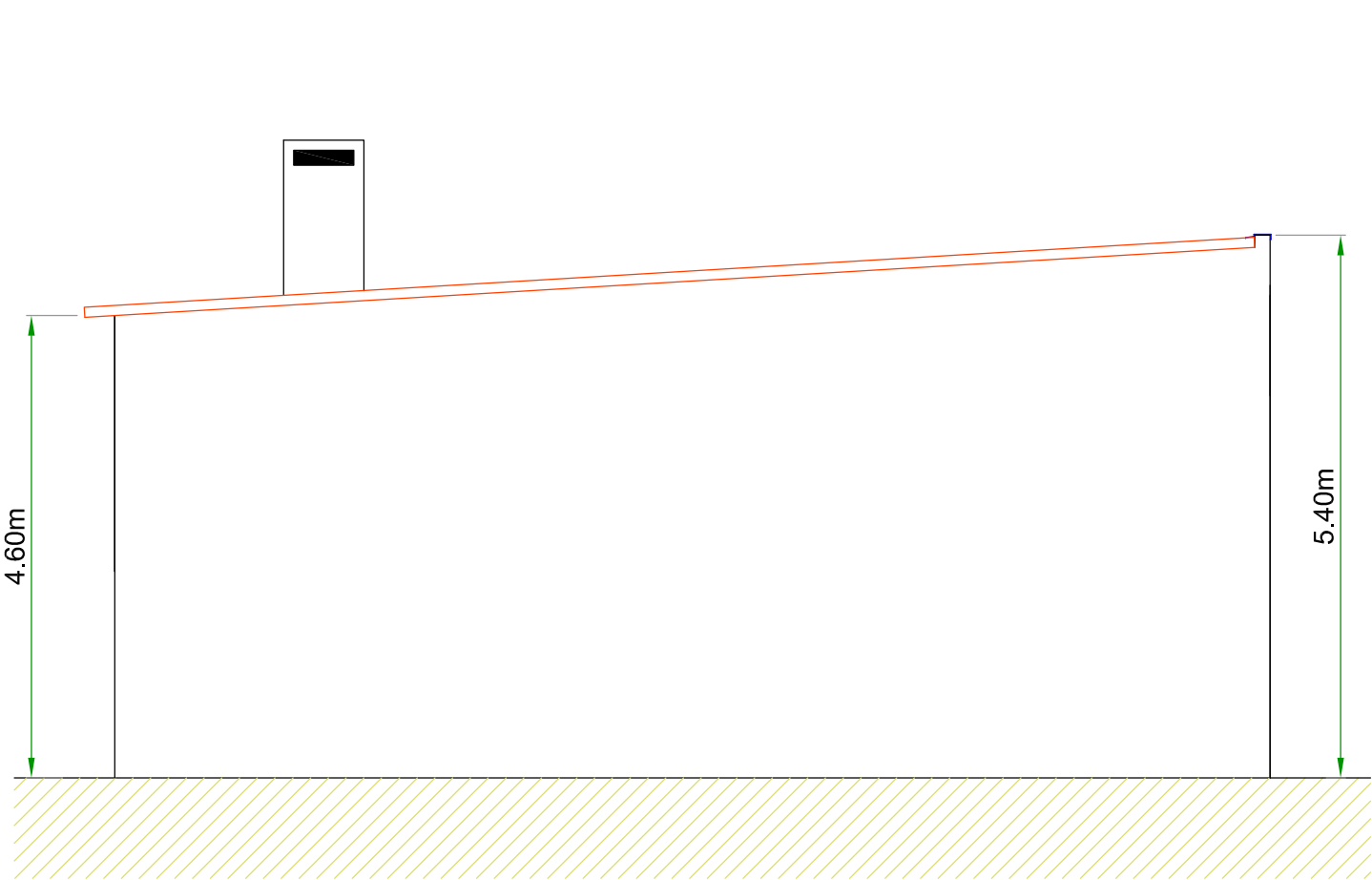


ALÇADO POSTERIOR - TELAS FINAIS

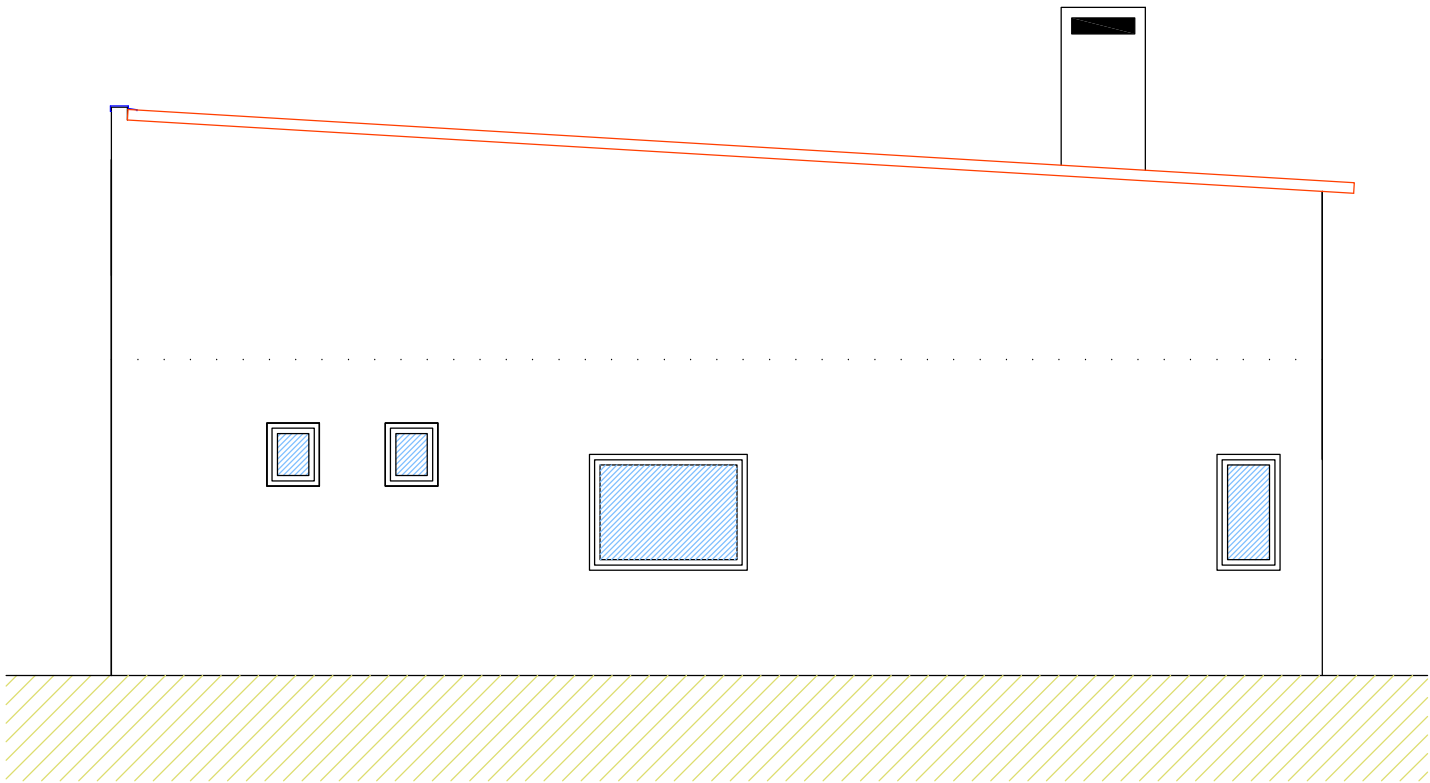
AGOSTO 2017	descrição	Construção de Um Armazém para Moagem e Cozinha Regional
DESENHOU: Túlio Esteves, Eng.º Civil	ARQUITECTURA - TELAS FINAIS	ESCALA 1/100
REQUERENTE : JAIME AUGUSTO PIRES	LOCAL Vale da Parada - Malhadas - 5210-000-Miranda do Douro	DESENHO Nº



PLANTA COBERTURA - TELAS FINAIS



ALÇADO LATERAL ESQUERDO - TELAS FINAIS



ALÇADO LATERAL DIREITO - TELAS FINAIS

AGOSTO 2017
DESENHOU:
Túlio Esteves, Eng.º Civil
REQUERENTE :
JAIME AUGUSTO PIRES

descrição
Construção de Um Armazém para Moagem e Cozinha Regional
ARQUITECTURA - TELAS FINAIS
LOCAL
Vale da Parada - Malhadas - 5210-000-Miranda do Douro

ESCALA
1/100

DESENHO Nº

03

b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

i) Identificação e caracterização do (s) produto (s) (intermédios e finais) a fabricar;

Serão fabricados os seguintes produtos, aproximadamente nas seguintes quantidades:

PRODUTO	QUANTIDADE ANUAL APROXIMADA (KG)
Tabafeia de Miranda ou Alheira	1500
Chouriços ou Salpichão	800
Chouriças	850
Bulhos ou Butelos	300
Bochas	300

Nesta parte do estabelecimento vai ser efetuada a confeção de todos os produtos – recheio – embalagem.

PROCESSO DE FABRICO DA TABAFEIA DE MIRANDA OU ALHEIRA

A fabricação da alheira (ou tabafeia de Miranda) obedece às seguintes fases de fabrico:

Corte das carnes e do pão - As carnes, carne magra proveniente de porco (da cabeça e do espinhaço), alguma carne entremeada de porco e, em maior percentagem, carne de aves (galinha, peru e/ou pato), são cortadas em grandes pedaços. Paralelamente, ou enquanto se processa o cozimento das carnes, o pão é cortado em fatia muito finas, com cerca de 5 mm de espessura, mas a toda a extensão da unidade de pão caseiro; estas fatias vão caindo, sobrepostas, num grande recipiente de metal inoxidável.

Condimentação e cozimento das carnes -a carne é colocada a cozer numa grande panela, com água, sal e azeite e banha de porco. Após o cozimento, a carne é separada dos ossos, que são retirados, e é desfiada em estreitas partículas de fibras musculares, que se colocam num recipiente.

Preparação da massa -A carne desfiada é junta no recipiente onde já se encontra o pão fatiado; de seguida junta-se também a água da cozedura da carne e adiciona-se o sobrenadante de uma mistura de alho triturado com água da cozedura e ainda se acrescenta pimentão e salsa. A massa é finalmente bem homogeneizada, ficando então, ainda quente, pronta para o enchimento.

Enchimento -Ainda com a mistura quente é efectuado o seu enchimento em tripa fina; esta tripa, de porco ou de vaca, é previamente cortada em segmentos de cerca de 40 cm e atada numa das extremidades, com fio de algodão, que fica comprido para dar o nó na outra extremidade após o enchimento e retirada de ar, ficando o produto final em forma de U.

Fumagem/secagem - Depois do enchimento e lavagem exterior em água morna, as unidades são dependuradas e expostas ao fumo durante 3 a 5 dias,, findos os quais estão prontas para o consumo.

PROCESSO DE FABRICO DOS CHOURIÇOS OU SALPICHÃO

A fabricação do chouriço obedece às seguintes fases de fabrico:

Corte da carne - a carne é proveniente do lombo do porco, sendo cortada em pedaços de forma cúbica, com diâmetro de 4 a 7 cm;

Condimentação - A carne é colocada em recipientes onde são adicionados e misturados os seguintes ingredientes: sal, pimentão, alho, loureiro, orégão e água. A carne, assim misturada com estes ingredientes, fica em suça (designação local para a mistura dos condimentos) durante cerca de 24 horas, em local fresco. A mistura em repouso é mexida duas a três vezes antes do enchimento.

Enchimento - Findo o período de repouso da mistura, retiram-se os pedaços de alho e as folhas de loureiro e procede-se ao enchimento em tripa grossa de porco, compactando muito bem as carnes e deixando o chouriço com um comprimento aproximado de 20 cm. O invólucro de 20 cm já tinha sido previamente cortado e cosida uma extremidade; a outra é atada, no final do enchimento, com fio de algodão.

Fumagem/secagem e cura - A fumagem é feita com lume de intensidade moderada, mas contínuo, de forma a não haver grandes amplitudes térmicas, sobretudo se estiver tempo húmido, para que não se verifique humidade junto ao fumeiro. A lenha é essencialmente de carvalho e freixo. Terminada a fumagem, que dura cerca de 45 dias, os salpicões são limpos com azeite ou óleo mineral e colocados numa talha (recipiente de barro) em azeite, onde são conservados, com características organolépticas únicas.

PROCESSO DE FABRICO DAS CHOURIÇAS

A fabricação da chouriça obedece às seguintes fases de fabrico:

Corte da carne - A carne é proveniente da pé e entremeada do cachapo, da barriga e outras pequenas porções de carne magra e é cortada em pedaços pequenos - cubos de 3 a 4 cm de diâmetro.

Condimentação - A carne é colocada em recipientes onde são adicionados e misturados os seguintes ingredientes: sal, pimentão, alho, loureiro, orégão e água. A carne, assim misturada com estes ingredientes, fica em suça durante cerca de 24 horas, em local fresco. A mistura em repouso é mexida duas vezes antes do enchimento.

Enchimento - Findo o período de repouso da mistura, são retirados os pedaços de alho e as folhas de loureiro e procede-se ao enchimento em tripa de porco, delgada, proveniente do intestino delgado. As tripas são cheias integralmente, sendo posteriormente divididas, cortadas e atadas em porções de cerca de

40 cm, que em forma de U formam a chouriça. No acto da divisão, ao efectuar-se a compressão para deixar as soluções de continuidade para o corte da tripa, aproveita-se para fazer a última compactação da mistura e recorre-se também à perfuração da tripa, com objecto pontiagudo fino, para saída de ar. As duas extremidades são atadas com um fio de algodão, através do qual também são dependuradas na vara, sob o tecto da zona de fumagem.

Fumagem/secagem e cura - Esta fase é comum à do chouriço, divergindo apenas no tempo de exposição ao fumo, que é apenas de cerca de 30 dias, sendo depois limpas com azeite ou óleo mineral e submersas em azeite, numa talha, onde completam a cura e são conservadas.

PROCESSO DE FABRICO DOS BULHOS OU BUTELOS

A fabricação do Bulho ou Butelos obedece às seguintes fases de fabrico:

Corte da carne - O espinhaço, parte das costelas e carruagens são cortados em pedaços pequenos, dependendo dos ossos envolvidos, de 4 a 7 cm. Trata-se de uma base de carne, osso e carruagem.

Condimentação - Os pedaços de carne, ossos e carruagens são colocados em recipientes onde são adicionados os seguintes ingredientes: sal, pimento, alho, loureiro, orégão e água. A carne, assim misturada com estes ingredientes, fica em suça durante cerca de 24 horas em local fresco, sendo mexida duas a três vezes antes do enchimento.

Enchimento - Findo o período de repouso da mistura, são retirados os pedaços de alho e as folhas de loureiro e procede-se ao enchimento, em tripa grossa (geralmente do reto e estômago do porco). O invólucro é previamente cortado e cosido numa extremidade, sendo a outra atada, com nós resistentes, no final do processo de enchimento e compactação, com fio de algodão, o qual serve também para dependurar da vara o respectivo bulho.

Fumagem/secagem e cura - Esta fase é comum à do chouriço e da chouriça, sendo o tempo de exposição ao fumo de cerca de 30 dias. Terminado este período, o bulho é retirado da vara, é limpo com azeite ou óleo mineral, são juntos em molhos ou nalgãos de várias unidades e dependurados na despensa, em local fresco, até completar o processo de cura e adquirir as características organolépticas próprias. Nesse local podem depois ficar em conservação por vários meses.

PROCESSO DE FABRICO DAS BOCHAS

A fabricação da bocha obedece às seguintes fases de fabrico:

Corte da carne - A carne é proveniente da entremeada do cachaço, da barriga e outras porções de carnes menos nobres mas muito relevantes em termos de produto final, como os pulmões e as traqueias e é cortada em pedaços pequenos - cubos de 3 a 4 cm de diâmetro.

Condimentação -A carne é colocada em recipientes onde são adicionados e misturados os seguintes ingredientes: sal, pimentão, alho, loureiro e água. A carne, assim misturada com estes ingredientes, fica em suça durante cerca de 24 horas, em local fresco. A mistura em repouso é mexida duas vezes antes do enchimento.

Enchimento -Findo o período de repouso da mistura, são retirados os pedaços de alho e as folhas de loureiro e procede-se ao enchimento em tripa de porco, delgada, proveniente do intestino delgado. As tripas são cheias integralmente, sendo posteriormente divididas, cortadas e atadas em porções de cerca de 40 cm, que em forma de U formam a chouriça. No acto da divisão, ao efectuar-se a compressão para deixar as soluções de continuidade para o corte da tripa, aproveita-se para fazer a última compactação da mistura e recorre-se também à perfuração da tripa, com objecto pontiagudo fino, para saída de ar. As duas extremidades são atadas com um fio de algodão, através do qual também são dependuradas na vara, sob o tecto da zona de fumagem.

Fumagem/secagem e cura -Esta fase é comum à do chouriço e da chouriça de carne, sendo o tempo de exposição ao fumo igual ao da chouriça, cerca de 30 dias, sendo depois limpas com azeite ou óleo mineral e guardadas, em molhos dependurados, na despensa, onde completa a cura e são conservadas durante um período de tempo até dois meses.

b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

v) Descrição dos processos e respectivos diagramas de fabrico:

1. Diagrama de Fabrico Alheiras ou Tabafefa de Miranda

Matéria-Prima
[Carne de porco e de aves]

Corte da carne

Condimentação e Cozedura
da carnes

Corte do Pão

Preparação da massa
[Mistura da carne com o pão fatiado
e água da cozedura]

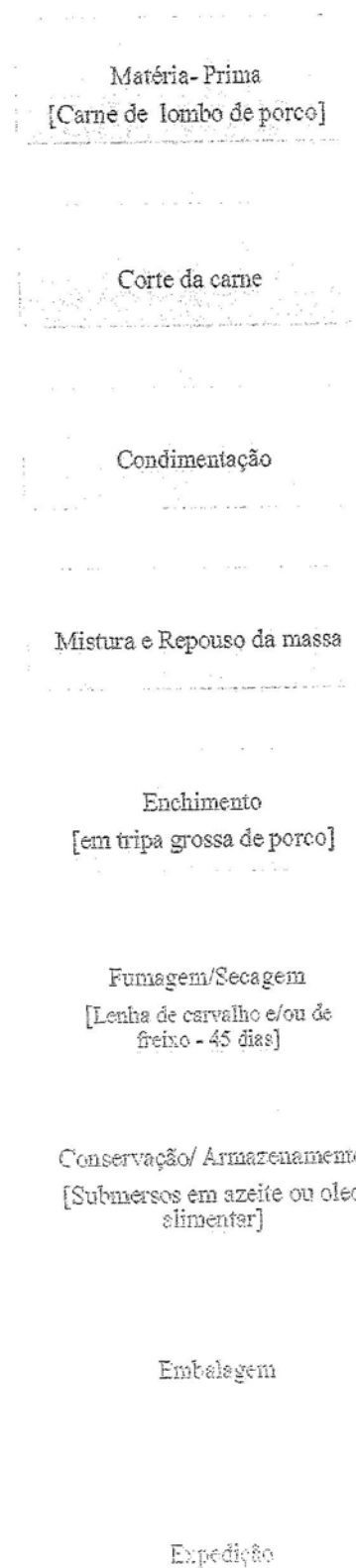
Enchimento
[em ripa fina de porco ou vaca]

Fumagem/Secagem
[3 a 5 dias]

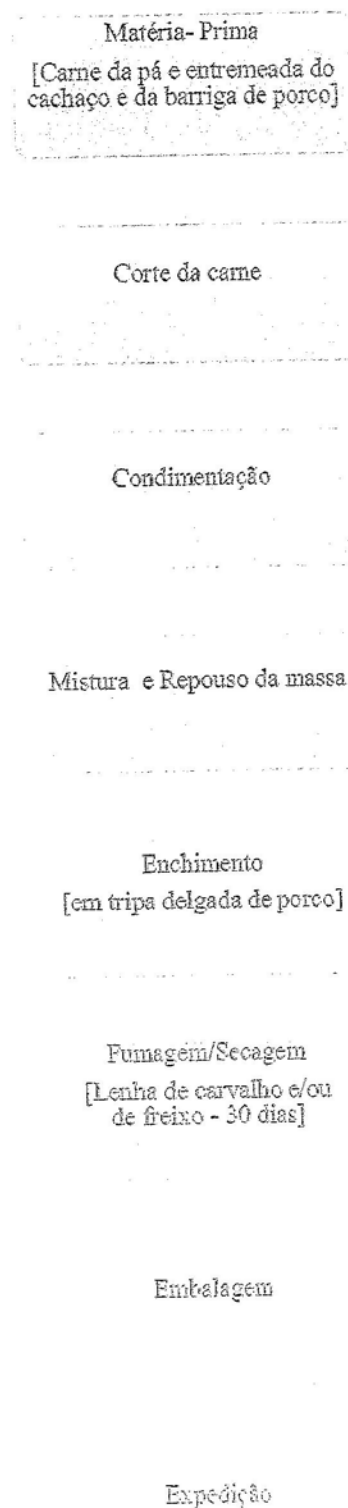
Embalagem

Expedição

2. Diagrama de Fabrico dos chouriços



3. Diagrama de Fabrico das chouriças



4. Diagrama de Fabrico do bulho ou butelo

Matéria- Prima
[Carne do espinhaço, costelas
e carruagens de porco]

Corte da carne

Condimentação

Mistura e Repouso da massa

Enchimento
[em tripa grossa e estômago
de porco]

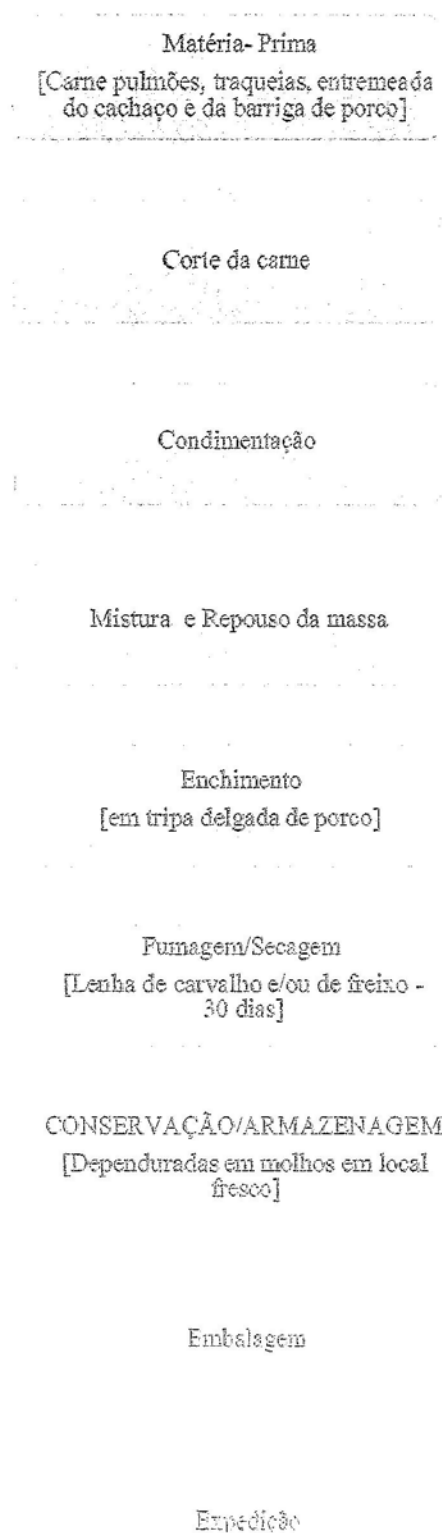
Fumagem/Secagem
[Lenha de carvalho e/ou
de freixo - 30 dias]

Cura/Armazenagem
[dependurados, em local
arejado e fresco]

Embalagem

Expedição

5. Diagrama de Fabrico Bochas



b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

vi) Listagem das máquinas e equipamentos a instalar (quantidades e designação);

Os equipamentos para laboração nesta unidade de produção para fabrico serão maioritariamente compostos em inox e plástico homologado para uso em fabrico alimentar.

Justifica-se a aquisição dos seguintes equipamentos para as áreas existentes:

CAMARA DE CURA

- Protecção de lâmpadas (4 Unidades);
- Lava mãos – automático ou pedal (1Unidade).

FABRICAÇÃO/ COZINHA REGIONAL

- Protecção de lâmpadas (4 Unidades);
- Eletrocutor de insectos (1 Unidade);
- Balança digital (1Unidade);
- Utensílios (tigelas de aço-inox, talheres, rolo da massa, formas, bancadas)
- Fogão (1 Unidade);
- Forno a gás (1 Unidade);
- Frigorífico (1 Unidade);
- Lava mãos – automático ou pedal (1Unidade)
- Bancada em aço inox

VESTIÁRIO/ LAVANDARIA

- Protecção de lâmpadas (1 Unidades);
- Máquina de lavar a roupa (1Unidade);

CASA DE BANHO

- Protecção de lâmpadas (1 Unidades);

ARRUMOS

- Protecção de lâmpadas (1 Unidades);

b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

viii) Quantificação dos equipamentos sociais disponíveis (instalações sanitárias, incluindo vestiários, balneários, lavabos e sanitários e, se for caso disso, refeitórios e locais de descanso);

COMPARTIMENTOS	AREA /m2	PAREDES	TECTOS	PAVIMENTO
Câmara de cura	22,4	Pintura	Pintura	Mosaico Cerâmico
Arrumos	3,47	Pintura	Pintura	Mosaico Cerâmico
Fabricação	26,55	Azulejo Cerâmico	Pintura	Mosaico Cerâmico
Vestiário/W.C	7,38	Azulejo Cerâmico	Pintura	Mosaico Cerâmico
Entrada	10,38	Pintura	Pintura	Mosaico Cerâmico

b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

- xii) Identificação e caracterização das principais fontes de emissão de ruído, indicação das distâncias aos edifícios de habitação, hospitais e escolas mais próximos dos limites do estabelecimento industrial e, quando aplicável nos termos do RGR, a avaliação quantitativa do ruído para o exterior e medidas de prevenção e controlo, quando aplicável;

Neste estabelecimento não temos não a registar relativamente a este ponto.

b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

x) Indicação da origem da água utilizada/ consumida, respectivos caudais, sistemas de tratamento associados;

O abastecimento de água será através da rede de abastecimento pública, instalada na localidade de Malhadas.

b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

xi) Identificação e caracterização qualitativa das fontes de emissão de efluentes gasosos, líquidos e geradoras de resíduos e, quando aplicável, sistemas de tratamento associados;

Neste estabelecimento não temos a registar relativamente a este ponto.

b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

xiii) Indicação dos tipos de energia utilizadas no estabelecimento, se for o caso, explicitando a respectiva produção (horário, mensal ou anual);

Neste estabelecimento será utilizada energia elétrica em algumas atividades de laboração (iluminação, máquinas e equipamentos). Aproximadamente 6000 KWh.

Será também utilizada a energia produzida através da queima de alguns tipos de madeiras para a cura/secagem dos produtos finais. Aproximadamente 3 toneladas.

b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

xiv) Indicação dos tipos de energia produzida no estabelecimento, se for o caso, explicitando a respetiva produção (horária, mensal ou anual).

Neste estabelecimento não temos nada a registar relativamente a este ponto.

b) Informação relevante para a caracterização da actividade desenvolvida, designadamente:

iii) Descrição das matérias-primas e subsidiárias, com indicação do consumo anual e capacidade de armazenagem para cada uma delas:

As matérias-primas a utilizar é carne porco, carne de aves e pão.

As subsidiárias são sal, tripas, colorau, louro, alhos, cebola, pimenta, salsa e azeite ou banha de porco.

As matérias-primas que totalizam 6600Kg serão transformadas em produto final que depois do processo de secagem resulta em 3750 kg.

Capacidade de armazenagem para cada produto será total, contudo produto final deverá ser vendido ao longo da época de produção, nunca havendo stock total.

MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO

ALVARÁ DE: ☐ LICENÇA ☒ AUTORIZAÇÃO UTILIZAÇÃO PARA: ☐ HABITAÇÃO ☐ COMÉRCIO ☒ OUTRO

N.º 19 / 20 17 Processo de Aut. de Utilização N.º/17 - Proc Obra n.º 39/14 ANO DE 20 17

Nos termos do artigo 74.º do Dec.-Lei n.º 555/99, de 16/12 (º), é emitido o ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO N.º 19, em nome de (º) JAIME AUGUSTO PIRES

portador do (º) _____, n.º _____, contribuinte fiscal n.º 195 064 070, que titula a autorização de utilização de (º) EDIFÍCIO DESTINADO A MOAGEM DE CEREAIS E FABRICAÇÃO DE FUMEIRO sito em (º) VALE DA PARADA - MALHADAS

_____, da freguesia de MALHADAS descrito na Conservatória do Registo Predial, de MIRANDA DO DOURO, sob o n.º 1015/20140818 do livro n.º _____ e inscrito na matriz (º) RUSTICO, sob o artigo 3930 da respectiva freguesia, a que corresponde o alvará de (º) CONSTRUÇÃO

emitido em 04 / 10 / 2016, a favor de JAIME AUGUSTO PIRES, N.º 26/2016

Por despacho de (º) SR. PRESIDENTE DA CÂMARA

de 07 / 09 / 2017, foi autorizada a seguinte utilização:

(º) EDIFÍCIO DESTINADO A MOAGEM DE CEREAIS E FABRICAÇÃO DE FUMEIRO

O diretor de obra ou o diretor de fiscalização de obra foi (º) TULIO NUNES ESTEVES, ENG.º TEC.

Técnico habilitado a ser autor do projeto TULIO NUNES ESTEVES, ENG.º TEC.

As partes comuns do edifício encontram-se concluídas e em conformidade com o projecto aprovado (º) _____

O edifício preenche os requisitos legais para a constituição de propriedade horizontal (º) _____

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Dec.-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro.

Registado no Município supra, no livro n.º _____ R/3, sob o n.º 387/17
Gota de Receta N.º 1864, de _____ O (º) 41157
105.046 _____ 2016 / 10 / 2016

☐ O Presidente do Município, ☐ O Vice-Presidente do Município,
☐ O Vereador do Pelouro, ☐ O _____

(Selo em branco)

Mapa Sem Título

Escreva uma descrição para o seu mapa.

Legenda

Marcador de local sem título



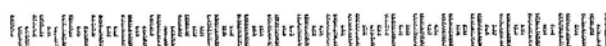
Marcador de local sem título

Travessa da Fera

Travessa da Fera



C801206001375883



JAIME AUGUSTO PIRES
VALE DA PARADA
5210-150 MALHADAS

Documento emitido a: 1 de setembro 2017
Período de faturação: 2 de julho a 1 de setembro 2017

ELETRICIDADE	GÁS NATURAL	SERVIÇOS	TAXAS E IMPOSTOS
217,70 €	2,00 €	5,00 €	58,19 €



AS MINHAS MENSAGENS

Conheça todos os descontos, planos de energia e serviços disponíveis em energia.edp.pt, através da nossa linha de atendimento 808535353 (dias úteis, das 8h às 22h), ou numa loja ou agente EDP.

COMO POSSO POUPAR

Ao adquirir material escolar, recebe até 25% do valor das compras na sua fatura de energia.

mais.em.comunidade.edp.pt

O QUE MARCA O MEU CONTADOR

Nr 160070168139

Leitura estimada
a 1 de setembro 2017

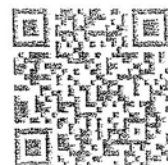
Dê as leituras entre 29 de outubro e 31 de outubro 2017 através do edponline.edp.pt ou do 800 10 53 53 (24h chamada grátis).
Se enviar fora destas datas, parte do consumo será estimado.

online

a sua área de cliente

Evite estimativas
na sua fatura

Faça download da app e
receba notificações, na data
ideal, de envio de leituras.



OS MEUS DADOS

Nome do titular	IRAN
JAIME AUGUSTO PIRES	PT500016000831**55200015
Morada de fornecimento	Banco SANTANDER TOTTA
RUA DO CEMITERIO MALHADAS	Ident. credor PT46101632
	Mandato P1610001942439
NIP	CPE (Código Ponto Entreg.)
195064070	PT 0002 000 089 466 774 HC
Produto (s)	Potência
Elettricidade	20,7 KVA (simples)

ÁREA DE CLIENTES E CONTACTOS

Contacto a EDP através da minha área de cliente
edponline.edp.pt ou através do formulário energia.edp.pt/contactos

Atendimento a clientes 808 53 53 53
Chamada com custo da rede fixe nacional. Dias úteis (8h - 22h)

Para envio de cartas
EDP Comercial, Rua Pólo Norte, 104, 1996-054 Lisboa

Leituras e dados pagamento 800 10 53 53
Atendimento automático (24h - chamada grátis)

Avarias Eletricidade 800 506 506
(24h - chamada grátis)

Descrição	Quantidade	Preço	Valor	Desconto	Total s/IVA	IVA
Consumo real						
Simplex	1276 kWh	0,1659 €	211,69 €	1% (-2,12 €)	209,57 €	23%
29 abr a 26 jul 2017						
A 26 de julho recebemos uma leitura de 1028 kWh da subestação de distribuição de energia elétrica da rede pública, correspondente ao período de 29 de abril a 26 de julho de 2017.						
Consumo estimado						
Simplex	556 kWh	0,1659 €	92,24 €	1% (-0,92 €)	91,32 €	23%
27 jul a 1 set 2017						
A 1 de setembro estimamos que o seu consumo médio mensal de energia elétrica seja de 556 kWh.						
Abatimentos					-137,47 €	23%
2 mai a 1 jul 2017						
A 26 de julho recebemos uma leitura de 1028 kWh da subestação de distribuição de energia elétrica da rede pública, correspondente ao período de 2 de maio a 26 de julho.						
Potência (20,7 kVA)	62 dias	0,8842 €	54,83 €	1% (-0,55 €)	54,28 €	23%
2 jul a 1 set 2017						
TOTAL					217,70 €	sem IVA

Descrição	Quantidade	Preço	Valor	Abatimentos	Total s/IVA	IVA
DGEG						
	1 mês	0,35 €	0,35 €		0,35 €	23%
	1 mês	0,35 €	0,35 €		0,35 €	23%
IEC	1832 kWh	0,001 €	1,83 €	-0,84 €	0,99 €	23%
29 abr a 1 set 2017						
A 26 de julho recebemos uma leitura de 1028 kWh da subestação de distribuição de energia elétrica da rede pública, correspondente ao período de 29 de abril a 26 de julho.						
IVA (217,70 € + 0,35 € + 0,35 € + 0,99 €)	219,39 €	23 %	50,46 €			
TOTAL					52,15 €	

Zona de Qualidade de Serviço - C

O preço da eletricidade inclui o valor de 154,79 € (sem IVA) correspondente às tarifas de acesso às redes, que contém o valor dos Custos de Interesse Económico Geral (CIEG) no valor de 97,52 €. Estes valores são independentes do comercializador.

Descrição	Quantidade	Preço	Valor	Abatimentos	Total s/IVA	IVA
Contribuição Audiovisual	2 meses	2,85 €	5,70 €		5,70 €	6%
IVA (5,70 €)	5,70 €	6 %	0,34 €			
TOTAL					6,04 €	

Que Impostos de eletricidade pago?

A taxa de Exploração Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) corresponde à taxa de utilização e exploração das instalações elétricas e é paga ao Estado. É uma taxa fixa cujo valor é determinado por Portaria.

O Imposto Especial de Consumo de Eletricidade (IEC) integrado na subcategoria de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) é pago ao Estado. Este imposto foi criado em 2012 e é aplicado pelos comercializadores de eletricidade aos seus clientes. Em Portugal continental a taxa está fixa em 0,001 € por kWh.

A Contribuição para o Audiovisual (CAV) destina-se a financiar o serviço público de radiodifusão e de televisão, sendo entregue à Autoridade Tributária e Aduaneira que posteriormente a entregará à Rádio e Televisão de Portugal, S. A.. Esta contribuição tem um valor mensal de 2,85 € + IVA (6%). O valor mensal da contribuição é reduzido para 1 € + IVA (6%) para os clientes economicamente vulneráveis. Estão isentos de pagamento os clientes com consumo anual inferior a 400 kWh ou com atividades exclusivamente agrícolas.



Associação Certificadora de Instalações Eléctricas
Rua dos Anjos, 681 1150-033 LISBOA PORTUGAL
T +351 213 183 200 | F +351 213 183 282
certiel@certiel.pt | www.certiel.pt
N.ºRC 903 666 754



CERTIFICADO DE EXPLORAÇÃO

Instalação Elétrica	
Morada:	RUA FACEIRA 9888 ARM
Localidade:	MALHADAS
Código Postal:	5210-150 MALHADAS

Técnico Responsável pela Execução
Nome: JOSÉ TEODORO CABREIRO
Técnico Responsável N.º : 35968

Proc.º N.º: 2017020245-90

N.º.L.P.: 10786034

Utilização: Armazém

Alimentação/Entrada	Trifásica	20,7 kVA
---------------------	-----------	----------

Para efeitos do nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 272/92, de 3 de dezembro, e nos termos do disposto no artigo 14º do Anexo I da Portaria nº 662/96, de 14 de novembro, é autorizada a exploração da instalação elétrica acima identificada.

Lisboa, 01 de setembro de 2017

CERTIEL - Associação Certificadora de Instalações
Eléctricas

Pedro Miguel Carroço
Diretor Técnico

(O presente certificado é válido até à potência indicada)

Cod. Reg.: 2457899206206810679

FACTURA/RECIBO ÁGUA

Facture Nº 41403
 Data de Emissão 2017/07/16
 Período de Facturação JULHO-2017
 Nº Instalação 5021 Zona de Instalação 45

Data Limite Pagamento 08-08-2017

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS
 NIPC 538 838 888
 TELEFONE: 278 430 020 - FAX: 278 431 075
 Largo D. João III - 5210-180 Miranda do Douro
 www.cm-mdouro.pt

Destinatário

Nome: JAIME AUGUSTO PIRES

Morada: VAL DA FARADA

MALHADAS
 5210-150, MALHADAS

TITULAR DO CONTRATO
 Nome: JAIME AUGUSTO PIRES
 NIF: 195064070
 Local de consumo:
 VAL DA FARADA

Compromisso N.º:

OBSERVAÇÕES
 Para informação de leitura e assuntos relativos ao Serviço de Águas,
 contactar 278 430 020 ou e-mail: aguse@cm-mdouro.pt

Tipo de Utilizador		Nº Contador		Zona		Pórtico									
MFCOMESTICO		1220185405		45		151									
Anterior		Atual		Consumo do período		Tipo de Leitura		Facturado		P/sem Leitura					
Data		Data		m3		Nº de Meses		Lida		m3		Nº de Meses			
28-jun-17		16-jul-17		784		744		10		1		10		1	
Detalhe		Quantidade		Valor Unitário		Valor Total		Valor a Pagar		Tx Iva					
Água:															
1º Escalão - 0 a 5 m3		5		0,3140		1,57 €		1,57 €		6%					
2º Escalão - 6 a 15 m3		5		0,3925		1,96 €		1,96 €		6%					
Tarifa de disponibilidade						0,79 €		0,79 €		6%					
Recursos Hídricos - Variável				0,0205		0,21 €		0,21 €		6%					
Sub - Total (1)								4,53 €							
Saneamento:															
Tarifa de disponibilidade						0,79 €		0,79 €							
Tarifa de utilização						1,59 €		1,59 €							
Sub - Total Saneamento (2)								2,38 €							
Resíduos Sólidos:															
Tarifa de tratamento de resíduos sólidos						1,05 €		1,05 €							
Tarifa de disponibilidade						0,52 €		0,52 €							
Sub - Total Resíduos (3)								1,57 €							
Total (1)+(2)+(3)										8,48 €					
Total Iva (6% s/ 8,48€)										0,27 €					
Total Iva (23% s/ ...)															

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: GP-0976-01136-040607-001015

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

RÚSTICO

SITUADO EM: Vale da Parada

ÁREA TOTAL: 1136 M2

ÁREA DESCOBERTA: 1136 M2

MATRIZ n.º: 3930

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Terra de cultura

Norte: Lázaro Pires

Sul: caminho

Nascente: Junta de Freguesia

Poente: Jaime Augusto Pires

Resulta da ANEXAÇÃO dos prédios números 632/20100830 e 956/20140520

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a), em substituição
Maria Fernanda Polónio Meirinhos

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Miranda do Douro

AP. 1483 de 2014/05/19 09:48:51 UTC - Aquisição

Registado no Sistema em: 2014/08/18 09:48:51 UTC

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** JAIME AUGUSTO PIRES

NIF 195064070

Solteiro(a), Maior

Morada: Rua Vale da Parada, Malhadas, Miranda do Douro

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** DIAMANTINO DA CONCEIÇÃO FERNANDES

NIF 196089263

TRANSCRITA do número 632/20100830

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a), em substituição
Maria Fernanda Polónio Meirinhos

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Conservatória do Registo Predial de Miranda do Douro
AP. 1077 de 2014/05/20 09:49:30 UTC - Aquisição
Registado no Sistema em: 2014/08/18 09:49:30 UTC

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** JAIME AUGUSTO PIRES

NIF 195064070

Solteiro(a), Maior

Morada: Rua Vale da Parada, Malhadas, Miranda do Douro

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** ISABEL MARIA RAPOSO DA IGREJA

NIF 195938011

** JOSÉ AGOSTINHO DA IGREJA

NIF 103109552

** JOSÉ ANTÓNIO DA IGREJA

NIF 116793155

** MARIA ANTÓNIA LUCAS COELHO DA IGREJA

NIF 155673696

** MARIA DA CRUZ DA IGREJA

NIF 176072136

** RAFAEL FERNANDO DA IGREJA

NIF 195227859

TRANSCRITA do número 956/20140520

O(A) Adjunto(a) do Conservador(a), em substituição
Maria Fernanda Polónio Meirinhos

REGISTOS PENDENTES

Não há outros registos pendentes.

Certidão permanente disponibilizada em 19-08-2014 e válida até 19-11-2014

TÍTULO DE REGISTO DE EXPLORAÇÃO (Classe 3)

111/N/2017

Processo N.º DN55032017

Data do Pedido: 21/03/2017

Nos termos do n.º 3 do Artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de junho, que aprova o novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária – NREAP – é concedido o presente Registo de Exploração à atividade pecuária, abaixo identificada. São condições para o exercício da atividade as disposições estabelecidas neste documento.

1. Identificação do Titular

NIF: 195064070

Nome/Designação Social: Jaime Augusto Pires

Morada/Sede Social: Rua Vale de Parada

Código Postal: 5210 - 150

MALHADAS

2. Identificação da Exploração

NRE: 1174834

2.1. Localização:

(Concelho)

MIRANDA DO DOURO

(Freguesia)

MALHADAS

(Local)

Val Torrada

2.2. Núcleos de Produção:

Nº	Espécie/Área Animal	Marca de Exploração
1	Suínos	PTEM7AD

3. Observações:

Abrange as explorações com um máximo de 15 CN para a totalidade do efetivo pecuário.

As explorações pecuárias titulares de registo de exploração devem cumprir as disposições legais inerentes às respetivas atividades, designadamente em matéria de bem-estar animal e condições higio-sanitárias, bem como as constantes do Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de junho e respetivas Portarias Regulamentares.

O exercício da atividade pecuária a que se refere o presente registo não prejudica a eventual obtenção de título de utilização de recursos hídricos ou do título de utilização das edificações utilizadas na atividade.

O presente Registo de Exploração deve ser atualizado ou substituído sempre que os elementos declarados já não caracterizem a atividade, sob responsabilidade do titular.

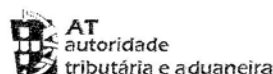
BRAGANÇA, 21 de março de 2017

O Diretor Regional
MANUEL CARDOZO

Manuel Cardoso

Dr.ª Maria Portas
(Delegada do Nordeste Transmontano)

QUINTA-FEIRA, 21 SETEMBRO 2017



Jaime Augusto Pires
NIF: 126064070

Você está aqui: [Início](#) [Os Seus Serviços](#) [Consultar](#) [Situação Cadastral Actual](#) [Dados de Actividade](#)

ACTIVIDADE

Tipo Sujeito Passivo: CAT. B. REND. EMPRESARIAS

Dados Relativos à Actividade Exercida ou Esperada

Data de Início: 2007-06-02

Cessação (N/A): Data

Motivo

NIF

Nome

Data

Motivo

Aquisições Internas: SIM Importações: NÃO

Transferências Internas: SIM Exportações: NÃO

Exerce Actividade constante do Anexo E do CIVA: NÃO

ACTIVIDADES EFECTIVAMENTE EXERCIDAS

TIPO	CAB	DESIGNAÇÃO	DATA DE INÍCIO
Principal	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL	2006-01-02
Secundário 1	10120	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS À BASE DE CARNE	2017-06-10
Secundário 2	10111	MOLAGEM DE CEREAIS	2017-06-10

Operações e Opções (N/A)

Tipo de Operações: IRL QUE CONFEREM DIREITO A DEDUÇÃO

Pro. Retir: NÃO

Transferências Internas, de Dens:

Exercício de aquisição, Serviço, e Interlocu:

Código Regime Tributação: NÃO

Código Prática Exor. Imobiliária: NÃO

Código Prática U. de Met. e L:

Regime de Prestações Mensal (N/A)

Fluxuação

Data de Início

Data de Fim

Regime de D. A. de C. e C. e

Data de Início

Data de Fim

Anexo Exor. e L:

Regime Prático de Exor. e L:

Data de Início

Data de Fim

M. e L:

Exercício de aquisição, Serviço, e Interlocu:

Data de Início

Data de Fim

M. e L:

MAIS INFORMAÇÃO

Dados Gerais

Dados para Fim de Prazo

Outros Dados Adicionais

DECLARAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE
ACTIVIDADE

Comprovativo de Entrega da Declaração de Alterações de Actividade Via Internet

N.º Documento

9996002679136

Data de recepção

2017-09-20

Este documento só é válido quando
acompanhado pela carta enviada pela
AT contendo a identificação da sua
Declaração de Alterações de
Actividade

ÁREA DO DOMÍLIO FISCAL

0523 - MIRANDA DO DOURO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL E NOME COMPLETO

195064070 JAIME AUGUSTO PIRES

DOMÍLIO FISCAL

Morada: R CEMITÉRIO

Localidade: MALHADAS

Código Postal: 5210-150 MALHADAS

Concelho: MIRANDA DO DOURO

Freguesia: MALHADAS

País Resid.: PORTUGAL

Região Resid.:

Telefone: 965046235

E-mail:

Estabelecimento principal, ou local do exercício da actividade, igual ao domicílio fiscal:

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL DE NÃO RESIDENTE (atribuído pelo País de Origem da U.E./E.E.E.)

Prefixo:

Número:

TIPO DE SUJEITO PASSIVO, LEIS E REGIMES ESPECIAIS E ZONA FRANCA NACIONAL

Sujeito Passivo:

Leis Especiais:

Zona Franca:

IPO - REGIME DE TRIBUTAÇÃO

CONTRATO DE SOCIEDADE

Contrato de sociedade, estatuto ou escritura de Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (EIRL), publicado no Diário da República n.º de

Data da escritura de dissolução ou da sentença judicial de declaração de insolvência:

ENQUADRAMENTO CALCULADO EM IR

Enquadramento:

A vigorar a partir de:

até

ENQUADRAMENTO CALCULADO EM IVA

Enquadramento:

A vigorar a partir de:

ACTIVIDADES EFECTIVAMENTE EXERCICÍAS

Anexo E Civa:

TIPO	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM
CAE Secundário 1	10130	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS À BASE DE CARNE	2017-09-20	

Anexo 2 - Plataforma do Licenciamento Industrial

REQUERIMENTO:

MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL TIPO3

PROCESSO: 30/2014

ALVARÁ de CONSTRUÇÃO: 26/2016

ALVARÁ de UTILIZAÇÃO: 19/2017

PROJETO:

Unidade de Produção de Fumeiro

REQUERENTE:

Jaime Augusto Pires

LOCAL DA OBRA:

Vale de Parada

5210 – 150 Malhadas

Miranda do Douro



PORTAL DO CIDADÃO (<https://www.portaldocidadao.pt>)

Formulário de Enquadramento - Plataforma de Licenciamento Industrial

Tipo de Pedido

- Instalação de estabelecimento industrial
- Alteração de estabelecimento industrial

Versão 7

Próximo

© 2015 AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I. P.



Instalação de Estabelecimento Industrial - Formulário de Enquadramento



A informação introduzida no formulário de enquadramento **deve caracterizar o estabelecimento industrial sobre o qual se pretende realizar o pedido.**

Informações Gerais do Estabelecimento Industrial

Localização do estabelecimento industrial

Está localizado numa Zona Empresarial Responsável (ZER)? * Não Sim

Distrito: Bragança ▼

Concelho: Miranda do Douro ▼

Número de trabalhadores: 2 Trabalhadores

Potência eléctrica contratada: 10,35 (kVA)

Potência térmica Instalada: 0 (x10^6 kJ/h) 0 (MW)

Caracterização das atividades económicas do estabelecimento industrial

Seleção de CAE

Pesquise por código ou por designação de atividade económica:

Selecione uma CAE...

É a atividade económica que melhor caracteriza o estabelecimento industrial? Não * Sim Adicionar CAE



Visualizar a lista de CAE?

Tabelas de CAEs

Código CAE	Designação	Actividade Caracterizadora	
10130	Fabricação de produtos à base de carne	Sim	Remover



Instalação de Estabelecimento Industrial - Formulário de Enquadramento

Caracterização das Actividades Económicas do Estabelecimento Industrial

Neste passo serão colocadas as questões que caracterizem as atividades económicas do estabelecimento industrial, abrangidas pelo Sistema de Indústria Responsável (DL 169/2012, de 1 de agosto) ([./Resources/Decretos/D DL 169 2012 SIR.pdf](#))

com a redação conferida pelo DL 73/2015, de 11 de maio, ([./Resources/Decretos/DecretoLei73 2015.pdf](#)) incidindo no enquadramento das atividades abrangidas pelo Anexo I, partes 2A e 2B



10130 - Fabricação de produtos à base de carne

Questões	Valor	Unid. Med.
Nº de trabalhadores afectos a esta actividade	2	
Produz géneros alimentícios destinados ao consumo humano?	Sim ▼	Sim/Não
Os géneros alimentícios produzidos destinam-se ao fornecimento do consumidor final, sendo o fornecimento de outros operadores, quando exista, uma atividade marginal, localizada e restrita (consultar nota)?	Sim ▼	Sim/Não
Apenas preparação e conservação de produtos à base de carne e preparação de enchidos, ensacados e similares?	Sim ▼	Sim/Não
Capacidade de produção da atividade desenvolvida.	6600	Kg/ano

Versão 7

Início|

Guardar em suporte ficheiro|
Terminar Sessão

Mais Informações (<https://www.portaldocidadao.pt/pt/web/iapmei-agencia-para-a-competitividade-e-inovacao/sistema-da-industria-responsavel-sir->)


Anterior|
Validar| Próximo



PORTAL DO CIDADÃO

(<https://www.portaldocidadao.pt>)

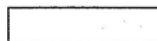
Formulário de Enquadramento - Plataforma de Licenciamento Industrial

 Simulador Regimes Ambientais - Siliamb

Versão 7

[Anterior](#) [Próximo](#)

© 2015 AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

[Início](#)[CAE](#)[PAG](#)[Perguntas
Dinâmicas](#)**AINIT - Escolha uma opção:**

- ✦ Simular Novo Licenciamento de Ambiente
- Simular Alteração de Licenciamento de Ambiente
- Simular Renovação com Alteração de Licenciamento de Ambiente
- Simular Renovação sem Alteração de Licenciamento de Ambiente

[Início](#)[CAE](#)[PAG](#)[Perguntas
Dinâmicas](#)

CAE

PCE - Escolha o CAE que melhor caracteriza a sua atividade:

Código CAE	
Código CAE	10130 - Fabricação de produtos à base de carne
Classificação	Secundário

Código	Nome	Classificação	Ações
10130	10130 - Fabricação de produtos à base de carne	Primário	



LUA - SIMULADOR

[Início](#)[CAE](#)[PAG](#)[Perguntas
Dinâmicas](#)

Prevenção de Acidentes Graves (SEVESO)

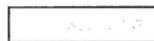
**PSEVESO -**

Tem substâncias perigosas?

- ☐ Sim
- ☒ Não



LUA - SIMULADOR

InícioCAEPAGPerguntas
Dinâmicas

1 ----- 2 ----- 3 ----- 4 -----



Enquadramento por regimes de ambiente



P00001 - O projeto/estabelecimento localiza-se em área sensível (no âmbito do art. 2º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013)?

- ☒ Não
☐ Sim

P00002 - Indique a potência térmica nominal do estabelecimento

0 (MW)

P00115 - Qual a proporção média de materiais de origem animal (% do peso) da capacidade de produção de produto final?

60 (%)

P00116 - Indique a capacidade instalada de produção de carcaças em instalações de abate de animais

0,06 (t/dia)

P00410 - Indique a capacidade instalada de tratamento (valorização/eliminação) de carcaças ou de resíduos de animais?

0,06 (t/dia)

P00411 - Indique a capacidade instalada de produção (tratamento e transformação de matérias primas animais) de produto final?

0,045 (t/dia)

Enquadramento das instalações onde se desenvolvem operações de gestão de resíduos

P03600 - Efetua operações de incineração ou co-incineração de resíduos (R1/D10) no estabelecimento industrial?

Resíduos - quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem intenção ou a obrigação de se desfazer

- ☒ Não
☐ Sim

P03613 - Efetua deposição de resíduos em aterros tecnicamente associados ao estabelecimento industrial (EI) e localizado dentro do perímetro desse EI?

- ☒ Não
☐ Sim

P03621 - Efetua substituição total/parcial de matérias-primas virgens por resíduos?

Se responder "Sim" a esta pergunta, indique nas perguntas P03622, P03633 e ou P03634, qual o tratamento / valorização efetuado

- ☒ Não
☐ Sim

P03640 - Realiza valorização ou eliminação de resíduos perigosos, envolvendo um ou mais das seguintes atividades: tratamento biológico, tratamento físico-químico, loteamento ou mistura, reembalagem antes de sujeição a qualquer das outras operações constantes no pontos 5.1 e 5.2 do anexo I do diploma REI?

Se responder "Sim" a esta pergunta, deve solicitar o licenciamento (RGGR simplificado) junto da EC-SIR

- ☒ Não
☐ Sim

P03623 - Efetua apenas armazenagem de resíduos no próprio local de produção, no respeito pelas especificações técnicas aplicáveis e por período superior a um ano?

- ☒ Não
☐ Sim

P03654 - Efetua armazenamento temporário de resíduos perigosos não abrangidos pela categoria 5.4. do diploma REI, enquanto se aguarda a execução de uma das atividades enumeradas nos pontos 5.1, 5.2, 5.4 e 5.6 com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos produzidos?

Diploma REI - DL 127/2013, relativo às Emissões Industriais

- ☒ Não
☐ Sim

P03658 - Pretende efetuar operações de descontaminação de solos no local, numa situação pontual ou em que os resíduos não resultem da normal atividade produtiva?

- ☒ Não
☐ Sim

Utilização dos Recursos Hídricos



P03500 - Existe ocupação do domínio hídrico?

- ☒ Não
- ☐ Sim

P03524 - Tem ou pretende ter captações próprias?

- ☒ Não
- ☐ Sim

P03543 - Efetua ou pretende efetuar rejeição(ões) de águas residuais para os recursos hídricos (água ou solo)?

- ☒ Não
- ☐ Sim

Outras questões

P01018 - Tem decisão de exclusão do regime da Prevenção e Controlo Integrado da Poluição (PCIP)?

- ☒ Não
- ☐ Sim

[Início](#)[CAE](#)[PAG](#)[Perguntas
Dinâmicas](#)**Resultado**

Lista não exaustiva dos Regime(s) Jurídico(s) e Taxas a que está sujeito o estabelecimento:

Regimes/Licenças	Estado do processo	Taxas Licenciamento Independente	Taxas Licenciamento Integrado	Prazos (dias)	Entidade Licenciadora
Total:		€0,00	€0,00		
Taxas total seleccionado:		€0,00			
Prazo Licenciamento Seleccionado (em dias):		0			



Formulário de Enquadramento - Plataforma de Licenciamento Industrial

Outro Tipo de Informação

Operação Urbanística

O estabelecimento situa-se em área que admite expressamente o uso industrial?
Projecto de Interesse Económico

Sim * Não

Considera que o seu projecto é capaz de produzir um efeito estruturante para a economia portuguesa?

Sim * Não

Operação Urbanística

O estabelecimento industrial envolve realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio (operação de loteamento, obra de construção, alteração do título de utilização, etc) nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)?

Sim * Não

Versão 7

Anterior Próximo

PORTAL DO CIDADÃO (<https://www.portaldocidadao.pt>)

Formulário de Enquadramento - Plataforma de Licenciamento Industrial

Página de pagamento aquando a submissão do formulário

Com base nas informações preenchidas, obtemos os seguintes resultados:

Tipologia do Estabelecimento

3

Procedimento

Mera comunicação prévia

Entidade Coordenadora

Câmara Municipal de Miranda do Douro
Lg. D. João Iii - 5210-190 Miranda do Douro
Tel.: 273431196
Email: geral@cm-douro.pt
Fax: 273431075
site:

Atividade(s)

Caracterizadora(s)

10130-Fabricação de produtos à base de carne

**Lista não
exaustiva dos
Regime(s)
Jurídico(s) a que
está sujeito o
estabelecimento**

O estabelecimento industrial não pode ser instalado em prédio destinado ao uso de habitação, mas pode ser instalado em prédio destinado ao uso de comércio e serviços, podendo laborar em fracção autónoma.

O estabelecimento industrial poderá enquadrar-se no n.º 6 do artigo 18.º do Decreto-Lei 169/2012, de 01 de agosto. Deverá verificar se o mesmo reúne as condições indicadas na Parte B do Anexo I do referido decreto-lei.

O estabelecimento industrial poderá também enquadrar-se no n.º 7 do artigo 18.º no n.º 3 do artigo 33.º do Decreto-Lei 169/2012, de 01 de agosto. Deverá verificar se o mesmo reúne as condições indicadas na Parte B do Anexo I do referido decreto-lei.

Não Aplicável

Taxa

Com base no n.º 6 do artigo 62.º do Código de Procedimento Administrativo, de acordo com a redação do Decreto-Lei n.º 4/2015 de de 7 de janeiro, a entidade coordenadora deve indicar a taxa e emitir a respectiva guia de pagamento no prazo máximo de 5 dias úteis.

Prazo Máximo

Comunicação realizada imediatamente após pagamento

**Identificador de
simulação ⓘ**

31635

 Visualizar Cronograma

Versão 7

[Anterior](#)



PORTAL DO CIDADÃO (<https://www.portaldocidadao.pt>)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

BOLSA DE DOCUMENTOS
([HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADA0.PT/REDIRECT?CODE=BOLSADOCS](https://www.portaldocidadao.pt/redirect?code=BOLSADOCS))



MAPA DO CIDADÃO
([HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADA0.PT/MAPEO-CIDADA0](https://www.portaldocidadao.pt/mapeo-cidadao))



BALCÃO DO EMPREENDEDOR
([HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADA0.PT/EVO/LANDINGPAGE.ASPX](https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx))

ESPAÇO EMPRESA
([HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADA0.PT/EVO/LANDINGPAGEEEE.ASPX](https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpageeee.aspx))

Formulário - Licenciamento Industrial

Identificação do Requerente/Representante:

Tipo Requerente/Representante: Cidadão ☒

Número Identificação Civil: 5766590

É o titular, gerente ou administrador de empresa? ☒ Sim ☐ Não

Nome: Jaime Augusto Pires

Código Postal: 5210 150 Validar Cod. Postal MALHADAS

Endereço: Parada ☒ Rua Vale da Parada Porta: 1 Andar: 1º

Lado: Lugar: Malhadas

Distrito: Bragança ☒ Concelho: Miranda do Douro ☒ Freguesia: Malhadas ☒

Telefone: Telemóvel: 965046235 E-mail: pirescarolina6@gmail.com

Os dados de identificação do responsável técnico do projecto coincidem com os do requerente? ☒ Sim ☐ Não

Identificação do Titular do Estabelecimento Industrial

☐ Pessoa Coletiva ☒ Pessoa Singular

Número de Identificação Fiscal (NIF/NIPC): 195064070 Validar NIF/NIPC

Consinto a consulta de declaração de início de atividade? ☒ Sim ☐ Não

Nome/Denominação Social: Jaime Augusto Pires

Código Postal: 5210 150 Validar Cod. Postal MALHADAS

Endereço: Parada ☒ Rua Vale da Parada Porta: 1 Andar: 1º

Lado: Lugar: Malhadas

Distrito: Bragança ☒ Concelho: Miranda do Douro ☒ Freguesia: Malhadas ☒

Telefone: Telemóvel: 965046235 Fax: 273 417 249

E-mail: pirescarolina6@gmail.com

Identificação do Estabelecimento Industrial

Os dados de identificação do estabelecimento industrial coincidem com os do seu titular? ☒ Sim ☐ Não

Identificação do Responsável Técnico do Projecto

Nome: Tílio Nunes Esteves

Telefone: Telemóvel: 936424706 Fax:

E-mail: ulioesteves@gmail.com

[Voltar ao Índice \(graves dados\)](#) [Validar](#) [Continuar](#)



PORTAL DO CIDADÃO (https://www.portaldocidadao.pt)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

BOLSA DE
DOCUMENTOS
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGUESE/REDIRECT?
CODE=BOLSADOCS)MAPA DO
CIDADÃO
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGUESE/MAPA-
DO-CIDADAOPORTUGUESE)BALÇAO DO
EMPREENDEDOR
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGUESE/EVO/LANDINGPAGE.ASPX)ESPAÇO
EMPRESA
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGUESE/EVO/LANDINGPAGE.ASPX)

Formulário - Licenciamento Industrial

Localização

O estabelecimento industrial envolve realização de operação urbanística sujeita a controlo prévio (operação de loteamento, obra de construção, alteração do título de utilização, etc) nos termos do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)?

Sim ☒ Não ☐[Voltar ao índice \(grave dados\)](#) [Voltar](#) [Continuar](#)

© 2015 AMA - Agência para a Modernização Administrativa, L.P.

PORTAL DO CIDADÃO (<https://www.portaldocidadao.pt>)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

BOLSA DE
DOCUMENTOS
([HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOP.T/REDIRECT?
CODE=BOLSADOC](https://www.portaldocidadao.pt/redirect?code=bolsadocs))MAPA DO
CIDADÃO
([HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOP.T/MAPA-
DO-CIDADAOP](https://www.portaldocidadao.pt/mapa-do-cidadao))BALCÃO DO
EMPREENDEDOR
([HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOP.T/EVO/LANDINGPAGE.ASPX](https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx))ESPAÇO
EMPRESA
([HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOP.T/EVO/LANDINGPAGEEEE.ASPX](https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpageeee.aspx))

Formulário - Licenciamento Industrial

Caracterização das Actividades

Para cada CAE industrial indique uma descrição detalhada da actividade que desenvolve:

	CAE Industrial	Designação	Descrição Detalhada
Seleccionar	10130	Fabricação de produtos à base de carne	Transformação de carne de suíno em produtos de fumeiro regional vários através de processo de fabrico e cura tradicional descritos em anexo.

[Voltar ao índice \(grave de des\)](#) [Voltar](#) [Continuar](#)

© 2015 AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I. P.



PORTAL DO CIDADÃO (https://www.portaldocidadao.pt)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

 BOLSA DE DOCUMENTOS
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGAL.PT/REDIRECT?CODE=BOLSADOCS)MAPA DO CIDADÃO
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGAL.PT/MAPA-DO-CIDADAOPORTUGAL)BALCÃO DO EMPREENDEDOR
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGAL.PT/EVO/LANDINGPAGE.ASPX)ESPAÇO EMPRESA
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGAL.PT/EVO/LANDINGPAGEEE.ASPX)

Formulário - Licenciamento Industrial

Projecto de Instalação Eléctrica

O estabelecimento é total ou parcialmente abastecido por um grupo gerador? ☒ Sim ☐ Não

Consumo Médio Anual Estimado de Energia Eléctrica: 6000 (KWh) 1,29 TEP

Outros Tipos de Consumo de Energia

Tipo de consumo: Madeira / resíduos de Madeira ▼

Consumo anual estimado: 3 t TEP: 1,119

Adicionar Consumo de Energia

Produção de Energia:

Produz algum tipo de energia na instalação? ☒ Sim ☐ Não

Melhores Técnicas Disponíveis - MTD's

Estão estabelecidos valores de consumo específico de energia nas MTD's sectoriais aplicáveis à instalação? ☒ Sim ☐ NãoVerificam-se dificuldades em atingir os valores de consumo específico referenciados nas MTD's? ☒ Sim ☐ Não[Voltar ao índice \(grava dados\)](#) [Validar](#) [Continuar](#)

© 2015 AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I. P.



PORTAL DO CIDADÃO

(https://www.portaldocidadao.pt)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

 BOLSA DE DOCUMENTOS
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGUES.PT/REDIRECT?CODE=BOLSADOC)MAPA DO CIDADÃO
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGUES.PT/MAPA-DO-CIDADAO)BALCAO DO EMPREENDEDOR
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGUES.PT/EVO/LANDINGPAGE.ASPX)ESPAÇO EMPRESA
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGUES.PT/EVO/LANDINGPAGEEE.ASPX)

Formulário - Licenciamento Industrial

Concepção do Local de Trabalho

Existem meios adequados para a detecção e extinção de incêndios? ☒ Sim ☐ NãoExistem portas de emergência? ☐ Sim ☒ NãoA concepção e execução das instalações eléctricas obedece ao regulamento de segurança de instalações de utilização de energia eléctrica? ☒ Sim ☐ NãoExiste refeitório ou cantina no estabelecimento? ☐ Sim ☒ NãoSão confeccionadas refeições? ☐ Sim ☒ NãoUtiliza gás no refeitório? ☐ Sim ☒ Não

Indique onde estão guardadas as garrafas de gás:

Equipamentos sob pressão

Prevê instalar equipamentos sob pressão no estabelecimento? ☐ Sim ☒ Não

Actividades de Segurança e Saúde no Trabalho

Já existem trabalhadores na instalação? ☐ Sim ☒ Não

Regime de Laboração e Número de Turnos

N.º mínimo de trabalhadores: 1

N.º máximo de trabalhadores: 2


Horários dos Turnos:

Horário de entrada: (HH:MM)

Horário de saída: (HH:MM)

Adicionar Turno

[Voltar ao índice \(grava dados\)](#) [Validar](#) [Continuar](#)

 BEM-VINDO PORTUGUÊS

BOLSA DE
DOCUMENTOS
([HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAO.PT/REDIRECT?
CODE=BOLSADOCs](https://www.portaldocidadao.pt/redirect?code=bolsadocs))



MAPA DO
CIDADÃO
([HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAO.PT/MAPA-
DO-CIDADAO](https://www.portaldocidadao.pt/mapa-do-cidadao))




BALCAO DO
EMPREENDEDOR
([HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAO.PT/EVO/LANDINGPAGE.ASPX](https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage.aspx))

ESPAÇO
EMPRESA
([HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAO.PT/EVO/LANDINGPAGEEEE.ASPX](https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpageeee.aspx))

Formulário - Licenciamento Industrial


Localização

 Tipo Documentos

 Título de utilização do imóvel para fim industrial ou certidão de deferimento tácito ou título de utilização do imóvel que admita o uso industrial ou um dos usos previstos no artigo 18.º

Escolher ficheiro Nenhum ficheiro selecionado
Anexar Documento

 Lista de Documentos Anexados

 C01 Título de utilização do imóvel para fim industrial ou certidão de deferimento tácito ou título de utilização do imóvel que admita o uso industrial ou um dos usos previstos no artigo 18.º

01 - Alvara.pdf  (27,01 KB, 29-09-2017 11:49:06)

[Voltar ao índice dos documentos](#)



PORTAL DO CIDADÃO (https://www.portaldocidadao.pt)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

BOLSA DE
DOCUMENTOS
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGUESEPT/REDIRECT?
CODE=BOLSADOCS)MAPA DO
CIDADÃO
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGUESEPT/MAPA-
DO-CIDADAOPORTUGUESEPT)BALCAO DO
EMPREENDEDOR
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGUESEPT/EVO/LANDINGPAGE.ASPX)ESPAÇO
EMPRESA
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGUESEPT/EVO/LANDINGPAGEEEE.ASPX)

Formulário - Licenciamento Industrial

Memória Descritiva

Tipo Documentos

- Descrição detalhada da actividade industrial;
- Indicação dos produtos (intermédios e finais) a fabricar e dos serviços a efectuar;
- Listagem das máquinas e equipamentos a instalar (quantidade e designação);
- Descrição das instalações de carácter social, vestiários, sanitários, lavabos e balneários e de primeiros socorros;
- Indicação das principais fontes de emissão de ruído e vibrações e das certificações e sistemas de segurança, das máquinas e equipamentos a instalar;
- Indicação da origem da água utilizada/consumida, respectivos caudais, sistemas de tratamento associados;
- Identificação das fontes de emissão de efluentes e geradoras de resíduos.
- Indicação dos tipos de energia utilizada explicitando o respectivo consumo (horário, mensal ou anual)
- Indicação dos tipos de energia produzida no estabelecimento, se for o caso, explicitando a respectiva produção (horária, mensal ou anual)
- Descrição das capacidades a instalar

Escolher ficheiro Nenhum ficheiro selecionado
Anexar Documento

Lista de Documentos Anexados

- MM01 Descrição detalhada da actividade industrial;
01 - C_b-i) a.pdf (396,63 KB, 29-09-2017 12:22:22)
- MM02 Indicação dos produtos (intermédios e finais) a fabricar e dos serviços a efectuar;
01 - C_b-v) a.pdf (429,03 KB, 29-09-2017 12:23:10)
- MM03 Listagem das máquinas e equipamentos a instalar (quantidade e designação);
01 - C_b-vi) a.pdf (236,63 KB, 29-09-2017 11:53:49)
- MM04 Descrição das instalações de carácter social, vestiários, sanitários, lavabos e balneários e de primeiros socorros;
01 - C_b-viii) a.pdf (441,61 KB, 29-09-2017 11:55:52)
- MM05 Indicação das principais fontes de emissão de ruído e vibrações e das certificações e sistemas de segurança, das máquinas e equipamentos a instalar;
01 - C_b-xii) a.pdf (226,78 KB, 29-09-2017 11:57:31)
- MM06 Indicação da origem da água utilizada/consumida, respectivos caudais, sistemas de tratamento associados;
01 - C_b-x) a.pdf (229,04 KB, 29-09-2017 11:58:07)
- MM07 Identificação das fontes de emissão de efluentes e geradoras de resíduos.
01 - C_b-xi) a.pdf (224,95 KB, 29-09-2017 11:59:17)
- MM08 Indicação dos tipos de energia utilizada explicitando o respectivo consumo (horário, mensal ou anual)
01 - C_b-xiii) a.doc (237,58 KB, 29-09-2017 12:16:38)
- MM09 Indicação dos tipos de energia produzida no estabelecimento, se for o caso, explicitando a respectiva produção (horária, mensal ou anual)
01 - C_b-xiv) a.pdf (225,51 KB, 29-09-2017 12:17:15)
- MM10 Descrição das capacidades a instalar

01 - C_b-iii).pdf (205,84 KB, 29-09-2017 12:37:49)

[Voltar ao índice dos documentos](#)

© 2015 AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I. P.



PORTAL DO CIDADÃO (https://www.portaldocidadao.pt)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

BOLSA DE
DOCUMENTOS
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGUES.PT/REDIRECT?
CODE=BOLSADOCS)MAPA DO
CIDADÃO
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOPORTUGUES.PT/MAPA-
DO-CIDADAOPORTUGUES)BALCAO DO
EMPREENDEDOR
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGUES.PT/EVO/LANDINGPAGE.ASPX)ESPAÇO
EMPRESA
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOPORTUGUES.PT/EVO/LANDINGPAGEEE.ASPX)

Formulário - Licenciamento Industrial

Outra Documentação

Tipo Documentos

Documento que ateste os valores da potência eléctrica contratada ou da potência térmica ou Projecto de instalação eléctrica, quando exigível nos termos da legislação aplicável

Escolher ficheiro Nenhum ficheiro selecionado

Anexar Documento

Lista de Documentos Anexados

T01 Documento que ateste os valores da potência eléctrica contratada ou da potência térmica ou Projecto de instalação eléctrica, quando exigível nos termos da legislação aplicável
01 - electricidade.pdf (79,72 KB, 29-09-2017 12:40:21)[Voltar ao índice dos documentos](#)

© 2015 AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I. P.



PORTAL DO CIDADÃO (<https://www.portaldocidadao.pt>)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

BOLSA DE
DOCUMENTOS
([HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADA
O.PT/REDIREC
CODE=BOLSADOCS](https://www.portaldocidadao.pt/REDIREC
CODE=BOLSADOCS))



MAPA DO
CIDADÃO
([HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADA
O.PT/MA
DO-CIDADA
O](https://www.portaldocidadao.pt/MA
DO-CIDADA
O))



BALCAO DO
EMPREENDEDOR
([HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADA
O.PT/EVO/LANDINGPAGE](https://bde.portaldocidadao.pt/EVO/LANDINGPAGE))

ESPAÇO
EMPRESA
([HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADA
O.PT/EVO/LANDINGPAGE](https://bde.portaldocidadao.pt/EVO/LANDINGPAGE))

Formulário - Licenciamento Industrial



A informação preenchida neste formulário e os documentos anexados ficam guardados durante 2 meses sem que o pedido seja submetido. A qualquer momento pode aceder ao formulário guardado e continuar o seu preenchimento.

Informação Geral

Pedido entregue via canal presencial por:

Utilizador: antonio.pimentel

Entidade: Câmara Municipal de Miranda do Douro

Tipo de Serviço: Mera Comunicação Prévia
Data de Início: quarta-feira, 27 de Setembro de 2017 15:06
Última Actualização em: quarta-feira, 27 de Setembro de 2017 15:06
Requerente: Jaime Augusto Pires
Tipologia: 3
Regime(s) Jurídico(s): Não Aplicável
Entidade Coordenadora: Câmara Municipal de Miranda do Douro

Índice

- Ver Simulação (<https://bde.portaldocidadao.pt/EVO/Services/SIR/Simulador/Leitura.aspx?processoId=jzLxOmg2XgNjwG2wZGwTTg%3d%3d&page=0>)
- B - Identificação dos Elementos Intervenientes no Processo de Licenciamento (SeccaoB.aspx)
- C - Localização (SeccaoC.aspx)
- D - Caracterização das Actividades (SeccaoD.aspx)

- ✔ J - Energia e Uso Eficaz da Energia (SeccaoJ.aspx)
- ✔ N - Informação de Carácter Social e de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SeccaoM.aspx)
- ✔ P - Anexos (SeccaoO.aspx)

Submeter Pedido

Sair

Pedido(s) por Submeter

© 2015 AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I. P.



PORTAL DO CIDADÃO (<https://www.portaldocidadao.pt>)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

BOLSA DE
DOCUMENTOS
(<https://www.portaldocidadao.pt/redirec>
CODE=BOLSADOCS)



MAPA DO
CIDADÃO
(<https://www.portaldocidadao.pt/ma>
DO-CIDADAO)



BALCAO DO
EMPREENDEDOR
(<https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage>)

ESPAÇO
EMPRESA
(<https://bde.portaldocidadao.pt/evo/landingpage>)

Formulário - Licenciamento Industrial

Termo de Responsabilidade

Para submeter o pedido deve:

Descarregar o termo de responsabilidade;

Carregar o termo de responsabilidade assinado. Pode assinar o documento manualmente ou utilizando um certificado de assinatura eletrónica, como o do Cartão de Cidadão;

Concordar com as condições do termo de responsabilidade.

Descarregue [aqui](#) o termo de responsabilidade

Carregar o termo de responsabilidade assinado:

Escolher ficheiro Nenhum ficheiro selecionado

[Anexar Documento](#)

Concordo com as condições do termo de responsabilidade.



PORTAL DO CIDADÃO (https://www.portaldocidadao.pt)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

BOLSA DE
DOCUMENTOS
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOP.T/REDIREC
CODE=BOLSADOCS)



MAPA DO
CIDADÃO
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOP.T/MAF
DO-CIDADAOP)



BALCAO DO
EMPREENDEDOR
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOP.T/EVO/LANDINGPAGE)

ESPAÇO
EMPRESA
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOP.T/EVO/LANDINGPAGE)

Formulário - Licenciamento Industrial

Termo de Responsabilidade

Para submeter o pedido deve:

Descarregar o termo de responsabilidade;

Carregar o termo de responsabilidade assinado. Pode assinar o documento manualmente ou utilizando um certificado de assinatura eletrónica, como o do Cartão de Cidadão;

Concordar com as condições do termo de responsabilidade.

Descarregue [aqui](#) o termo de responsabilidade

Carregar o termo de responsabilidade assinado:

O documento "Termo de Responsabilidade.pdf(a) jaime.pdf" encontra-se anexado.

[Apagar Documento](#)

☒ Concordo com as condições do termo de responsabilidade.

[Voltar](#) [Avançar](#)

Termo de Responsabilidade

Jaime Augusto Pires, com número de documento de identificação 8768590, residente em Parada Rua Vale da Parada porta n.º 1 andar 1º 5210-150 MALHADAS Malhadas, com o contacto de correio eletrónico pirescarolina69@gmail.com, com poderes de representação para efeitos de licenciamento do Estabelecimento Industrial Jaime Augusto Pires, contribuinte fiscal com o número 195064070 e sede em Parada Rua Vale da Parada porta n.º 1 andar 1º 5210-150 MALHADAS, com o contacto de correio eletrónico pirescarolina69@gmail.com declara:

* Que o estabelecimento industrial cumpre as exigências legais aplicáveis à atividade industrial a licenciar, em matéria de segurança e saúde no trabalho, em matérias de ambiente e sempre que aplicável, no âmbito da segurança alimentar;

* O estabelecimento industrial observará os limites de produção previstos no DL 169/2012, de 1 de agosto, com a redação conferida pelo DL 73/2015, de 11 de maio, incidindo no enquadramento das atividades abrangidas pelo Anexo I, partes 2A e 2B, quando aplicável.

* Que as informações introduzidas no formulário para efeitos de licenciamento industrial correspondem à verdade.

26 de Outubro de 2017

_____



PORTAL DO CIDADÃO

(https://www.portaldocidadao.pt)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

 BOLSA DE
DOCUMENTOS
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOP.T/REDIREC
CODE=BOLSADOCS)

 MAPA DO
CIDADÃO
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADAOP.T/MAI
DO-CIDADAOP)

 BALCAO DO
EMPREENDEDOR
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOP.T/EVO/LANDINGPAGE)

 ESPAÇO
EMPRESA
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADAOP.T/EVO/LANDINGPAGE)

Formulário - Licenciamento Industrial

Comprovativo do Pedido

Pedido submetido com sucesso!

Identificador: 39426
 Tipo de Serviço: Mera Comunicação Prévia
 Data de criação: 27-09-2017 15:06:04
 Data de submissão: 26-10-2017 15:05:59
 Nome do
 Requerente: Jaime Augusto Pires
 Nome da Empresa: Jaime Augusto Pires
 NIF da Empresa: 195064070
 Entidade
 Coordenadora: Câmara Municipal de Miranda do Douro
 Tipologia: 3
 Regimes Jurídicos: Não aplicável
 Elementos: Alvara.pdf, C_b-vi) a.pdf, C_b-viii) a.pdf, C_b-xii) a.pdf, C_b-x) a.pdf, C_b-xi) a.pdf, C_b-xiii) a.doc t.pdf, C_b-xiv) a.pdf, C_b-
 Instrutórios: i) eb.pdf, C_b-v) a.pdf, C_b-iii) .pdf, electricidade.pdf, Termo de Responsabilidade.pdf(a) jaime.pdf

O valor associado ao pedido será determinado pela respetiva entidade coordenadora, num prazo de dois dias úteis, e a guia de pagamento será comunicada por correio eletrónico para o(s) contacto(s)

Uma vez recebida a informação da taxa, deverá efectuar o respetivo pagamento. O pedido apenas é dado como concluído após a confirmação do pagamento.

DOCUMENTO PARA IMPRIMIR. SERVE DE COMPROVATIVO DE PEDIDO

Declaro que as informações constantes nos formulários de Enquadramento e Detalhe se encontram conformes.

(Assinatura do Requerente)

Assinatura

© 2015 AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I. P.



PORTAL DO CIDADÃO (https://www.portaldocidadao.pt)

BEM-VINDO

PORTUGUÊS

BOLSA DE
DOCUMENTOS
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADA0.PT/REDIREC
CODE=BOLSADOCS)



MAPA DO
CIDADÃO
(HTTPS://WWW.PORTALDOCIDADA0.PT/MAF
DO-CIDADA0)



BALCAO DO
EMPREENDEDOR
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADA0.PT/EVO/LANDINGPAGE)

ESPAÇO
EMPRESA
(HTTPS://BDE.PORTALDOCIDADA0.PT/EVO/LANDINGPAGE)

Formulário - Licenciamento Industrial

Comprovativo do Pedido

Identificador: 39426
 Tipo de Serviço: Mera Comunicação Prévia
 Data de criação: 27-09-2017 15:06:04
 Nome do
 Requerente: Jaime Augusto Pires
 Nome da Empresa: Jaime Augusto Pires
 NIF da Empresa: 195064070
 Entidade
 Coordenadora: Câmara Municipal de Miranda do Douro
 Tipologia: 3
 Regimes Jurídicos: Não aplicável
 Elementos: Alvara.pdf, C_b-vi) a.pdf, C_b-viii) a.pdf, C_b-xii) a.pdf, C_b-x) a.pdf, C_b-xi) a.pdf, C_b-xiii) a.doc t.pdf, C_b-xiv) a.pdf, C_b-
 Instrutórios: i) ab.pdf, C_b-v) a.pdf, C_b-iii) .pdf, electricidade.pdf, Termo de Responsabilidade.pdf(a) jaime.pdf

O valor associado ao pedido será determinado pela respetiva entidade coordenadora, num prazo de dois dias úteis, e a guia de pagamento será comunicada por correio electrónico para o(s) contacto(s)

(pirescarolina69@gmail.com)

Uma vez recebida a informação da taxa, deverá efectuar o respectivo pagamento. O pedido apenas é dado como concluído após a confirmação do pagamento.

DOCUMENTO PARA IMPRIMIR. SERVE DE COMPROVATIVO DE PEDIDO

Declaro que as informações constantes nos Formulários de Enquadramento e Detalhe se encontram conformes.

(Assinatura do Requerente)



AGÊNCIA PARA
A MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA
desenvolvimento e inovação

Plataforma de licenciamento industrial BackOffice

Utilizador: António Afonso Pimentel [Terminar Sessão](#)

Serviço: Câmara Municipal de Miranda do Douro

Email: info.portaldapresa@ama.pt

[Pesquisa de Processos](#) | [Criar Simulação](#) | [Pedidos por Submeter e Recibos Pendentes](#) | [Notificações](#) | [Entrega de Elementos Adicionais](#) | [Suporte Informativo](#) | [Taxas SIR](#) | [Refs. Multibanco](#) |

Histórico do Pedido

[Visualizar Cronograma](#) | [Visualizar Simulação](#) | [Visualizar Formulário](#) | [Visualizar Anexos](#) |

Informação do Pedido

Nº Processo: 843/ 2017 Nº Pedido: 1 Data de Início: 26-10-2017
(Presencial)
Tipologia: 3
Tipo de Pedido: Instalação de estabelecimento industrial
Tipo Procedimento: Mera Comunicação Prévia
Entidade Coordenadora: Câmara Municipal de Miranda do Douro
Estabelecimento: Jaime Augusto Pires NIPC: 49F064070
Gestor do Processo: Não atribuído
Estado do Pedido: Atribuir Gestor do Processo
Código de Acesso à Licença/Título:

[Pedir Licença de Exploração](#) | [Substituir Gestor do Processo](#) | [Iniciar Pedido de Alteração](#) | [Dar Acesso de Consulta](#)

Histórico de Tarefas

De momento não existem tarefas para mostrar.

Tarefas Pendentes

Atribuir Gestor do Processo -	26-10-2017	0
-------------------------------	------------	---

Mensagens enviadas ao requerente durante a análise do processo:

194816	Plataforma licenciamento industrial - Comprovativo de submissão do processo 843/2017-1 (instalação) - Mera Comunicação Prévia	pirescarolina69@gmail.com	26-10-2017
194817	Plataforma licenciamento industrial - Necessidade de cálculo de taxa de serviço - Estabelecimento industrial Jaime Augusto Pires	geral@cm-douro.pt	26-10-2017

Fechar Mensagem

Exmo(a). Sr(a). Jaime Augusto Pires,

Desde já agradecemos por utilizar os serviços do Balcão do Empreendedor.

Informamos que às 15:05 horas do dia 26-10-2017, foi submetido a mera comunicação prévia relativa ao pedido de instalação Jaime Augusto Pires.

O valor associado à instalação será determinado pela respetiva entidade coordenadora, num prazo de dois dias úteis, e a guia de pagamento será comunicada por correio eletrónico para o contacto pirescarolina69@gmail.com. Sempre que a guia para pagamento não seja emitida aquando da submissão do pedido, a respetiva entidade coordenadora do licenciamento deverá, no prazo de dois dias úteis, indicar o valor a pagar. Caso a entidade coordenadora não proceda a tal comunicação, deverá o requerente contactar diretamente a entidade coordenadora. O comprovativo eletrónico de submissão acompanhado do comprovativo do pagamento das taxas eventualmente devidas, constituem título bastante para o exercício da atividade, exceto em explorações de atividade agroalimentar que utilizem matéria-prima de origem animal não transformada que exijam vistoria prévia para iniciar a exploração.

O processo apenas dará entrada na entidade coordenadora, para efeitos de contagem de prazos, após a confirmação do respetivo pagamento.
Notificação processada por computador no âmbito do Sistema da Indústria Responsável (SIR).

Contatos Help Desk

Telefone: 707 101 099

Correio eletrónico: info.portaldeempresa@ama.pt

Informação para uso exclusivo dos serviços do Balcão do Empreendedor (N:39426;NGP:;EGP:)

(modelo 26.SIR.17092014)

Averbamentos/alterações de requerente

De momento não existe histórico de alterações
para mostrar.

Voltar



AGÊNCIA PARA A
MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA
Promovendo a transparência e a eficiência

Plataforma de licenciamento industrial BackOffice

Utilizador: António Afonso Pimentel [Terminar Sessão](#)

Email: info.portaldapresa@ama.pt

Serviço: Câmara Municipal de Miranda do Douro

[Pesquisa de Processos](#) | [Criar Simulação](#) | [Pedidos por Submeter e Recibos Pendentes](#) | [Notificações](#) | [Entrega de Elementos Adicionais](#) | [Suporte Informativo](#) | [Taxas SIR](#) | [Refs Multibanco](#) |

Histórico do Pedido

[Visualizar Cronograma](#) | [Visualizar Simulação](#) | [Visualizar Formulário](#) | [Visualizar Anexos](#) |

Informação do Pedido

Nº Processo: 843 / 2017 Nº Pedido: 1 Data de Início: 26-10-2017
(Presencial)
Tipologia: 3
Tipo de Pedido: Instalação de estabelecimento industrial
Tipo Procedimento: Mera Comunicação Prévia
Entidade Coordenadora: Câmara Municipal de Miranda do Douro
Estabelecimento: Jaime Augusto Pires NIPC: 19E064070
Gestor do Processo: Não atribuído
Estado do Pedido: Atribuir Gestor do Processo
Código de Acesso à Licença/Título:

[Pedir Licença de Exploração](#) | [Substituir Gestor do Processo](#) | [Iniciar Pedido de Alteração](#) | [Dar Acesso de Consulta](#)

Histórico de Tarefas

De momento não existem tarefas para mostrar.

Tarefas Pendentes

Atribuir Gestor do Processo -	26-10-2017	0
-------------------------------	------------	---

Mensagens enviadas ao requerente durante a análise do processo:

194816	Plataforma licenciamento industrial - Comprovativo de submissão do processo 843/2017-1 (instalação) - Mera Comunicação Prévia	pirescarolina69@gmail.com	26-10-2017
194817	Plataforma licenciamento industrial - Necessidade de cálculo de taxa de serviço - Estabelecimento industrial Jaime Augusto Pires	geral@cm-douro.pt	26-10-2017

Fechar Mensagem

Ao cuidado dos serviços responsáveis pelo licenciamento industrial na(o) CM - Câmara Municipal de Miranda do Douro.

Exmos. Srs.

Informamos que deu entrada na plataforma do licenciamento industrial um novo processo associado a um estabelecimento industrial de tipologia 3 que requer o cálculo e emissão da respetiva taxa de serviço. A declaração de mera comunicação prévia de estabelecimento industrial é relativa ao estabelecimento Jaime Augusto Pires entregue via presencial às 15:05 horas do dia 26-10-2017.

O acesso ao *backoffice* da plataforma do licenciamento industrial é feito a partir do endereço <https://bo.portaldapresa.pt/SIR/login.aspx?>

Caso existam dúvidas relativamente ao acesso ou utilização da plataforma do licenciamento industrial, deverão enviar estabelecer contacto através do caixa de correio info.portaldapresa@ama.pt.

A2/ 34

IMPRESSO	PÁGINA
2017/10/30	1

DOCUMENTO DE RECEITA

RECIBO DE PAGAMENTO

SERVICO EMISSOR	DATA EMISSÃO	NUMERO DO DOCUMENTO
CTA 0201	2017/10/30	DRI 00/2139

DOC. RECEITA 2017/3/2139	GUIA RECEBIMENTO 2212	ESTADO RECEBIDA	
NIF 195064070	CLIENTE 195064070	TERCEIRO	PRAZO PAGAMENTO 2017/10/30

JAIME AUGUSTO PIRES
VALE DE PARADA
MALHADAS
7 MALHADAS
5210-150 - MALHADAS

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	QUANTI- DADE	PREÇO UNITÁRIO	I.V.A.			PROVEITO	TOTAL	OBS
			CÓD	TAXA	VALOR			
CI9E CI9E - POR CADA ACESSO MEDIADO	1.000	7.5000	NS			7,50	7,50	
TOTAL ...						7,50	7,50	

TIPOS DE IVA
NS IVA-NAO SUJEITO-ARTº 2º-Nº2 DO CIVA E LEG.ESPECIAL

MODO DE PAGAMENTO
N - NUMERÁRIO

Data de conferência ... 2017/10/30

EXTENSO
SETE EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS

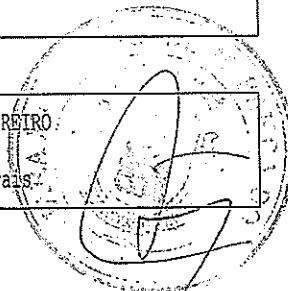
Data de recebimento ... 2017/10/30

OBSERVAÇÕES
ACESSO MEDIADO-COZINHA REGIONAL

SERVICO EMISSOR
natalia

TESOUREIRO
moraes

Processado por computador



IMPRESSO	PÁGINA
2017/10/30	1

DOCUMENTO DE RECEITA

RECIBO DE PAGAMENTO

SERVICO EMISSOR	DATA EMISSÃO	NUMERO DO DOCUMENTO
CTA 0201	2017/10/30	DRI 00/2138

DOC. RECEITA 2017/3/2138	GUIA RECEBIMENTO 2211	ESTADO RECEBIDA	
NIF 195064070	CLIENTE 195064070	TERCEIRO	PRAZO PAGAMENTO 2017/10/30

JAIME AUGUSTO PIRES
VALE DE PARADA
MALHADAS
7 MALHADAS
5210-150 - MALHADAS

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	QUANTI- DADE	PREÇO UNITÁRIO	I.V.A.			PROVEITO	TOTAL	OBS
			CÓD	TAXA	VALOR			
CI9B CI9B-RECEÇÃO DE MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA	1.000	15.0000	NS			15,00	15,00	
TOTAL ...						15,00	15,00	

TIPOS DE IVA
NS IVA-NAO SUJEITO-ARTº 2º-Nº2 DO CIVA E LEG.ESPECIAL

MODO DE PAGAMENTO
N - NUMERÁRIO

Data de conferência ... 2017/10/30

EXTENSO
QUINZE EUROS

Data de recebimento ... 2017/10/30

OBSERVAÇÕES
MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA

SERVICO EMISSOR

natalia

TESOUREIRO

morais

Processado por computador

Anexo 3 - Outros documentos

REQUERIMENTO:

MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL TIPO3

PROCESSO: 30/2014

ALVARÁ de CONSTRUÇÃO: 26/2016

ALVARÁ de UTILIZAÇÃO: 19/2017

PROJETO:

Unidade de Produção de Fumeiro

REQUERENTE:

Jaime Augusto Pires

LOCAL DA OBRA:

Vale de Parada

5210 – 150 Malhadas

Miranda do Douro

Maria da Conceição João Raposo
Urbanização do Fresno
Miranda do Douro
5210-245 MIRANDA DO DOURO

Exmo. Sr. Presidente
Câmara Municipal de M. do Douro
Município de Miranda do Douro
Largo D. João III
5210-190 MIRANDA DO DOURO

Requerimento

Maria da Conceição João Raposo, residente em Miranda do Douro, Freguesia e Concelho de Miranda do Douro, Distrito de Bragança, contribuinte fiscal nº 165189967, portador do B.I nº 6638898, **REQUER**, ao abrigo da alínea c) do Artigo 12º do ANEXO do Decreto lei nº 169/2012, de 01/08, **REGISTO COMO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL TIPO 3**, conforme Artigo 11º do ANEXO do referido Decreto-lei.

Sendo o Município a Entidade Coordenadora, conforme estatuído no Artigo 13º do ANEXO do mesmo diploma, podendo simultaneamente dar apoio no processo de registo no Portal, solicito encarecidamente o registo em causa, usando para o efeito os elementos instrutórios do processo em arquivo no Município, que para o eventual efeito foram solicitados à DRAP Norte, que havia licenciado o Estabelecimento em causa como Estabelecimento de Venda Direta, ao abrigo do DL nº 57/99, com a marca 63TVD.

Pede deferimento

Miranda do Douro, 12 de Junho de 2014.

(Maria da Conceição João Raposo)

Maria da Conceição João Raposo
Rua do Gidro, 2
5210 MIRANDA DO DOURO

Serve de cópia

Exmo Sr.
Directo Regional de Agricultura
De Trás-os-Montes

REQUERIMENTO DE VISTORIA

Maria da Conceição João Raposo, residente em Miranda do Douro, Freguesia e Concelho de Miranda do Douro, Distrito de Bragança, Contribuinte Fiscal nº 165189967, pretendendo instalar em Miranda do Douro, Distrito de Bragança, um Estabelecimento de Venda Directa para fabrico de fumeiro regional, nos termos do Decreto-lei nº 57/99, de 1 de Março, vem requerer a V. Ex^a se digne mandar vistoriar o Estabelecimento cujas obras estão concluídas, com vista ao licenciamento de utilização do mesmo.

Pede deferimento,

Miranda do Douro, 25 de Setembro de 2005.

(Maria Conceição Raposo)



DRATM
Direcção Regional
de Agricultura de
Trás-os-Montes

Ministério da Agricultura,
Pesca e Florestas

AM-1620

65 TVD

2008-11-15
15:00h

Ex.º Senhor

Médico Veterinário Municipal da **Câmara Municipal
de Miranda do Douro**

Largo D. João III

5225-190 MIRANDA DO DOURO

Sua referência

Sua Comunicação:

Nossa Referência

Localidade e data

Assunto: **Projecto de Licenciamento de Estabelecimento de Venda Directa** (Cozinha Tradicional de Fumeiro)

Requerente: **Maria da Conceição João Raposo**

Local: Rua do Gidro, nº 2 - Miranda do Douro

Freguesia: Miranda do Douro

Concelho: Miranda do Douro

Comunicamos a V: Ex, a data da realização da Vistoria Final, à unidade em epígrafe,
para o próximo dia **15 de Novembro às 11,00h.**

Com os melhores cumprimentos:

O Director Regional

Carlos Guerra

Carlos Guerra

Na resposta deve ser indicada sempre a referência deste documento

MN

NÚCLEO TÉCNICO DE LICENCIAMENTO - Largo Escola Industrial, 5301-903 BRAGANÇA
TEL: 273300930, FAX:273300938, e-mail: ntl@dratm.min-agricultura.pt

Pag. 1 de 1

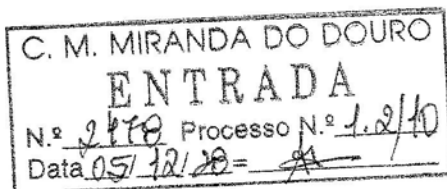


DRATM
Direcção Regional
de Agricultura de
Trás-os-Montes

Ministério da Agricultura,
Pesca e Florestas

Dr. J. Pimentel
05.12.20

22-DEC-2005
10:05:00004900



Ex.º Senhor
Médico Veterinário Municipal da **Câmara Municipal
de Miranda do Douro**

Largo D. João III

5225-190 MIRANDA DO DOURO

Sua referência

Sua Comunicação:

Nossa Referência

Localidade e data

Assunto: Projecto de Licenciamento de Estabelecimento de Venda Directa (Cozinha Tradicional de Fumeiro)

Requerente: **Maria da Conceição João Raposo**

Local: Rua do Gidro, nº 2 - Miranda do Douro

Freguesia: Miranda do Douro

Concelho: Miranda do Douro

Para conhecimento e devidos efeitos, junto se envia a V. Ex.ª cópia do Auto de Vistoria efectuada no dia 21 de Novembro p.p., do Projecto identificado em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos.

○ Director Regional

Carlos Guerra

Maria da Conceição João Raposo
Requerente do Projecto de Licenciamento

Na resposta deve ser indicada sempre a referência deste documento

MN

NÚCLEO TÉCNICO DE LICENCIAMENTO – Largo Escola Industrial, 5301-903 BRAGANÇA
TEL: 273300930, FAX:273300938, e-mail: ntl@dratm.min-agricultura.pt

Pag. 1 de 1



AUTO DE VISTORIA

Despacho de Homologação

- Concordo com o presente AUTO de VISTORIA.

Mirandela, 29 de Novembro de 2005

 Director Regional

CARLOS GUERRA


António M.S.R. Graça
Subdirector Regional

Aos VINTE E NÚM dias do mês de
NOVEMBRO de dois mil e cinco, pelas
ONZE horas e minutos,
neste estabelecimento industrial de Venda
Directa DE FABRICO DE
ENCHITOS
pertencente a MARIA DA CONCEIÇÃO
JOÃO RAPOSO sito em LUGAR DO
CABEÇO DA FORÇA freguesia de
MIRANDA DO ALTO, concelho de

MIRANDA DO ALTO, procedeu-se à vistoria em que estiveram presentes
os seguintes Técnicos, representando respectivamente:

Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes JOSE ARZENO
ITALDO GOMES, PAVELA DE JESUS PEREIRA CONDADO

Médico Veterinário Municipal do Concelho de MIRANDA DO ALTO
ANTONIO AFONSO PINHEIRO

Visitadas que foram as instalações e observadas as diversas zonas de
laboração, foi opinião unânime dos Técnicos presentes que:

-Houve concordância entre o projecto aprovado e a instalação;
-Foram cumpridas as prescrições técnicas legalmente estabelecidas;
-Houve necessidade de impor condições e respectivo prazo para o
seu cumprimento: